

UNIVERSIDADE ABERTA



**DIVULGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO
SETOR FLORESTAL DA BACIA DO CONGO**

Rui Manuel de Azevedo Pedrosa de Brito Colaço

Mestrado em Gestão / MBA

Dissertação orientada por

Professor Doutor João Miguel Custódio Ferrão Neto Simão

2017

RESUMO

A floresta tropical da Bacia do Congo, de elevada importância ecológica, tem um papel marcante na regulação do clima planetário. Milhões de pessoas dependem dela fortemente para o seu sustento. Apesar de rica em recursos naturais, a região é ainda pouco desenvolvida, com problemas sociais graves. Neste enquadramento, o setor florestal tem um papel crítico no desenvolvimento económico, social e ambiental. Sob escrutínio público intenso, as empresas florestais veem-se pressionadas a gerir interesses de vários grupos de *stakeholders*, muitas vezes contraditórios, e a repensar as suas estratégias de negócio.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) consiste num modelo geral que estrutura o uso responsável do poder corporativo e o envolvimento social das empresas. As iniciativas de RSE poderão contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da região e para a proteção dos ecossistemas explorados. A internet tem-se revelado um veículo de divulgação preferido pelas firmas para comunicar com os *stakeholders*, gerir as suas perceções e obter legitimidade para as atividades empresariais. Torna-se relevante identificar para quem as empresas comunicam e o que motiva a divulgação, assim como analisar e discutir criticamente o que é transmitido.

Analisou-se o conteúdo sobre RSE presente nos *websites* de 37 empresas do setor florestal com atividades na BC. Os resultados apontam para uma relação entre o discurso e a origem geográfica das empresas. As firmas ocidentais destacam-se sendo mais divulgadoras do que as asiáticas e africanas, pois os seus *stakeholders* terão exigências sociais e ambientais mais elevadas. É dada maior ênfase à dimensão ambiental em detrimento das dimensões socioeconómicas, o que poderá estar relacionado com a elevada sensibilidade ambiental do setor florestal, que o coloca sob maior escrutínio. Dirigidas principalmente para acionistas, mercados de exportação e organizações não-governamentais, as comunicações procuram construir reputação e sobrepor os interesses corporativos aos daqueles afetados pela exploração florestal. O discurso é construído exaltando aspetos de impacto social e ambiental positivo e ignorando deliberadamente as externalidades negativas. A divulgação é usada como ferramenta para legitimar moralmente as atividades empresariais e a procura de lucro dentro do paradigma económico vigente.

Palavras-chave: *Responsabilidade Social Empresarial, Bacia do Congo, Setor Florestal, Análise de Conteúdo*

ABSTRACT

The Congo Basin rainforest has a high ecological importance, playing a significant role in the regulation of planetary climate. Millions of people depend heavily on it for their livelihoods. Although rich in natural resources, the region is still underdeveloped, with serious social problems. In this context, the forest sector has a critical role to play in economic, social and environmental development. Operating under intense public scrutiny, forest companies become pressured to manage often contradictory interests of various stakeholder groups and to rethink their business strategies.

Corporate Social Responsibility (CSR) is a general model that structures the responsible use of corporate power and social involvement of companies. CSR initiatives could contribute to the socio-economic development of the region and to the protection of the exploited ecosystems. The Internet has become a popular vehicle for companies to communicate with stakeholders, manage their perceptions and to gain legitimacy for corporate activities. It is relevant to identify those for whom the companies communicate and what motivates the disclosure, as well as to analyze and critically discuss it.

The CSR content on the websites of 37 forestry companies with activities in the Congo Basin was analyzed. The results suggest a relationship between discourse and the geographical origin of the companies. Western firms stand out as being more outreach than Asian and African firms, because their stakeholders have higher social and environmental demands. Greater emphasis is placed on the environmental dimension than on the socio-economic dimensions, which may be related to the high environmental sensitivity of the forestry sector, placing it under more scrutiny. Directed primarily to shareholders, export markets, and nongovernmental organizations, communications seek to build reputation and to override those affected by logging activities. Disclosures are constructed by exalting aspects of positive social and environmental impact and deliberately ignoring negative externalities. The disclosure becomes a tool to morally legitimize business activities and the search for profit within the current economic paradigm.

Key words: *Corporate Social Responsibility, Congo Basin, Forestry Sector, Content Analysis*

Ao Rui Eren.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu reconhecimento sentido ao meu orientador, Dr. João Miguel Simão, pela extraordinária disponibilidade; pelas suas valiosas críticas e sugestões que sempre direcionaram bem o trabalho; pela motivação que me levou a dar mais de mim; e cuja competência, compreensão e paciência me permitiram ter uma experiência fantástica durante todo o trabalho.

Agradeço à Canan todo o apoio e compreensão, especialmente durante aqueles períodos em que este trabalho não permitia que eu desse atenção a mais nada.

Transmito ainda gratidão à minha família por todo o apoio ao longo da vida, sem o qual não teria chegado até aqui.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	7
2.1.	Desenvolvimento histórico do conceito de RSE	7
2.2.	Modelo Teórico-Conceptual da RSE	9
2.3.	Perspetiva estratégica da RSE	12
2.4.	Divulgação da RSE.....	16
2.5.	Críticas à RSE.....	24
2.6.	Responsabilidade Social Empresarial em África	27
2.7.	A RSE no Setor Florestal	32
2.8.	Temas de RSE predominantes no Setor Florestal.....	35
2.9.	Observações finais.....	38
3.	O SETOR FLORESTAL NA BACIA DO CONGO	40
3.1.	Contextualização geográfica e socioeconómica da Bacia do Congo	40
3.2.	A importância das florestas da África Central	43
3.3.	O Setor Florestal na Bacia do Congo	46
3.4.	Temas de RSE predominantes no Setor Florestal na Bacia do Congo	52
3.5.	Observações finais.....	60
4.	METODOLOGIA.....	62
4.1.	Motivação.....	62
4.2.	Método	64
4.3.	Amostragem	64
4.4.	Dados	65
4.5.	Variáveis	66
4.6.	Intervalo de resultados.....	68
4.7.	Análise estatística dos dados.....	69
5.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	72
5.1.	Apresentação de Resultados	72
5.1.1.	Dimensão Económica	79
5.1.2.	Dimensão Laboral	82
5.1.3.	Dimensão Social.....	84
5.1.4.	Dimensão Ambiental	94
5.2.	Discussão de Resultados.....	100
6.	CONCLUSÕES	115
7.	BIBLIOGRAFIA	119

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1. Informação sobre os países da Bacia do Congo	41
Tabela 3.2. Indicadores de desenvolvimento humano para os países da BC	42
Tabela 3.3. Temas de RSE adequados ao Setor Florestal na BC.....	53
Tabela 4.1. Lista de empresas incluídas no presente estudo.	65

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. Hierarquia em pirâmide para as diferentes categorias de RSE.	10
Figura 2.2. Representação das relações das empresas com os seus stakeholders.....	21
Figura 2.3. Hierarquia dos aspetos descritivo, instrumental e normativo da teoria dos <i>stakeholders</i> . 23	
Figura 2.4. Hierarquia em pirâmide para as diferentes categorias de RSE em África.....	30
Figura 3.1. Localização dos países da Bacia do Congo em África.	41
Figura 5.1. Divulgação da RSE por empresa.	73
Figura 5.2. Divulgação de RSE nas dimensões socioeconómicas e ambiental.	74
Figura 5.3. Divulgação da RSE por origem geográfica.	75
Figura 5.4. Divulgação da RSE por dimensão e origem geográfica.....	76
Figura 5.5. Divulgação das dimensões de RSE por origem geográfica das empresas.	77
Figura 5.6. Divulgação dos temas “Responsabilidade Económica” (a) e “Corrupção/Transparência” (b), por origem geográfica das empresas.	79
Figura 5.7. Divulgação do tema “Origem e Rastreabilidade”, por origem geográfica das empresas.	80
Figura 5.8. Divulgação do tema “Certificação”, por origem geográfica das empresas.	81
Figura 5.9. Divulgação do tema “Higiene e Segurança do Cliente”, por origem geográfica das empresas.	82
Figura 5.10. Divulgação do tema “Bem-estar e Direitos dos Trabalhadores”, por origem geográfica das empresas.	83
Figura 5.11. Divulgação do tema “Segurança e Higiene no Trabalho”, por origem geográfica das empresas.	84
Figura 5.12. Divulgação do tema “Gestão de <i>Stakeholders</i> ”, por origem geográfica das empresas.	85
Figura 5.13. Divulgação do tema “Diversidade”, por origem geográfica das empresas.	87
Figura 5.14. Divulgação do tema “Educação” (a), “Saúde” (b) e “Apoio direto à Comunidade” (c), por origem geográfica das empresas.	89
Figura 5.15. Divulgação dos temas “Caridade/Filantropia” (a) e “Parcerias de RSE” (b), por origem geográfica das empresas.	92
Figura 5.16. Divulgação dos temas “Direitos Humanos” e “Combate à Pobreza”, por origem geográfica das empresas.	93
Figura 5.17. Divulgação dos temas “Proteção das Florestas” (a), “Gestão de Recursos” (b), “Sustentabilidade” (c) e “Mitigação das Mudanças Climáticas” (d), por origem geográfica das empresas.	94
Figura 5.18. Divulgação dos temas “Biodiversidade” (a) e “Transporte” (b), por origem geográfica das empresas.	98

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

BC (Bacia do Congo)

CO₂ (Dióxido de Carbono)

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

GE (Guiné Equatorial)

GRI (Global Reporting Initiative)

ONG (Organização Não-Governamental)

PIB (Produto Interno Bruto)

RC (República do Congo)

RCA (República Centro-Africana)

RDC (República Democrática do Congo)

RSE (Responsabilidade Social Empresarial)

SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida)

WWF (World Wide Fund for Nature)

Eight out of 10 species found on land live in forests. Almost 300 million people, particularly in developing countries, live in forests too. But threats to the world's forests are growing. Expanding agriculture, due to an increased population and shifts in diet, is responsible for most of the world's deforestation. Illegal and unsustainable logging, usually resulting from the demand for cheap wood and paper, is responsible for most of the degradation of the world's forests. The threats are so severe that we are losing forests at a rate equivalent to 48 football fields per minute.

WWF, 2016

1. INTRODUÇÃO

Poderá a responsabilidade social empresarial (RSE) resolver os problemas ambientais resultantes da extração madeireira na Bacia do Congo (BC) e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da região? A floresta tropical da BC é a segunda maior do mundo, de grande importância ecológica e crucial na regulação do clima global; a população local depende dela para o seu sustento. Ademais, a região apresenta diversos problemas socioeconómicos urgentes. Por isso, a exploração económica destas florestas acarreta responsabilidades acrescidas para com o ambiente e a comunidade local. A RSE terá o potencial de promover o desenvolvimento das condições sociais e ambientais das florestas e comunidades da BC? Poderá revelar-se prejudicial? De que forma é que as empresas abordam o tema nas suas comunicações? Para quem comunicam e com que objetivo? Esta dissertação pretende discutir e estudar estas questões, propondo-se a analisar o conteúdo das páginas da internet (*websites*) de 37 empresas do setor florestal que trabalham na BC.

A RSE é um conceito muito importante, que se refere aos impactos positivos das empresas sobre as suas partes interessadas (*stakeholders*), abrangendo as obrigações corporativas para com os seus investidores e acionistas, empregados, consumidores e clientes, governo, organizações não-governamentais (ONG), comunidades locais ou o meio ambiente (Blowfield & Murray, 2008). Existem argumentos estratégicos que defendem que as atividades de RSE ajudam as empresas a reduzir custos, a alcançar vantagens competitivas, a construir reputação e legitimidade e a desenvolver sinergias positivas (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008).

Adotar iniciativas de RSE não é suficiente; é também importante disponibilizar informações sobre este tipo de atividades (Holder-Webb *et al.*, 2009). Várias indústrias têm divulgado as suas atividades e preocupações de RSE, abrangendo tópicos como responsabilidade ambiental, social e económica. A expansão geográfica e a internacionalização tendem a aumentar o número e a diversidade de *stakeholders* nas atividades das empresas. A conjuntura externa coloca pressão sobre as empresas para que ajam de determinadas formas, levando-as a dar resposta a exigências de cariz não-financeiro.

O setor florestal baseia-se na exploração de matérias-primas naturais, e portanto o seu papel no desenvolvimento sustentável do planeta é muito importante. As florestas capturam carbono da atmosfera, ajudando a combater o aquecimento global e a contribuir para a estabilidade da biodiversidade, estando relacionadas com a vida social das populações locais. Neste setor,

tem-se verificado um aumento das empresas multinacionais, com tendência para se expandirem e globalizarem. À medida que um número cada vez mais reduzido de empresas de dimensões cada vez maiores concentram uma porção crescente da quota de mercado, aumenta a pressão social no sentido da transparência e da responsabilização.

Assim, a RSE tem vindo a ganhar importância, especialmente nesta indústria de elevada sensibilidade ambiental, com exigências cada vez mais fortes por parte dos *stakeholders*. Muitas empresas do setor justificam a existência divulgando o desempenho e preocupações sociais e ambientais.

O setor florestal, em particular, tem diversos significados para a humanidade, sejam eles culturais, religiosos, económicos ou ambientais, estando muito exposto à opinião pública. Assim, o setor tem vindo a colocar ênfase nos aspetos ambientais, sociais e económicos da RSE. As grandes empresas do setor devem, por isso, adaptar as suas estratégias de desempenho social aos perfis geográficos onde fazem a sua exploração comercial. A legitimidade ao nível local é importante, pois a perceção do conceito de RSE varia de acordo com o contexto onde a firma se encontra. A RSE poderá constituir um investimento para demonstrar o comprometimento para com a sustentabilidade e assegurar a legitimidade, quer por motivações éticas quer para cumprir objetivos estratégicos e económicos.

A BC, situada na África equatorial, engloba a segunda maior floresta tropical húmida do planeta, a seguir à Amazônia, e tem um papel fundamental na regulação do clima global (de Wasseige *et al.*, 2015). As florestas tropicais são reservas extraordinárias de carbono e de biodiversidade, consistindo num dos maiores desafios internacionais no que toca às alterações climáticas e à conservação ecológica. Cerca de 60 milhões de pessoas dependem destas florestas para a subsistência. Estes ecossistemas têm também funções sociais e culturais importantes para as populações locais, contribuindo consideravelmente para as economias regionais.

A região tem assistido a guerras, rivalidades entre diferentes tribos, líderes corruptos, fraco nível de desenvolvimento económico e social, problemas de saúde e de analfabetismo, entre outros problemas graves que persistem. Apesar disso, as florestas da BC têm-se mantido relativamente bem preservadas, devido a pressões demográficas reduzidas, êxodo rural, difícil acesso a localizações remotas e um ambiente de negócio pouco atraente (Megevand *et al.*, 2013). Contudo, este cenário poderá mudar, pois prevê-se uma emergência económica num futuro próximo (de Wasseige *et al.*, 2015). A agricultura em pequena escala e atividades de

extração madeireira informais são, hoje em dia, as principais causas de desflorestação e de degradação florestal na BC (*ibid*). Contudo, estas florestas estão em risco, pois futuros grandes projetos agrícolas ganharão relevo em breve e as atividades de extração madeireira ilegais ainda prevalecentes prejudicam muito mais os ecossistemas (Defourny, Delhange & Kibambe Lubamba, 2011). A fraca aplicabilidade das leis florestais e de políticas económicas, as diferentes expectativas de diferentes grupos e a falta de coordenação têm dificultado a implementação efetiva de políticas ambientais, de combate à pobreza e de desenvolvimento sustentável (Martius, 2015).

Um número crescente de concessões madeireiras tem adotado planos de gestão florestal sustentável, com vista a otimizar a extração para a manutenção do lucro a longo-prazo (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012). Contudo, a maior parte das concessões ainda dá prioridade ao lucro imediato e a implementação generalizada de planos de gestão ainda está longe de se concretizar. Além disso, as concessões colocam uma pressão demasiado forte nos ecossistemas, devido à construção de estradas e à aglomeração de pessoas, facilitando o acesso de caçadores furtivos a zonas remotas e aumentando a procura de carne de animais silvestres. Além dos danos que fazem à natureza, as empresas também pouco contribuem para a resolução dos problemas de desenvolvimento existentes na região, podendo mesmo contribuir para o seu agravamento. As perspetivas de crescimento económico futuro levantam questões sobre o modo como a exploração florestal deverá ser feita e sobre o papel das empresas no desenvolvimento social da região, na sustentabilidade da extração madeireira e na proteção das florestas e do ambiente.

As regiões subdesenvolvidas do globo, especialmente os trópicos, são de tamanha importância na regulação do clima mundial e têm problemas socioeconómicos tão urgentes, que o estudo da responsabilidade social das empresas que exploram as suas florestas ganha um relevo muito acentuado. A adoção de atividades de RSE tem potencial para tratar de problemas ambientais, sociais e económicos, especialmente por parte de indústrias extrativas como o setor florestal, assegurando assim que parte dos lucros das atividades comerciais sejam usados para a conservação dos ecossistemas e para o desenvolvimento socioeconómico.

Contudo, não existem obrigações legais para as empresas servirem o bem-estar da sociedade, e muitas vezes são os governos que acabam por lidar com as externalidades negativas das atividades económicas. Assumir que as empresas agem com base em princípios morais poderá conferir-lhes impunidade (Regan, 1998). Assim, nem a RSE deveria ser formulada e avaliada

com base em critérios económicos, nem a ética ambiental deveria ter as bases lógicas assentes em interesses corporativos. Além disso, as divulgações sobre RSE poderão ser moldadas com objetivos de discursivamente legitimar o seu poder sobre a sociedade.

A literatura sobre a RSE no setor florestal, em particular na BC, é reduzida. Uma das formas de abordar os esforços que as empresas alegadamente fazem para melhorar as condições ambientais, sociais e económicas das regiões onde se instalam é através da análise do conteúdo da divulgação empresarial, apesar de esta poder não refletir a implementação efetiva de medidas concretas. Diferenças culturais, institucionais, económicas ou mesmo ambientais poderão marcar o discurso. A maior parte dos estudos empíricos sobre o tema focam-se nas maiores empresas do setor a nível mundial, sendo o conhecimento sobre a RSE em pequenas e médias empresas muito reduzido, tal como nas regiões tropicais, o que constitui uma lacuna que é urgente preencher.

De modo a compreender o modo como as empresas divulgam as suas preocupações e atividades de RSE, este estudo aborda a análise, de uma forma sistemática e interpretativa, da divulgação sobre as responsabilidades económicas, sociais e ambientais dos *websites* de 37 empresas do setor florestal com atividades na BC. Mais especificamente, o trabalho propõe-se a examinar as práticas de divulgação de informações de RSE na indústria florestal da Bacia do Congo, com os seguintes objetivos:

1. Relacionar os conteúdos comunicados com a origem geográfica das empresas;
2. Analisar a predominância de diferentes temas de RSE no discurso empresarial;
3. Identificar para quem as empresas comunicam e o que as motiva;
4. Discutir criticamente as informações publicadas e o modo como são apresentadas, face às características do contexto da Bacia do Congo e do setor florestal.

O material textual foi dividido em categorias, às quais foram atribuídos valores de acordo com uma escala de Likert. De modo a identificar diferenças e variações de padrões discursivos, as categorias foram agrupadas de acordo com o tipo de responsabilidade abrangente (económica, social ou ambiental) e as empresas foram agrupadas de acordo com a origem geográfica e cultural. Analisaram-se as práticas discursivas e de construção de conteúdo, tendo em conta o contexto regional e industrial onde as empresas se integram e os *stakeholders* para os quais dirigem as suas divulgações.

A presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: o capítulo 2 consiste numa revisão de literatura sobre a RSE, desenvolvendo o conceito, apresentando argumentos a favor e contra a sua adoção, abrangendo a África e o setor florestal; o capítulo 3 apresenta uma caracterização geográfica e socioeconómica sobre a Bacia do Congo e o seu setor florestal; o capítulo 4 detalha as opções metodológicas do estudo; o capítulo 5 apresenta os resultados e respetiva discussão; o capítulo 6 contém as principais conclusões do trabalho.

Responsabilidade Social Empresarial

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O papel das empresas na sociedade tem sido motivo de discussão desde meados do século XX. O impacto das firmas nas sociedades e no meio ambiente tem gerado preocupação global. Hoje, vários *stakeholders* nas comunidades nacionais e internacional esperam um uso mais responsável do poder corporativo. A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um dos conceitos mais proeminentes da literatura, consistindo num modelo geral que estrutura o uso responsável do poder corporativo e o envolvimento social das empresas: refere-se aos deveres da empresa para com os seus investidores, empregados, consumidores, comunidades e o meio ambiente, englobando os diversos modos como a relação da empresa com a sociedade é definida, gerida e influenciada.

Este capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre o tema da RSE e encontra-se organizado da seguinte forma: a secção 2.1 aborda o modo como o conceito surgiu e evoluiu nas últimas décadas; a secção 2.2 desenvolve o modelo teórico-conceitual; na secção 2.3 são apresentadas motivações para a adoção de iniciativas sociais, de acordo com a perspectiva estratégica; a secção 2.4 desenvolve teorias explicativas dos fenómenos que levam as empresas a divulgar informações sobre as suas atividades sociais; a secção 2.5 apresenta uma visão crítica da aplicabilidade da RSE e da divulgação; a secção 2.6 analisa o papel da RSE no contexto africano; a secção 2.7 revê a implementação da RSE no setor florestal global; em 2.8 é desenvolvida uma grelha de critérios de RSE otimizada para o setor florestal; a 2.9 finaliza com algumas observações.

2.1.Desenvolvimento histórico do conceito de RSE

As primeiras preocupações sobre responsabilidades mais alargadas das empresas foram introduzidas por Frank Abrams (1951), defendendo que as empresas tinham de considerar, além do lucro, os seus trabalhadores, clientes e público em geral. Surgiram depois os conceitos de gestor enquanto mandatário público, de equilíbrio de reivindicações concorrentes dos recursos corporativos, e de filantropia corporativa. A discussão focava-se nas responsabilidades para com a sociedade, sem contudo ressaltar os benefícios que essas trariam para as empresas (Frederick, 2006).

O conceito de RSE cresceu em popularidade na década de 1960, com o surgimento de movimentos sociais importantes tais como direitos civis, direitos da mulher, direitos do consumidor e o movimento ambientalista. Desta forma, os pilares da RSE estavam a ser gerados

num ambiente social em transformação e com pressões de diversos grupos de ativistas. O ambiente social ia sendo contruído por estes movimentos e o resultado seria o aparecimento de um contexto dramaticamente diferente onde as empresas teriam de existir. Apesar de vozes críticas, como a de Levitt (1958), que argumentava que as preocupações sociais e o bem-estar geral não eram da competência das empresas mas sim do governo, verificaram-se progressos no movimento da RSE a nível governamental e académico (Carroll & Shabana, 2010).

Até à década de 1970, a ênfase do conceito evoluiu, principalmente, através de contribuições académicas, tendo emergido mais lentamente na prática empresarial (Carroll, 1999, 2008). A literatura sobre RSE expandiu-se notavelmente, com foco na definição de responsabilidade social e a sua importância para as empresas e para a sociedade (Lee, 2008). Este período foi caracterizado por uma consciencialização social da noção geral de responsabilidade, de envolvimento nos assuntos comunitários, de preocupação com a decadência urbana, da correção da discriminação racial, da necessidade de redução da poluição e da importância da prática de filantropia por parte das empresas (Murphy, 1978). Neste contexto, foram surgindo novas definições: a RSE dizia respeito às decisões e às ações tomadas, por parte de dirigentes das empresas, por razões que iam, pelo menos parcialmente, além dos interesses corporativos diretos (Davis, 1960); as empresas deveriam usar os seus recursos para cumprir objetivos sociais (Frederick, 1960); as empresas deveriam assumir responsabilidades sociais que se estendiam para além das suas obrigações económicas e legais (McGuire, 1963). Ao invés de se justificar com argumentos estratégicos, a RSE era motivada pela consciência social externa e as empresas não procuravam nada em troca (Lee, 2008). Só na década de 1970 surgiu a ideia da correlação do desempenho social com o empresarial. As empresas começaram a olhar para as iniciativas de cariz social como investimentos benéficos a médio/longo-prazo (Wood, 1991).

A literatura em RSE da década de 1980 focou-se menos na definição do conceito e mais na investigação empírica, com um aumento na popularidade de variantes, tais como políticas públicas empresariais, ética de negócio, teoria/gestão dos *stakeholders* e desempenho social (Carroll, 1999). Foi nesta década que cresceu o interesse na perspetiva estratégica da RSE, ou seja, nas relações entre o desempenho social e o desempenho financeiro da firma (Lee, 2008).

Desenvolveu-se o conceito de cidadania empresarial global e a investigação continuou nos temas da construção de legitimidade corporativa e da ética de negócio (Carroll, 2009). À medida que a comunidade empresarial procurava racionalizar e legitimar as suas atividades, a procura

do elo entre o desempenho social e o financeiro tornou-se moda, tendo continuado até aos anos 2000, onde os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável começaram a dominar, tendo sido considerados, desde então, uma parte integral das discussões de RSE (Melé, 2008; Carroll & Shabana, 2010).

2.2. Modelo Teórico-Conceptual da RSE

O âmbito da RSE é difícil de definir. De acordo com vários autores, a RSE vai necessariamente além do que é exigido pela lei, sendo as responsabilidades sociais das empresas separadas das suas obrigações económicas, técnicas e legais (McGuire, 1963; Davis, 1973; Sims, 2003). A RSE vai além do que a empresa faz por si; é o que a empresa faz pelos outros. Depende, assim, da componente económica da empresa, traduzindo-se numa responsabilidade em produzir bens e serviços que a sociedade deseja e distribuí-los a troco de uma margem de lucro (Carroll, 1999; Daft, 2003). Davis (1960) defende que a RSE são as decisões administrativas motivadas por interesses não económicos nem técnicos. Türker (2009) vai mais longe e exclui da definição de RSE a componente económica, sendo esta definida como o conjunto dos comportamentos corporativos que procuram afetar os *stakeholders* de uma forma positiva e que vão além do interesse em resultados financeiros.

Existem muitas formas de pensar sobre o que está incluído na RSE. Blowfield e Murray (2008) sugerem três formas de a encarar: como os valores empresariais que guiam as interações com outros membros da sociedade; como o papel das empresas na sociedade e as respetivas formas de interação; e como as expectativas por parte da sociedade sobre as medidas que as empresas devem tomar em áreas específicas. Dahlsrud (2006) identifica as cinco dimensões mais frequentes nas definições de RSE: a) a dimensão dos *stakeholders*; b) a dimensão social; c) a dimensão económica; d) a dimensão da voluntariedade; e) a dimensão ambiental/ecológica.

Outra maneira de entender o conceito é com a identificação de diferentes categorias de RSE. O modelo conceptual desenvolvido por Carroll (1979, 1991) divide a RSE em quatro categorias de responsabilidades diferentes, incluindo: a) responsabilidades económicas; b) responsabilidades legais; c) responsabilidades éticas; d) responsabilidades filantrópicas. A sociedade espera que as empresas cumpram os quatro tipos de responsabilidade (*ibid*). Esta definição tornou-se bastante popular (Carroll & Shabana, 2010): ressalta a dimensão económica como um fator a ser considerado na RSE, estimulando assim as empresas a adotá-la; permite analisar separadamente as quatro categorias, mas não nega a sua sobreposição e inter-relação.

O modelo de Carroll (1991) estabelece uma hierarquia em pirâmide para as quatro categorias de responsabilidades, desde as responsabilidades económicas e as legais, na base, subindo para as responsabilidades éticas e culminando com as responsabilidades filantrópicas no topo.

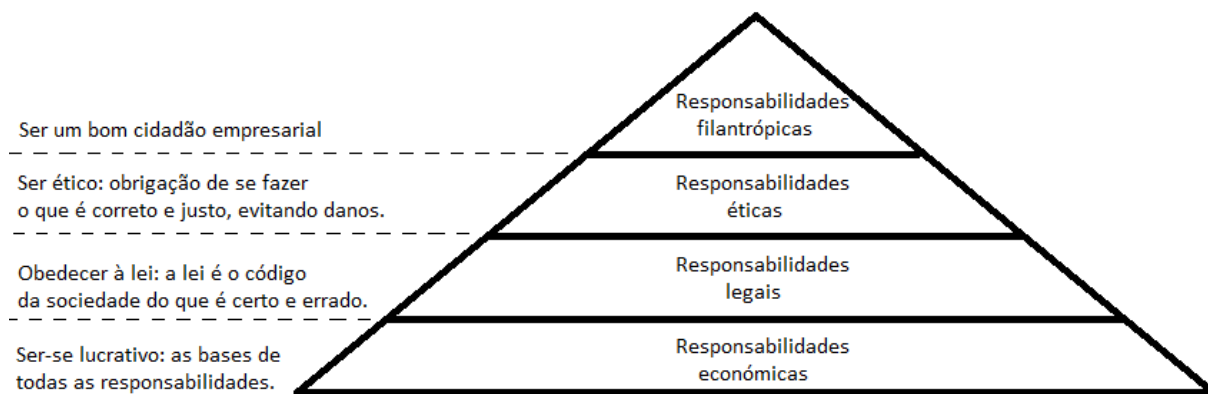


Figura 2.1. Hierarquia em pirâmide para as diferentes categorias de RSE.
Adaptado de Carroll (1991)

Carroll (1991) argumenta que a natureza das responsabilidades empresariais são económicas em natureza e em género. As responsabilidades económicas são as mais fundamentais: consistem na produção de bens e serviços desejados pela sociedade a troco de lucro como contrapartida, incentivo ou recompensa pela sua eficiência e eficácia (Carroll, 1979).

As responsabilidades legais representam as expectativas de que a empresa aja em conformidade com a lei e que obedeça às regras sociais: espera-se que a empresa cumpra a sua missão económica dentro do contexto legal onde opera (Jamali *et al.*, 2008). Carroll (1991) considera que a lei é a ética codificada pela sociedade, um contrato social: as leis são apenas uma das categorias de responsabilidade empresarial para com a sociedade. Novamente, existem visões antagónicas no que toca à abrangência do que devem ser as regulamentações sobre os comportamentos sociais das empresas. Segundo alguns, a legislação é necessária para que a RSE seja cumprida: a empresa está dependente dos mercados e do ambiente de negócio, garantidos por um quadro regulamentar (De Schutter, 2008; Valor, 2008; Williamson *et al.*, 2006). A capacidade de os mecanismos de mercado livre apoiarem atividades de RSE é, assim, posta em causa. Contrariamente, Phillips, Freeman e Wicks (2003) argumentam que a adoção de iniciativas de RSE deve manter-se voluntária, rejeitando a ideia que a gestão das relações da empresa com os seus *stakeholders* promova a expansão ou a modificação de leis e regulamentos. Deste modo, os mecanismos de mercado livre promovem os interesses

individuais e, por conseguinte, a sociedade acaba por recompensar iniciativas de RSE, já que estas beneficiam as pessoas individuais que dela fazem parte.

As responsabilidades éticas incorporam todas as normas, padrões ou expectativas que refletem as preocupações para com o que os consumidores, os empregados, os acionistas e a comunidade consideram justo, ou seja, a sociedade espera que as empresas demonstrem comportamentos éticos para com os seus *stakeholders* (Crane & Matten, 2007; Schwartz, 2011).

As responsabilidades filantrópicas representam a camada mais reduzida da pirâmide, e englobam a vontade de melhorar a qualidade de vida dos *stakeholders* através de doações de caridade ou apoio organizacional voluntário (Carroll, 1991). Apesar de as responsabilidades éticas serem muitas vezes colocadas ao mesmo nível das responsabilidades filantrópicas, a diferença é que a sociedade não encara a não contribuição de dinheiro para programas humanitários como falta de ética (Carroll, 1991).

Schwartz e Carroll (2003) argumentam que a pirâmide do modelo de Carroll (1991) pode sugerir erradamente que o topo é mais importante do que a base. A estruturação em camadas não reflete a sobreposição que existe entre estas categorias de responsabilidade.

Carroll (1991) distingue entre as responsabilidades empresariais tradicionais e as novas: as responsabilidades tradicionais incluem-se nos domínios económicos e legais; as responsabilidades novas são aquelas que vão além das tradicionais, consistindo nos domínios ético e filantrópico, que refletem um novo contrato social mais abrangente entre empresa e sociedade, sendo nestas que, de acordo com o autor, assenta a essência da RSE.

Kotler e Lee (2005) identificam seis iniciativas principais de RSE: a) contribuição de fundos, em género ou recursos, para estimular a consciencialização sobre uma causa social ou apoiar angariações de fundos, participações e voluntariado; b) doação de uma percentagem dos lucros para uma determinada causa; c) apoio ao desenvolvimento e à implementação de campanhas para mudança de comportamentos, de modo a promover a saúde, a segurança, o meio ambiente ou o bem-estar da comunidade; d) contribuições diretas para caridade ou para causas, através de doações em dinheiro, género ou serviços; e) apoio e encorajamento ao voluntariado para organizações e causas que apoiem a comunidade; f) adoção e conduta de práticas de filantropia que apoiem causas sociais com vista a melhorar o bem-estar da comunidade e proteger o meio ambiente.

2.3.Perspetiva estratégica da RSE

Assim que se começou a assumir que a RSE poderia ser benéfica para as firmas a longo-prazo, surgiram argumentos estratégicos encarando iniciativas de RSE como investimentos (Davis, 1973). Para as empresas funcionarem num contexto saudável e favorável às suas operações, devem tomar iniciativas que assegurem a viabilidade a longo-prazo desse contexto. A adoção de políticas de RSE também serve como uma maneira de evitar regulamentações governamentais, com base na predição de que intervenções governamentais futuras poderão ser influenciadas pelo modo como as empresas se regulam com padrões de autodisciplina, indo ao encontro das expectativas da sociedade. Davis (1973) defende que, já que as empresas possuem talento de gestão, experiência técnica e capital, esses recursos deverão dar-lhes o direito de tentar resolver problemas sociais. Antecipar, planejar e prevenir problemas sociais é mais prático e menos custoso do que simplesmente reagir depois de estes surgirem (Carroll & Buchholtz, 2009). Além dos objetivos financeiros, as empresas devem mostrar-se responsáveis para com os seus trabalhadores, comunidades e outros *stakeholders*, mesmo que para isso sejam obrigadas a abdicar de alguns dos seus lucros a curto-prazo (Bernstein, 2000).

As justificações estratégicas defendem que, através de iniciativas de RSE, as empresas podem melhorar o ambiente social onde operam e que esses esforços serão do interesse a longo-prazo. As firmas podem usufruir dos benefícios económicos e financeiros que advêm das atividades e iniciativas de RSE (Carroll & Shabana, 2010). Torna-se possível alcançar um melhor desempenho financeiro abordando, simultaneamente, operações centrais e responsabilidades para com a sociedade em geral (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008).

Os argumentos económicos interessam a uma série de *stakeholders* (Zadek, 2000; O'Sullivan, 2006; Carroll & Shabana, 2010):

- aos diretores e executivos das empresas, responsáveis pelo modo como a RSE afeta o desempenho financeiro da empresa;
- aos acionistas, preocupados com o desempenho financeiro da empresa e com as ameaças ao bom funcionamento da gestão;
- aos ativistas sociais, interessados em que as empresas sejam capazes de promover as iniciativas sociais que eles próprios defendem;

- aos órgãos governamentais, interessados em ver resultados sociais e ambientais positivos a serem produzidos pelas empresas mais eficientemente do que seriam através de meras abordagens regulamentares;
- aos consumidores, que não só desejam que os seus hábitos de consumo reflitam os seus valores, mas que também almejam deixar um mundo melhor à sua descendência.

A perspetiva estratégica assume que existe uma correlação forte entre o desempenho social e o desempenho financeiro. Existe, discutivelmente, uma tendência na literatura para identificar uma ligação entre a RSE e os objetivos financeiros das empresas (Lee, 2008). Segundo Vogel (2005), o modo de encarar a RSE tem vindo a mudar: tradicionalmente, a RSE era motivada por considerações sociais; nos dias de hoje, as empresas têm vindo a adotar a RSE por motivos egoístas, assumindo que a adoção de comportamentos éticos e práticas filantrópicas as tornam mais lucrativas, criando valor para os acionistas a longo-prazo.

Segundo Berger, Cunningham e Drumwright (2007), a RSE é encarada como uma filosofia de abordagem de negócio, admitindo que existem ligações (diretas e indiretas) entre a RSE e os resultados financeiros. A relação complexa entre a vertente social e a vertente económica é valorizada e apreciada, reconhecendo-se a interdependência entre a empresa e a sociedade. Porter e Kramer (2006) argumentam que a incapacidade de reconhecer acaba por colocar a empresa contra a sociedade, reduzindo a produtividade das iniciativas sociais. As empresas devem procurar oportunidades de beneficiar a sociedade, não genericamente, mas para que se adequem à sua própria estratégia. Assim, a empresa deveria ultrapassar as expectativas da comunidade e procurar oportunidades para alcançar, simultaneamente, objetivos sociais e económicos, reforçando a sua estratégia promovendo melhorias nas condições sociais (*ibid*).

Muitos estudos apontam para uma relação positiva entre o desempenho social e o financeiro, com poucas provas que apontem para uma associação negativa (*e.g.* Griffin & Mahon, 1997; Mahon & Griffin, 1999; Margolis & Walsh, 2003; Orlitzky, Schidt & Rynes, 2003; BusinessGreen, 2008). Existem algumas inconsistências, que podem ser atribuídas a diferenças metodológicas de investigação, a interpretações tendenciais de resultados científicos, à existência de variáveis mediadoras não consideradas ou simplesmente a contingências situacionais, pois todas as empresas são diferentes umas das outras (Margolis & Walsh, 2003). A maioria dos estudos presentes na literatura parecem, discutivelmente, reforçar a perspetiva estratégica de adoção de iniciativas e atividades de RSE (*ibid*).

Kurucz, Colbert e Wheeler (2008) apresentam quatro argumentos para a adoção de RSE, dentro das linhas das justificações económicas: a) redução dos custos; b) obtenção de vantagem competitiva; c) construção de reputação e de legitimidade; d) criação de sinergias positivas.

Redução dos Custos

A prática de certas iniciativas de RSE resulta na redução de custos e de riscos para a empresa (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008). As exigências dos *stakeholders* podem ser entendidas como ameaças para a viabilidade da organização; um certo nível de desempenho social ou ambiental ajuda a atenuá-las. Políticas e práticas de igualdade de oportunidades de emprego e compromissos ambientais responsáveis, por exemplo, aumentam a moral dos trabalhadores e reduzem a taxa de saída da empresa, aumentando assim o valor a longo-prazo para o acionista através da redução de custos e riscos (Smith, 2005). Atitudes ambientais proativas reduzem custos de conformidade com regulamentações vigentes e futuras, aumentam eficiências e reduzem custos operacionais (*ibid*). A gestão da relação com as comunidades também pode resultar em benefícios fiscais ou na redução das normas impostas à empresa, já que esta passa a ser percebida como um membro aceite pela sociedade (Berman *et al.*, 1999).

Obtenção de Vantagem Competitiva

As atividades de RSE também podem ser encaradas como estratégias de diferenciação, aumentando a competitividade (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008). As exigências dos *stakeholders* são encaradas como oportunidades e não como restrições. Os recursos corporativos são geridos para ir ao encontro dessas exigências e explorar as oportunidades que elas abrem em prol da empresa. Uma estratégia de responsabilidade social, se concebida genuína e cuidadosamente pela empresa, deverá ser única (Smith, 2003). Por exemplo, uma política de inclusão social será uma maneira de atrair mão-de-obra talentosa para a empresa. O fortalecimento das relações com os clientes poderá também ser vantajosa, através de iniciativas de RSE que aumentem a fidelidade à marca (Pivato *et al.*, 2008). Muitos investidores evitam empresas ou indústrias que violem a sua missão institucional, os seus valores ou princípios, procurando alternativamente empresas com reputação de terem boas relações com os empregados e boas práticas ambientais ou de se envolverem com a comunidade, por exemplo. Porter e Kramer (2002) afirmam que a vantagem competitiva pode ser ganha através de práticas filantrópicas, desde que estas sejam direcionadas a causas onde haja uma convergência dos interesses económicos e sociais. As empresas podem desenhar as suas atividades filantrópicas

para que se ajustem às exigências externas e assim cumprir as expectativas dos *stakeholders* (Bruch & Walter, 2005). Deste modo, o *marketing* torna-se mais eficiente, aperfeiçoam-se as capacidades de venda, a atratividade da empresa enquanto empregadora aumenta e melhoram as relações com organizações governamentais e não-governamentais. A filantropia corporativa pode ser estratégica, direcionando as contribuições empresariais para os interesses diretos da organização, servindo ao mesmo tempo outros beneficiários, gerando vantagem competitiva e aumentando os lucros (Tokarski, 1999; Seifert, Morris & Bartkus, 2003). As iniciativas de RSE aumentam a vantagem competitiva da empresa na medida em que permitem influenciar as decisões dos *stakeholders* a seu favor, ou seja, um ou mais *stakeholders* preferi-la-ão à concorrência (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008).

Construção de Reputação e de Legitimidade

As empresas podem reforçar a sua legitimidade e melhorar a sua reputação através de atividades de RSE. A legitimidade corporativa consiste na percepção ou assunção generalizada de que as ações da empresa são desejáveis ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições (Suchman, 1995). As percepções das preocupações sociais ilustram o modo como a firma é capaz de construir relações mutualistas, que por sua vez indicam a sua capacidade de se gerir segundo normas sociais e ir ao encontro das expectativas de diferentes grupos de *stakeholders* (Fombrun & Shanley, 1990). A reputação e a legitimidade servem como consentimento para a empresa operar no contexto social, aumentando a capacidade de atrair consumidores, investidores e trabalhadores, que preferem envolver-se com uma organização mais responsável (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008). Essa reputação poderá associar-se à marca da empresa, conferindo legitimidade a um dos seus ativos mais valiosos (Smith, 2005). Outro exemplo é o *marketing* de causas, que além de salientar as vantagens do produto, associa-os através de apelos para doações de caridade: esta estratégia aumenta os incentivos para comprar à empresa (Smith & Alcron, 1991). Na mesma linha de pensamento, a filantropia corporativa pode também ser uma ferramenta de legitimação (Chen, Patten & Roberts, 2008): empresas que não sejam capazes de alcançar um desempenho ambiental positivo ou bons padrões de segurança poderão utilizar a filantropia como um meio alternativo de construir legitimidade. Uma maneira de as empresas se legitimarem é divulgando o seu desempenho em diversos campos sociais e ambientais (Brammer & Pavelin, 2004). Os objetivos financeiros não são inconsistentes com os objetivos sociais: é possível alcançá-los

simultaneamente. Deste modo, as empresas transmitem a percepção de que os seus objetivos financeiros são legítimos e que os lucros não são obtidos à custa do bem-estar social.

Criação de Sinergias Positivas

A exploração de oportunidades que reconciliam, simultaneamente, exigências de diferentes grupos de *stakeholders* pode gerar sinergias positivas (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008). A filantropia pode ser utilizada para influenciar o contexto concorrencial de uma organização, aumentando a sua competitividade ao mesmo tempo que vai ao encontro das necessidades de alguns dos seus *stakeholders* (Porter & Kramer, 2002). Por exemplo, contribuições para a educação poderão melhorar a qualidade dos recursos humanos da empresa a longo-prazo. Alternativamente, contribuições para a comunidade poderão criar e manter maior qualidade de vida e poder de compra da população, efetivamente estimulando a sustentabilidade de uma base de clientes a longo-prazo (*ibid*). Deste modo, as empresas estariam efetivamente a transformar um problema social em valor sustentável de cariz económico, social e ecológico: oportunidades de negócio, capacidade produtiva, competências, postos de trabalho bem remunerados e riqueza (Drucker, 1984; Wheeler, Colbert & Freeman, 2003; Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008). Simultaneamente, são satisfeitas as exigências dos *stakeholders* e alcançados os objetivos operacionais e financeiros da empresa. Ao envolver-se com os seus *stakeholders* e ao satisfazer as suas necessidades, a empresa ganha o seu consentimento e apoio para seguir os seus interesses de obtenção de lucro (Kurucz, Colbert & Wheeler, 2008).

2.4.Divulgação da RSE

A comunicação da informação sobre RSE tornou-se uma necessidade para as empresas socialmente responsáveis. A prestação de contas é um princípio fundamental e inseparável da responsabilidade (Perez, 2007). Não é suficiente adotar iniciativas e atividades de RSE; é também importante e desejável disponibilizar informação sobre estas atividades aos *stakeholders* da empresa (Holder-Webb *et al.*, 2009). Cada vez mais as empresas divulgam informação não financeira, o que se deve a uma crescente percepção, por parte dos *stakeholders*, de que as declarações financeiras deixam de parte muita informação importante (Adams, 2002). O resultado é um aumento na transparência das empresas (Nielsen & Thomsen, 2007). Este tipo de informação é essencial para reduzir assimetrias de informação que existem entre gestores e *stakeholders* (Holder-Webb *et al.*, 2009). Entendendo a RSE como um compromisso voluntário para com objetivos não económicos que vão além das exigências legais, apresentam-se de

seguida, das várias teorias justificativas da divulgação de RSE (Garriga & Melé, 2004), as duas mais populares na literatura: a teoria da legitimidade e a teoria dos *stakeholders*.

Teoria da Legitimidade

A teoria da legitimidade assenta na noção de que existe um contrato social entre a empresa e a sociedade (Deegan & Unerman, 2011), associada a duas ideias fundamentais: as empresas precisam de legitimar as suas atividades; e o processo de legitimação confere benefícios às empresas (Toukabri, Ben Jemâa & Jilani, 2014). A necessidade de legitimidade não é a mesma para todas as firmas, dependendo do nível de pressão social ao qual estão expostas e do tipo de resposta exigida, que por sua vez determinam a necessidade de divulgação de informações. As publicações de RSE podem assim conferir legitimidade, que beneficia a empresa.

As empresas procuram legitimar as suas ações comunicando sobre RSE, de modo a obter a aprovação da sociedade e, assim, assegurar a continuidade da sua existência. As organizações procuram constantemente assegurar que operam dentro dos limites e das normas sociais (Shocker & Sethi, 1974; O'Donovan, 1997), que são dinâmicos, requerendo que a empresa seja capaz de reagir em tempo real. De certa forma, existe um contrato social entre a empresa e aqueles que por ela são afetados. A firma deve ser complacente com os termos dinâmicos deste contrato. Se uma empresa não consegue justificar a continuidade das suas operações, a comunidade pode revogar esse contrato (Deegan e Rankin, 1996). A revogação pode ocorrer de diferentes formas, tais como: os consumidores reduzirem ou eliminarem a procura dos produtos da empresa; verificar-se uma redução na oferta de mão-de-obra ou de capital financeiro; *lobbying* para a criação de impostos, multas ou leis que restrinjam as suas operações (Brown & Deegan, 1998). Isto reflete a teoria da legitimidade, que afirma que as organizações serão penalizadas se as suas atividades não estiverem de acordo, de uma forma consistente, com as expectativas da comunidade. O conceito de licença pública refere-se ao chamado contrato social, representando a gama de expectativas que a sociedade tem sobre o modo como as empresas devem conduzir as suas operações (Deegan, 2002). Considerando os custos potenciais da fuga aos padrões socialmente aceites, ou seja, fora do contrato social, as organizações vão tomar iniciativas para assegurar a sua legitimidade.

Enquanto a legitimidade, por si, pode ser considerada como uma condição, ou um estado, a legitimação é um processo que as empresas podem adotar, especialmente através de estratégias de divulgação que as levem para o estado desejado de legitimidade. A legitimidade da empresa

está dependente da manutenção de um relacionamento mutualista de obrigações morais com os seus *stakeholders* (Maignan & Ralston, 2002). Lindblom (1994) descreve quatro estratégias que as empresas podem adotar para levar a cabo o processo de legitimação: educar e informar o público relevante sobre mudanças concretas no desempenho e nas atividades empresariais; alterar as perceções do público relevante sem ter de alterar o seu comportamento; manipular a perceção desviando a atenção do problema para outros assuntos; procurar alterar as expectativas exteriores relativamente ao seu desempenho.

O discurso sobre a RSE tem surgido nas divulgações das empresas como parte da gama de estratégias que as empresas utilizam para aumentar ou manter os seus níveis de legitimidade. Hogner (1982) argumenta que o discurso sobre assuntos de RSE representa a resposta às expectativas da sociedade sobre o comportamento das empresas, identificando relações positivas entre variações do discurso de RSE com variações nas expectativas da sociedade no que toca ao desempenho social. Um exemplo interessante foi o que se seguiu ao desastre ambiental da petrolífera Exxon no Alasca, em 1989. Nos anos que se seguiram, verificou-se um aumento dos discursos sobre responsabilidade ambiental da maioria das empresas do setor, apesar de o incidente estar relacionado com apenas uma empresa (Patten, 1992). Os níveis de divulgação de informação ambiental por parte das empresas estão associados ao processo de legitimação, onde as empresas procuram ganhar legitimidade para as suas operações (Deegan & Gordon, 1996). A divulgação de informação sobre RSE funciona como uma ferramenta de gestão para a complexidade do ambiente globalizado, ajudando as empresas a integrar as atividades de RSE na gestão de risco para que o seu impacto seja maximizado (Kytte, Hamilton & Ruggie, 2005).

A publicação de informações sociais e ambientais pode alterar o modo como a empresa é percebida pela sociedade, podendo a reputação ser moldada de acordo com a sua vontade. A decisão de trabalhar numa determinada firma depende da perceção do modo como as responsabilidades empresariais são geridas (Waddock, Bodwell e Graves, 2002). Assim, a publicação de informação sobre RSE pode posicionar a empresa como empregadora de excelência, contribuindo para a capacidade de a empresa atrair e manter mão-de-obra de qualidade. A assunção da validade da perspetiva estratégica também pode ajudar a construir reputação direcionada a investidores e aos acionistas da empresa (Roberts, 1992; Margolis & Walsh, 2003; Branco & Rodrigues, 2008). Um nível elevado de divulgação de informações

sobre RSE está fortemente associado à reputação perante vários grupos de *stakeholders* (Bayoud, Kavanagh & Slaughter, 2012)

Apesar de autores como Guthrie e Parker (1989) alertarem para o facto de que algumas formas de discurso de RSE poderem não ser explicáveis pela teoria da legitimidade, existem muitas provas de que as empresas compreendem que devem funcionar dentro dos limites e das expectativas da sociedade, sendo de prever que as organizações reajam a desvios na perceção que sociedade tem de si, adaptando as divulgações sobre RSE (Brown & Deegan, 1998). A teoria da legitimidade fornece um modelo compreensivo que explica os determinantes e as consequências da divulgação da RSE.

Teoria dos Stakeholders

Os *stakeholders* são aqueles grupos ou indivíduos que podem afetar ou são afetados pela concretização dos objetivos da organização ou aqueles com interesses diretos ou indiretos na empresa (Freeman, 1984).

As organizações têm de ter em consideração os interesses de todos os grupos de interesse que afetam ou que possam ser afetados pelos objetivos da empresa. A teoria dos *stakeholders* tem dois objetivos principais: descrever o modo como as empresas funcionam e prever o comportamento organizacional (Brenner & Cochran, 1991). É uma teoria que pretende explicar e servir de guia para a estrutura e funcionamento de empresas já estabelecidas, através das quais diversos participantes cumprem propósitos variados, mas nem sempre congruentes (Donaldson & Preston, 1995).

De modo a clarificar o conceito de *stakeholder*, muitos estudos procuram definir e categorizar os diferentes grupos de *stakeholders* (e.g. Freeman, 1984; Charkham, 1994; Clarkson, 1994, 1995; Mitchell, Agle & Wood, 1997; Wheeler & Sillanpaa, 1997, 1998; Verdeyen, Put & Buggenhout, 2004, Wherther & Chandler, 2006).

Os *stakeholders* podem ser classificados quanto à sua saliência, ou seja, quanto ao grau de prioridade que os gestores dão às suas exigências (Mitchell, Agle & Wood, 1997). Segundo esta classificação, os *stakeholders* podem ser identificados pela posse de um, dois ou três dos seguintes atributos: poder de influenciar a empresa; legitimidade no relacionamento com a firma; urgência da sua exigência para com a organização. Estes atributos, sendo construções sociais não objetivas, podem variar no tempo. Os *stakeholders* não têm de ter a consciência ou

a percepção da posse destes atributos. Os *stakeholders* que apenas possuem um destes atributos são apelidados de “latentes”, pois não colocam qualquer pressão sobre os gestores para agir sobre eles, apesar de estes poderem escolher fazê-lo. Por outro lado, os *stakeholders* que possuem dois destes atributos são percebidos como sendo mais salientes, e são chamados de “expectantes”, o que leva aos gestores a adotar uma postura mais ativa no seu relacionamento. Finalmente, quando os *stakeholders* possuem todos estes atributos são chamados de *stakeholders* “definitivos”, e os gestores devem dar prioridade às suas exigências. Os gestores devem saber identificar as entidades no seu contexto que dispõem de poder para impor a sua vontade sobre a firma e a urgência das exigências, de modo a servir os interesses morais e legais dos *stakeholders* legítimos. Driscoll e Starik (2004) acrescentam o atributo da “proximidade”, que também influencia positivamente a saliência dos *stakeholders*.

Wheeler e Sillanpaa (1997, 1998) classificam os *stakeholders* em quatro dimensões: *stakeholders* sociais primários, *stakeholders* sociais secundários, *stakeholders* não-sociais primários e *stakeholders* não-sociais secundários. Os *stakeholders* que têm impactos diretos nos relacionamentos e que envolvem entidades humanas são classificados como sociais diretos. Os que têm impactos menos diretos são *stakeholders* sociais secundários. Estes podem-se tornar extremamente influentes na empresa, como por exemplo a sociedade civil, outras empresas e vários grupos de interesse. Os grupos de *stakeholders* que não envolvem relacionamentos humanos são classificados de não-sociais: primários ou secundários, respetivamente, se têm impactos diretos ou indiretos nos relacionamentos. Entre os *stakeholders* não-sociais consideram-se, por exemplo, o meio ambiente, espécies não humanas, as gerações futuras, e os grupos de pressão que os defendem. Driscoll e Starik (2004) argumentam que o meio ambiente se encontra na categoria de *stakeholder* primário e que possui saliência elevada, ideia reforçada também por Haigh e Griffith (2009). No seguimento deste modelo, a RSE pode ser definida como o comportamento das empresas que procura afetar os *stakeholders* destas quatro categorias e que vai além do interesse económico.

A teoria dos *stakeholders* é utilizada para analisar os grupos para com os quais a empresa deve ser responsável. Segundo Donaldson e Preston (1995), todas as pessoas ou grupos com interesses legítimos que participam numa empresa fazem-no de modo a obter benefícios e não existe, à partida, uma prioridade de certos interesses sobre os outros, ou seja, as relações da empresa com os *stakeholders* são bidirecionais e de igual importância (Figura 2.2).

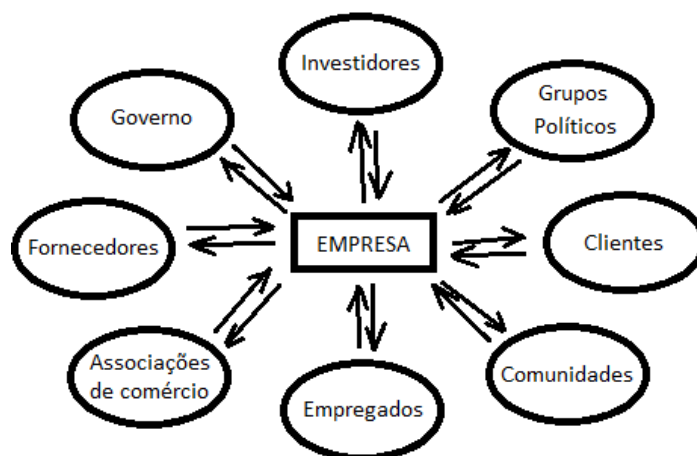


Figura 2.2. Representação das relações das empresas com os seus stakeholders.
Adaptado de Donaldson e Preston (1995)

As empresas devem funcionar para o benefício daqueles que têm interesses nela: os acionistas investem o seu dinheiro, os empregados investem tempo e capital intelectual, os clientes investem a sua confiança e fidelidade e as comunidades fornecem infraestrutura e educação para futuros empregados (Graves, Waddock & Kelly, 2001; Boatright, 2003). As empresas devem mostrar-se ativas na sociedade onde funcionam, considerando os impactos das suas ações nos *stakeholders*, ressaltando a importância de todas as partes afetadas direta ou indiretamente (Wicks, Freeman & Parmar, 2004; Wearing, 2005).

Segundo Deegan (2013), a teoria dos *stakeholders* tem duas vertentes: a vertente administrativa e a vertente ética. A vertente administrativa defende que as empresas devem responder aos *stakeholders* que podem ter um impacto económico essencial ou àqueles que não estão diretamente envolvidos nas atividades económicas da organização mas que têm interesse nas atividades da firma e que as podem influenciar. A vertente ética afirma que todos os *stakeholders* têm, a qualquer momento, o direito a ganhar conhecimento sobre as implicações sociais e ecológicas das atividades empresariais.

Donaldson e Preston (1995), além de também defenderem que a teoria é, na sua essência, um modelo administrativo, postulam que existem três aspetos da teoria dos *stakeholders*: descritivo/empírico, instrumental e normativo, que, apesar de bastante diferentes, se reforçam mutuamente, sendo a base normativa o alicerce fundamental da teoria:

- A teoria dos *stakeholders* é descritiva, pois apresenta um modelo que descreve o que é a empresa, representada como uma multitude de interesses cooperativos e concorrenciais com um valor intrínseco. A teoria pode então ser utilizada para descrever a natureza da

empresa, o modo como a administração entende a gestão, o modo como os diretores encaram os interesses gerais da empresa e o modo com as empresas são, de facto, geridas. O uso da simples descrição é comum e desejável na exploração de novas áreas e normalmente permite chegar a proposições explanatórias e com capacidade de postular previsões;

- A teoria dos *stakeholders* é também instrumental, pois estabelece um modelo para examinar as ligações entre a prática da gestão de *stakeholders* e o cumprimento de vários objetivos de desempenho. A teoria é assim utilizada juntamente com dados descritivos e empíricos para identificar relações (ou a falta delas) entre a gestão dos *stakeholders* e o cumprimento de objetivos corporativos convencionais (lucratividade, estabilidade, crescimento, etc.), permitindo postular que, em iguais condições, as empresas que pratiquem a gestão de *stakeholders* serão mais bem-sucedidas. Contudo, este aspeto da teoria acaba por não explicar relações causais, apesar de estarem implícitas;
- A teoria dos *stakeholders* é normativa, afirmando que os *stakeholders* são pessoas ou grupos com interesses legítimos em aspetos processuais e/ou substantivos das atividades empresariais. A teoria é utilizada para interpretar a função da empresa, incluindo a identificação de normas morais ou filosóficas para as suas operações e gestão. Os *stakeholders* são identificados pelos seus interesses na empresa, mesmo que esta não tenha neles um interesse funcional correspondente. O aspeto normativo aceita também que os interesses de todos os *stakeholders* têm um valor intrínseco, ou seja, que todos os grupos de *stakeholders* merecem consideração por si mesmos e não apenas devido à sua capacidade de estender os interesses de um outro grupo como, por exemplo, o dos acionistas.

A teoria dos *stakeholders* é administrativa no sentido lato, pois não descreve apenas situações existentes ou prevê relações de causa-e-efeito, mas também recomenda atitudes, estruturas e práticas que constituem, no seu conjunto, a gestão dos *stakeholders* (*ibid*). A gestão de *stakeholders* requer que se dê atenção simultânea aos interesses legítimos de todos os *stakeholders* apropriados, quer a nível do estabelecimento de estruturas institucionais e de políticas empresariais, quer a nível decisional de cada caso particular. A teoria não presume necessariamente que os gestores sejam o único centro do poder administrativo da empresa, nem que a atenção dada a todos os interesses dos *stakeholders* substitua o processo de identificação e de avaliação dos seus interesses legítimos na empresa. Porém, a teoria não implica que todos os *stakeholders* sejam envolvidos igualmente em todos os processos e decisões. Na condição de teoria administrativa, os aspetos normativos e instrumentais são prescritivos, ou seja,

expressam ou deixam implícitas as decisões mais (ou menos) apropriadas. Enquanto o aspecto instrumental é hipotético, fornecendo recomendações concretas para alcançar certos objetivos, o aspecto normativo é categórico, pois sugere que as decisões devem ser tomadas como consequência de ponderações morais ou éticas. A teoria dos *stakeholders* aparece justificada na literatura de acordo com uma ou mais destas três perspectivas. As justificações descritivas tentam explicar que os conceitos teóricos correspondem à realidade observada. As justificações instrumentais realçam os indícios e as provas que apontam para as relações entre a gestão dos *stakeholders* e o desempenho empresarial. As justificações normativas recorrem a conceitos subjacentes como direitos de grupo, contrato social ou utilitarismo. Os três aspectos estão aninhados uns nos outros (Figura 2.3): por fora encontra-se o aspecto descritivo, que apresenta e explica as relações observadas no mundo exterior, que por sua vez assenta no aspecto instrumental, possuindo a capacidade de prever relações causais. Contudo, o cerne da teoria é normativo, pois os outros aspectos baseiam-se na premissa de que os gestores e os outros agentes agem assumindo que os interesses de todos os *stakeholders* têm um valor intrínseco. É o reconhecimento destes valores e obrigações morais que dá à gestão de *stakeholders* uma base fundamental normativa.

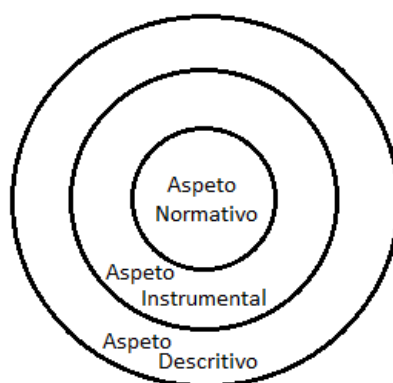


Figura 2.3. Hierarquia dos aspectos descritivo, instrumental e normativo da teoria dos *stakeholders*. Adaptado de Donaldson e Preston (1995)

Comparação das Teorias

Enquanto a teoria da legitimidade encara a sociedade como um todo, a teoria dos *stakeholders* reconhece que alguns grupos dentro da sociedade podem ter mais poder do que outros (Omran & Ramdhony, 2015). Por outro lado, ambas as teorias conseguem explicar igualmente aspectos de RSE tais como a prestação de contas, o capital intelectual ou a divulgação de informação ambiental (Sharma, 2013). Apesar de as duas teorias serem consideradas complementares, a adoção de uma delas será mais apropriada em função do grupo-alvo do discurso de RSE.

A teoria da legitimidade adequa-se a situações em que as empresas tenham sido acusadas de malversações que tenham afetado toda a sociedade (Omran & Ramdhony, 2015). Empresas que tenham sido processadas por autoridades de proteção ambiental, ou que operem em países com sociedades segmentadas (em etnias, religiões, etc.) caracterizadas por desigualdades salariais ou de oportunidades entre as diferentes componentes da sociedade adequam-se à teoria. Dado que a teoria da legitimidade se baseia nas percepções da sociedade, a gestão sentir-se-ia forçada a divulgar informações que alterassem a opinião externa sobre a empresa. Omran e El-Galfy (2014) argumentam que a teoria da legitimidade se adequa mais a empresas que funcionam em países desenvolvidos, onde os relatórios anuais são o veículo mais comum de divulgar informações sobre RSE à sociedade como um todo.

Por outro lado, a teoria dos *stakeholders* é mais adequada para empresas multinacionais a operar em países em desenvolvimento (Omran & Ramdhony, 2015). A empresa pode direcionar os seus discursos de RSE para os *stakeholders* que queira especificamente gerir, para otimizar o seu relacionamento com eles (Bushman & Landsman, 2010). As empresas que operam em países em desenvolvimento poderão adotar a abordagem da teoria dos *stakeholders* para gerir, por exemplo, compradores poderosos de países desenvolvidos (Omran & Ramdhony, 2015).

Apesar de estas duas teorias competirem na explicação dos motivos que levam à divulgação da RSE, eles podem conjuntamente explicar o fenómeno. Contudo, a identificação destes dois estilos distintos de divulgação de RSE, voluntária ou solicitada, permite explicar melhor o desenho do discurso observado pela empresa (van der Laan, 2009).

2.5. Críticas à RSE

O conceito de RSE não é imune a críticas e a oposições: as atividades sociais empresariais poderão causar ineficiências operacionais e o próprio discurso de RSE das empresas contemporâneas pode ser criticado.

Ineficiências económicas

Milton Friedman (1962) defende que a única responsabilidade das empresas é a maximização dos lucros para os seus acionistas e que os assuntos sociais não são da competência das empresas, mas sim dos próprios mercados ou dos governos e da legislação. A RSE retira a concentração da empresa dos seus objetivos principais: os financeiros (Hayek, 1969). Davis (1973) argumenta que as empresas não dispõem das competências necessárias para tomar

decisões orientadas para a sociedade e, tendo já as empresas tanto poder, não se lhes deveria também conferir poder social. Num mundo globalizado, ao seguir políticas de RSE, as empresas poderão também estar a perder competitividade (Carroll & Shabana, 2010). Na mesma linha, Jensen (2002) critica a teoria dos *stakeholders*, pois politiza a firma e dá aos gestores poderes para exercer as suas próprias preferências nos gastos dos recursos empresariais.

Duggar (1989) argumenta que as empresas têm evoluído como organizações que servem os interesses de quem as controla, à custa daqueles que não o fazem. Banerjee (2008) apresenta uma crítica a diversos casos onde as estratégias e as ações das empresas servem apenas para alimentar os interesses empresariais à custa de certos segmentos da sociedade. Muitas delas acabam por prejudicar a sociedade, o ambiente e até a própria economia. Legalmente, não existe nenhuma exigência oficial para que as empresas sirvam o bem-estar da sociedade, e o governo acaba por ser o responsável em lidar com os impactos negativos da atividade económica (Perrow, 2002). Na prática, ainda que os custos sociais e ambientais sejam encarados como externalidades, os lucros são transferidos para os indivíduos que controlam a empresa (*ibid*). Regan (1998) defende que deveriam existir normas, regulamentos e leis que exigissem às empresas a produção de resultados que contribuíssem de forma positiva para a sociedade. Contudo, assumir que as empresas agem virtuosamente e com base em princípios morais acaba por flexibilizar as restrições legais colocadas às empresas, que podem agir com impunidade.

Do mesmo modo que o domínio da RSE não deve ser avaliado por critérios maioritariamente económicos, a ética ambiental não pode ser desenvolvida com base numa moralidade ética de gestão que sirva interesses empresariais (Fineman, 1998; Snell, 2000 *apud* Banerjee, 2008). As limitações da conceção de RSE baseada num modelo de mercado são as mesmas inerentes ao racionalismo económico: a assunção, discutível, de que a economia é inerentemente racional e a consequente assunção da irracionalidade de teorias alternativas (Banerjee, 2008). Além disso, as empresas não são capazes de substituir a função social dos governos, dado que, no sistema económico atual, a sua natureza básica é fundamentalmente económica (*ibid*).

Retórica dos discursos

Segundo Banerjee (2008), a divulgação de RSE baseia-se numa retórica desvinculativa, definida por interesses empresariais particulares, para restringir os interesses de *stakeholders* externos. O autor sugere que a RSE se tornou um movimento ideológico destinado a legitimar o poder das grandes empresas. A relação entre a empresa e a sociedade é frequentemente

representada e construída, no discurso de RSE, com base nos interesses da empresa e não nos da sociedade (Windsor, 2001). A construção da legitimidade assenta em noções e termos produzidos discursivamente, definidos com base em critérios de eficiência económica (Regan, 1998). A própria relação positiva entre o desempenho social/ambiental e o desempenho financeiro da empresa, alegada pela maior parte dos estudos sobre este tema, não encontra, na literatura, teorias explicativas convincentes (Margolis & Walsh, 2003). McWilliams e Siegel (2001) argumentam que a RSE, enquanto estratégia empresarial para adquirir vantagem competitiva, é facilmente imitável pela concorrência. Os estudos sobre estratégias ambientais existentes limitam as justificações da adoção da RSE e de estratégias ambientais a situações em que estas resultam em ganhos para as empresas (Banerjee, 2001; Sharma & Vredenburg, 1998 *apud* Banerjee, 2008). O próprio discurso sobre estas estratégias consiste numa forma de transmitir uma imagem de responsabilidade ambiental, que muitas vezes não reflete a realidade, com o objetivo de preservar ou expandir o mercado da empresa (Banerjee, 2008). As perceções da sociedade no que toca à responsabilidade ambiental das empresas é, para elas, extremamente importante, resultando em que estas se projetem como amigas do ambiente para evitar controlo regulamentar (*ibid*).

Segundo Banerjee (2008), o discurso sobre RSE é construído com base numa série de assunções com escasso apoio teórico e empírico: por exemplo, as empresas devem pensar para além da vertente económica e focar-se, também, em assuntos sociais e ambientais; devem apresentar integridade, ética e transparência nas suas operações; devem envolver-se com a comunidade de modo a apoiá-la e a melhorar o bem-estar social. Assume-se, ainda, que as empresas devem operacionalizar o discurso para os *stakeholders* porque a prática da boa cidadania empresarial está ligada a um bom desempenho financeiro e a prática de má cidadania empresarial resulta na revogação, pela sociedade, da licença para funcionar. Contudo, o autor defende que estas noções deveriam ser operacionadas em cooperação com os *stakeholders*.

A noção de sustentabilidade é muitas vezes incluída no âmbito da RSE. Contudo, existem centenas de definições do conceito na literatura, muitas delas pobremente construídas, o que leva inevitavelmente a debates igualmente pobres sobre este tema (*ibid*). Laine (2005) afirma que o conceito de sustentabilidade é elusivo e que pode ser dividido em dois ramos: o da

sustentabilidade fraca¹ e o da sustentabilidade forte². O autor considera que a interpretação empresarial do conceito de desenvolvimento sustentável aproxima-se muito mais do conceito de sustentabilidade fraca, ignorando aspetos sociais para ditar os próprios termos, segundo os seus interesses. Hawken (1995) alerta que a aceitação, sem sentido crítico, do sistema atual de mercados, é problemática, pois estes são incapazes de refletir os custos reais das atividades corporativas, tais como os custos de reflorestação de uma floresta tropical antiga de crescimento lento, ou os custos sociais do consumo de substâncias prejudiciais como o tabaco ou bebidas alcoólicas. Segundo O'Neill (2012, 2015), a não-adoção de uma perspetiva de sustentabilidade forte impedirá o progresso no sentido de uma economia estacionária, essencial para assegurar a sustentabilidade da economia, em termos materiais e energéticos, enquanto parte integrante do meio ambiente, e sem a qual a continuidade da espécie humana no planeta a longo-prazo não se encontra assegurada.

2.6. Responsabilidade Social Empresarial em África

As sociedades conceptualizam a RSE de acordo com o contexto socioeconómico. Panwar e Hansen (2008) explicam que as expectativas que a sociedade tem da empresa tendem a evoluir com o desenvolvimento económico e social do país: a população apresenta progressivamente, além de necessidades físicas, também necessidades sociais e de desenvolvimento pessoal (Maslow, 1943). Por outro lado, os contextos regulamentares também diferem: nalguns países, as leis moldam as perceções das sociedades, e noutros as perceções das sociedades moldam as leis; o mais frequente é haver um misto dos dois fenómenos (Panwar & Hansen, 2008). As diferenças nas exigências legais levam muitas empresas multinacionais a transferir as operações para localizações com regulamentações ambientais e sociais menos estritas (*ibid*).

¹ A sustentabilidade fraca reconhece que existem problemas ambientais, mas que estes não são fundamentais para a continuidade do progresso humano. A sociedade pode resolver a crise ambiental abordando-a dentro das estruturas sociais e instituições económicas existentes, ou seja, não é necessária uma mudança de paradigma. Trata-se de uma visão antropocêntrica, em que a natureza fornece recursos à sociedade que podem ser utilizados para aumentar o bem-estar humano. Prevalece a ideia de que o progresso e o crescimento económico são objetivos dominantes da sociedade, no contexto do estilo de vida preponderante.

² O conceito de sustentabilidade forte considera que o crescimento económico contínuo é impossível, que causou inúmeros problemas sociais e ecológicos, e que terá de ser abandonado como objetivo dominante. A continuidade do crescimento impedirá a humanidade de atingir o desenvolvimento sustentável, do qual os aspetos sociais são uma parte integrante. Esta perspetiva é ecocêntrica, sendo os seres humanos considerados parte integral da natureza: ao invés de tentar gerir a natureza, os seres humanos deveriam tentar viver em harmonia com outras espécies e com o ecossistema em geral.

O crescimento económico tem sido encarado como pré-requisito para o desenvolvimento no mundo, mas existem diversas dimensões não-económicas de desenvolvimento que são cruciais para o funcionamento da economia de mercado e para o desenvolvimento humano (Rosling *et al.*, 2006), tais como: o capital humano (saúde, educação); instituições públicas (polícia, justiça, autoridades tributárias, proteção legal da propriedade); sociedade civil (uniões comerciais, organizações variadas); e governo (representatividade e honestidade).

Mesmo os programas de RSE mais bem-intencionados podem ser entendidos como retórica corporativa se não for dada a devida consideração ao contexto local (Panwar & Hansen, 2007). Devido às diferentes relações entre as expectativas da sociedade e o quadro legislativo, alguns tópicos poderão não estar presentes nas iniciativas de RSE de empresas que operam e/ou estão sediadas em países com diferentes graus de desenvolvimento (Panwar & Hansen, 2008). Por exemplo, em países desenvolvidos as condições de saúde e higiene no trabalho ou mesmo a mão-de-obra infantil poderão ser consideradas óbvias e portanto ignoradas, mas ser de extrema importância em países com legislação mais fraca ou insuficiente aplicação das leis existentes. Apesar de a legislação desses países poder contemplar esse tipo de problemas, as empresas poderão ter de ser capazes de ir além do exigido pela lei e contribuir ativa e efetivamente para a sua atenuação (*ibid*).

Especialmente quando as empresas multinacionais deslocam as suas operações para regiões subdesenvolvidas, as comunidades e os pobres tendem a ser desconsiderados como *stakeholders* (Barkemeyer, 2009). Por outro lado, a importância destes grupos enquanto *stakeholders* aumenta quando as empresas são expostas a má publicidade por parte da comunicação social e de ONGs no que toca a práticas sociais e ambientais (Toppinen & Korhonen-Kurki, 2013). Este fenómeno ocorre devido ao poder dos consumidores e financiadores dos países desenvolvidos, com consciência ambiental e social.

A RSE deve variar de acordo com a região onde a empresa opera, de modo a adequar-se aos desafios e oportunidades locais (Hamann, 2006), tendo em conta o potencial que o conceito tem no que toca ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza (Merino & Valor, 2011). Baskin (2006) apresenta casos de sucesso na introdução de projetos de RSE em contextos de países em desenvolvimento. Contudo, a capacidade de a RSE contribuir efetivamente para o desenvolvimento e de resolver problemas urgentes nas partes mais necessitadas do planeta permanece pouco clara (Dobers & Halme, 2009). Gjørlberg (2009) argumenta que o país de

origem influencia as práticas de RSE das empresas, e estas diferenças são mais pronunciadas quando se comparam empresas de países menos desenvolvidos.

Dado que a RSE é um conceito de origem ocidental e as práticas de RSE são predominantemente levadas a cabo por empresas ocidentais, muitas destas iniciativas poderão mesmo mostrar-se prejudiciais num contexto intrinsecamente diferente (Jenkins, 2005). Dobers e Halme (2009) afirmam mesmo que os problemas de sustentabilidade globais foram causados pelo consumismo e pela industrialização dos países ocidentais, e mais recentemente pelos países em desenvolvimento de crescimento acelerado, os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e a própria agenda de RSE acaba por ser dissimulada por motivos ideológicos e políticos. As teorias e conceitos de RSE são originários de países com economias de mercado com ambientes institucionais relativamente fortes, nos quais a regulamentação é eficaz e cumprida. Contudo, nos países em desenvolvimento e nas economias emergentes, o fraco ambiente institucional, associado a uma aplicação arbitrária da legislação, burocracia inconsistente, insegurança nos direitos de propriedade privada e corrupção, a RSE acaba por ter um papel bastante díspar (Jamali & Mirshak, 2007; Kuznetsov, Kuznetsova & Warren, 2009). Assim, a RSE deve dar atenção a uma série de fatores económicos e legais (Idemudia, 2011). Num contexto onde abundam o não cumprimento das leis, a evasão fiscal e a fraude, o simples cumprimento das leis poderá ser considerado uma manifestação de responsabilidade, assim como a capacidade de deteção de casos irresponsáveis (Jamali & Mirshak, 2007).

Visser, McIntosh e Middleton (2006) sugerem que o modelo de Carroll (1991) não é adequado para descrever as complexidades e as dinâmicas da cidadania empresarial, especialmente em África, onde abundam problemas como conflitos e contradições, criação de emprego, proteção ambiental, lucro a curto-prazo, custos de tratamento do síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA), regimes repressivos, transparência dos governos, delegação de autoridade económica e investimentos sociais. Visser (2005) defende que o modelo em pirâmide desenvolvido por Carroll (1991) deve ser modificado para países em desenvolvimento. A cultura tem uma influência importante nas prioridades de RSE percebidas e a ordem das camadas de RSE deve ser alterada para refletir essa realidade.

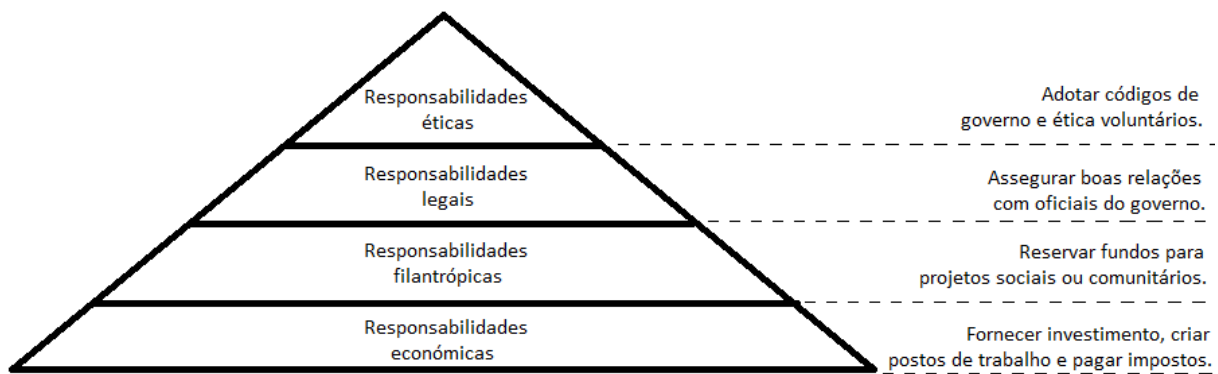


Figura 2.4. Hierarquia em pirâmide para as diferentes categorias de RSE em África.
Adaptado de Visser (2005)

Nos países em desenvolvimento, apesar de as responsabilidades económicas continuarem a receber o maior ênfase, a filantropia recebe a segunda ordem de prioridade, seguida das responsabilidades legais e éticas (Visser, 2005). Isto pode ser explicado em parte pela ligação tradicional à filantropia, pois esta consiste no modo mais direto de melhorar as condições de vida da sociedade onde a empresa opera. Por outro lado, existe também uma cultura tradicional de fatalismo, dependência e de assistência nos países em desenvolvimento. Além disso, em comparação com os países desenvolvidos, a pressão para obedecer à legislação existente é menor (Ragodo, 2009). Visser (2005) argumenta que as responsabilidades éticas são cruciais para a melhoria de todas as outras dimensões, incluindo o desenvolvimento económico, o cumprimento da lei e a voluntariedade.

O continente africano tem sofrido com guerras, corrupção, regimes ditatoriais e problemas de saúde, apresentando níveis de desenvolvimento social ainda muito reduzidos (Dobers & Halme, 2009). Por exemplo, os Camarões são uma nação rica em recursos naturais, mas com níveis de corrupção altíssimos, que impedem o desenvolvimento económico. Na prática, as iniciativas filantrópicas que visam estas regiões não modificam o modo como as nações africanas governam e gerem os seus países e economias. Neste contexto, as parcerias entre empresas, ONGs e governos não são comuns devido ao antagonismo e à falta de confiança prevalentes, sendo raras iniciativas para a redução de conflitos, paz ou reabilitação (Kolk & Lenfant, 2013).

Muitos estudos realizados sobre RSE em África apontam para aspetos potencialmente nefastos das atividades de investimento social realizadas por empresas multinacionais (e.g. Okafor, 2003; Ite, 2004; Visser, 2005; Alemagi, Oben & Ertel, 2006; Dunfee, 2006; Idemudia & Ite, 2006; Ite, 2007a, 2007b; Ofori & Hinson, 2007; Rinzin, Vermeulen & Glasbergen, 2007; Edoho, 2008; Short, 2008; Buch & Dixon, 2009; Kehbila, Ertel & Brent, 2009; Keitumetse,

2009; Mitchell & Hill, 2009; Wahba, 2010; Idemudia, 2011, Kolk & Lenfant, 2013). Estas atividades têm o potencial de tornar os governos africanos dependentes das empresas, substituindo o papel de responsabilidade do estado e do governo (Ite, 2004, 2005; Jenkins, 2005). Nas ocasiões em que empresas e/ou organizações não-governamentais (ONG) assumem responsabilidades que normalmente competem ao estado, como na área da saúde ou da educação, a capacidade do estado fica debilitada e a legitimidade e credibilidade ficam enfraquecidas (Ite, 2005; Idemudia & Ite, 2006). Mesmo nas situações em que o fazem de um modo eficaz, eficiente, responsável e democrático, o estado poderá perder o incentivo para cuidar dos seus cidadãos. Além disso, a redução da confiança nas autoridades públicas pelos cidadãos diminui a capacidade de o governo cobrar impostos, fragilizando ainda mais os estados. Segundo Eweje (2006), neste tipo de contexto, as comunidades colocam expectativas elevadas nas multinacionais, que por sua vez sentem uma pressão mais elevada para tomarem iniciativas de RSE para se legitimarem nesse contexto, reforçando o ciclo vicioso. Kolk e Lenfant (2013) sugerem que parcerias envolvendo os governos africanos poderão ser soluções para o problema.

Merino e Valor (2011) defendem que o discurso de RSE necessita de um debate ideológico de modo a utilizar o seu potencial para erradicar a pobreza. As empresas e as instituições intergovernamentais assumem que é através do crescimento económico e do reforço do setor privado que esse objetivo pode ser alcançado. Contudo, além de o crescimento económico ignorar os limites materiais e os processos físicos nos quais assenta, só será benéfico se houver processos de redistribuição justa. Além disso, o próprio sistema económico no qual a definição de RSE assenta é questionável (O'Neill, 2015). As empresas alegam que a RSE é uma boa ferramenta para sistematizar as contribuições empresariais para o desenvolvimento, dado que existem incentivos económicos a fazer: maior poder de compra nas classes mais baixas, redução de custos, melhoria da reputação, entre outros (Merino & Valor, 2011). Contudo, pode-se também argumentar que não existe uma relação clara entre a RSE e a redução da pobreza, existindo mesmo o risco de que a RSE a impeça (*ibid*). O modo como a RSE é definida e o seu papel na redução da pobreza são baseados nas assunções dos modelos económicos capitalistas, contribuindo de certa forma para o aumento das desigualdades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. A comunicação das empresas apenas poderá tornar-se verdadeiramente ética e socialmente responsável se considerar a totalidade da diversidade de públicos existentes em contextos de desenvolvimento (Munshi & Kurian, 2005).

Para que a RSE seja capaz de contribuir para o desenvolvimento social em África é necessário que haja debate envolvendo as comunidades locais (Merino & Valor, 2011). A ênfase da RSE deve ser colocada mais nos cidadãos do que nos *stakeholders*, devendo ser criados mecanismos que facilitem a participação das comunidades nos processos de decisão (Jenkins, 2005; Jamali & Sidani, 2011). O debate sobre a RSE tem sido dominado por perspetivas ocidentais, e portanto deverá ser globalizado para incorporar as perspetivas e as experiências dos países em desenvolvimento (Jenkins, 2005; Prieto-Carrón *et al.*, 2006; Dobers & Halme, 2009). Por exemplo, a redução da pobreza não está contemplada nas definições atuais de RSE (Jenkins, 2005). Para que as empresas sejam efetivamente capazes de contribuir para a redução da pobreza em África é necessário um debate profundo sobre os próprios alicerces ideológicos da RSE e do papel das empresas na sociedade, além de que devem ser investigadas as condições nas quais as atividades das empresas favorecem ou impedem o desenvolvimento e a justiça social nos países africanos (Blowfield, 2005; Merino & Valor, 2011). É urgente desenvolver estruturas e instituições que contribuam para a justiça social, a erradicação da pobreza e a proteção ambiental em África (Dobers & Halme, 2009), e como tal a RSE deve ser adaptada ao contexto africano considerando estes objetivos, de preferência com o apoio do governo e de ONGs (Jamali & Mirshak, 2007). Para tal, é necessária investigação crítica para compreender o impacto da RSE nos países em desenvolvimento, uma crítica adequada ao discurso para identificar as suas limitações estruturais e o potencial das abordagens atuais e a consideração de abordagens alternativas, incluindo aquelas que vão além dos modelos estratégicos (Blowfield & Frynas, 2005; Prieto-Carrón *et al.*, 2006).

2.7.A RSE no Setor Florestal

As expectativas que a sociedade tem das empresas diferem não só de região para região mas também de setor para setor (Panwar & Hansen, 2008). De entre as indústrias de elevada sensibilidade ambiental, o setor florestal tem um papel crucial no desenvolvimento sustentável global, não só devido à sua base de matéria-prima (madeira), mas também devido à sua recente globalização (Li & Toppinen, 2011). O setor florestal opera sob escrutínio público intenso, devido a uma crescente consciencialização social e ambiental, que tem colocado pressão nas empresas para gerir os interesses de vários *stakeholders*, muitas vezes contraditórios, e para repensar as estratégias de negócio (*ibid*). A certificação florestal e ambiental são conceitos importantes, que asseguram que a madeira é extraída de florestas geridas de forma sustentável, mas a RSE poderia e deveria ir mais longe (Panwar & Hansen, 2008). Os governos e as ONGs

devem, em princípio, ter como prioridade a distribuição da riqueza, os direitos humanos e a preservação do ambiente, sendo de esperar que tomem atitudes proativas para impedir ameaças de forças destrutivas e alcançar objetivos sociais positivos, como, por exemplo, a luta contra a pobreza, o combate às alterações climáticas e a promoção da gestão florestal sustentável (Vidal & Kozak, 2008a). Do mesmo modo, cada vez mais as empresas do setor florestal são pressionadas no sentido de adotar mentalidades de cidadania responsável e de contribuir para a melhoria das condições sociais, ambientais e económicas dos contextos onde funcionam (*ibid*).

As empresas do setor florestal, motivadas pela melhoria das relações com os *stakeholders*, pela obtenção de dados de desempenho e pela redução da regulamentação governamental, acreditam que a participação em colaborações de melhoria do desempenho ambiental pode gerar benefícios financeiros (Dyke *et al.*, 2005). Além disso, as decisões socialmente responsáveis das empresas do setor florestal aumentam a preferência dos investidores, o que poderá levar ao sucesso económico a longo-prazo (Halme & Niskanen, 2001).

As empresas do setor florestal tendem a publicar informação sobre RSE e sustentabilidade com base em indicadores seletivos (Li & Toppinen, 2011). Existe alguma relutância em divulgar informação detalhada relacionada com as operações da empresa que vão além daquilo que é legalmente exigido (*ibid*). As empresas pouco mais contribuem para a sociedade e para o ambiente do que são obrigadas, ou então não divulgam a informação. Além disso, a maior parte das que publicam relatórios de sustentabilidade tem a sua sede em países desenvolvidos (Panwar & Hansen, 2008). Recentemente, os estudos qualitativos sobre a RSE no setor florestal têm-se tornado comuns e os estudos quantitativos têm-se focado em aspetos mais restritos de uma região ou de um aspeto do setor (Halme & Niskanen, 2001; Mikkilä *et al.*, 2005). Apesar de nos países em desenvolvimento ter sido dada mais atenção aos aspetos sociais e ambientais das práticas florestais, existe menos informação disponível sobre o respetivo desempenho. Ademais, a maior parte dos estudos foca-se em empresas de grandes dimensões, ignorando as pequenas e médias empresas (Panwar & Hansen, 2008), não obstante as maiores empresas atraírem maior escrutínio e, devido aos custos associados, poderem mais facilmente realizar iniciativas de RSE.

A maior parte das empresas do setor florestal estudadas na literatura parecem ter adotado atividades de RSE motivadas pela maximização de lucro, com menos ênfase nos impactos na sociedade e nos *stakeholders* (Li & Toppinen, 2011). As empresas percebem as iniciativas de

RSE como investimentos para demonstrar compromisso para com a sustentabilidade e assegurar a legitimidade, quer por razões éticas quer para alcançar objetivos estratégicos e económicos. Vários autores (*e.g.* Panwar & Hansen, 2007; Toppinen *et al.*, 2012; Toppinen & Korhonen-Kurki, 2013) defendem a normalização dos relatórios de RSE como forma de assegurar linhas orientadoras universais para ajudar a lidar com diversas críticas à divulgação, propondo ainda que deveriam ser desenvolvidos padrões específicos para a indústria ou para a região onde a empresa realiza as suas atividades, de modo a facilitar a comparabilidade. Porém, o uso de padrões de divulgação também suscita críticas, particularmente devido às normas existentes serem demasiado viradas para as grandes empresas florestais e darem pouca atenção aos consumidores e a ONGs (Brown, de Jong & Levy, 2009; Brown, de Jong & Lessidrenska, 2009). Além disso, o uso de normas de divulgação de RSE pouco tem feito para atenuar conflitos entre as empresas e a sociedade civil (Toppinen & Korhonen-Kurki, 2013), além de terem sido criticadas pela falta de detalhe e pela dificuldade de interpretação dos indicadores usados (Levy, Brown & de Jong, 2010) e de fazerem uso de entidades de auditoria comercial de legitimidade discutível (Brown, de Jong & Levy, 2009).

Do mesmo modo que diferentes sociedades podem tomar diferentes caminhos no sentido da sustentabilidade, os programas e os padrões de RSE também deveriam ser definidos ao nível regional (Kennedy, 2007). A própria perceção da RSE varia de acordo com o contexto (Han & Hansen, 2012). Por exemplo, no setor florestal europeu a RSE é guiada por leis, normas e regulamentações, mas nos países asiáticos é concebida como o dever social das empresas para com a sociedade (Mikkilä, 2005; Mikkilä, Kolehmainen & Pukkala, 2005; Panwar *et al.*, 2006). A contribuição do setor florestal para a economia local e os impactos ambientais são mais relevantes ao nível regional, mas por outro lado a reputação pesa mais ao nível mundial.

Diferentes sociedades interagem com a natureza de maneiras diferentes, e a comercialização dos recursos florestais afeta o modo como muitas comunidades com ligações fortes à floresta interagem com a natureza (Barkemeyer *et al.*, 2009). É, portanto, importante que as práticas de RSE sejam baseadas nos pareceres de *stakeholders* locais em vez de importar normas de outros contextos, especialmente em setores de extração de recursos naturais, essenciais para o sustento de tantas sociedades (Maignan & Ralston, 2002; Brammer, Brooks & Pavelin, 2006; Mikkilä, 2006). Panwar e Hansen (2008) defendem, por isso, que as normas de RSE não devem ser universais e devem considerar as especificações do setor florestal e de cada país.

No geral, é possível identificar algumas tendências no que toca à RSE no setor florestal. Demonstrando uma crescente necessidade de reconhecer o impacto social do setor, uma série de empresas tem vindo a justificar a existência a uma vasta gama de *stakeholders* e a documentar o desempenho social e ambiental (Li & Toppinen, 2011). Em resposta às exigências sociais no que toca aos recursos florestais mundiais, as grandes empresas florestais entendem e definem a RSE com base em atividades relacionadas com a gestão florestal sustentável e prestação de contas sobre problemas económicos, ambientais e sociais emergentes (Wang, 2005; Panwar *et al.*, 2006; Vidal & Kozak, 2008a). O setor florestal global tem adotado abordagens de RSE e sustentabilidade mais abrangentes, em que as grandes empresas florestais moldam as estratégias de desempenho social aos seus perfis geográficos (Panwar *et al.*, 2006; Vidal & Kozak, 2008a, 2008b, Mikkilä & Toppinen, 2008). São as empresas de maiores dimensões ou com um desempenho financeiro superior que dão mais atenção às suas estratégias ambientais, comunicacionais, de gestão de risco e de envolvimento em atividades de RSE e de sustentabilidade (Vidal & Kozak, 2008a, 2008b).

Nas práticas do setor florestal, tem sido dada atenção crescente às dimensões sociais e ambientais da responsabilidade empresarial (Mikkilä & Toppinen, 2008). As empresas do setor encontram-se sobre pressão para inovar e dinamizar as suas operações de um modo mais proativo (*ibid*). Ao mesmo tempo, poderão beneficiar da mudança dos seus valores, políticas e procedimentos operacionais através da aprendizagem e crescimento contínuos. Contudo, muito pouca atenção tem sido dada à RSE do setor florestal nas pequenas e médias empresas e às empresas que operam nos países em desenvolvimento, que também são agentes importantes.

A RSE, juntamente com a gestão florestal sustentável, tem o potencial de permitir às empresas promover o desenvolvimento das condições das florestas e sociedades mundiais. Contudo, conceitos e padrões importados podem transformar-se em retórica se o seu único objetivo for a melhoria da imagem corporativa na sociedade, debilitando o potencial que a RSE tem na consolidação da sustentabilidade. Uma abordagem local pode auxiliar a RSE a tornar-se uma ferramenta legítima para ajudar as empresas a definir o seu papel na sociedade.

2.8. Temas de RSE predominantes no Setor Florestal

Muitos estudos focam-se na análise dos temas de RSE divulgados pelas empresas em relatórios, comunicações, internet ou outros meios de divulgação. É comum os temas serem organizados de acordo com dimensões ou categorias de responsabilidade ou atividade. Carroll (1979, 1991)

faz a distinção entre responsabilidades económicas, legais, éticas e filantrópicas. Dahlsrud (2006) identifica cinco dimensões de RSE: gestão de *stakeholders*; social; económica; voluntariedade; e ambiental. Van der Laan Smith, Adhikari e Tondkar (2005) identificam seis tipos de divulgação social: envolvimento com a comunidade; práticas ambientais; relações com os clientes; recursos humanos, segurança de produto e direitos dos acionistas. Por sua vez, Sobhani, Amran e Zainuddin (2009) categorizam a comunicação social empresarial segundo: recursos humanos; consumidor e produto; envolvimento com a comunidade; ambiental; e geral. Focado exclusivamente no setor florestal, Panwar *et al.* (2006) ressalta que a gestão florestal sustentável deve integrar responsabilidades económicas, ambientais e sociais.

Todas as diferentes formas de agrupar os temas são válidas, acabando por se intercalar. O mesmo se passa com os temas de RSE adotados na literatura: a definição de muitos deles abrange, é abrangida ou intercala-se com definições de outros autores. Apesar de existirem já estruturas de categorização de atividades de RSE, como o Global Reporting Initiative (GRI), não existe ainda um que tenha sido adotado universalmente (Toppinen *et al.*, 2012). Não surgiu, tampouco, nenhum quadro de referências adaptado ao setor florestal. O resultado é uma disparidade na categorização dos temas de RSE na literatura que aborda a RSE no setor florestal.

Toppinen *et al.* (2012) adapta a estrutura do GRI ao setor florestal e distingue seis tipos de responsabilidade das empresas de produtos florestais: económicas; práticas laborais e empregabilidade; sociais; ambientais; direitos humanos; de produto e serviços. De acordo com o modelo, são consideradas responsabilidades económicas o desempenho económico, a presença de mercado e os impactos económicos indiretos. As responsabilidades de práticas laborais englobam o emprego, as relações entre trabalhadores e gestores, a saúde e higiene no trabalho, a formação e educação e a diversidade e igualdade de oportunidades. A comunidade, corrupção, políticas públicas e comportamento anti-concorrencial são consideradas responsabilidades sociais. Dentro das responsabilidades ambientais encontram-se materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e refugo, produtos e serviços, e transporte. As diretrizes enumeram também as responsabilidades de direitos humanos: práticas de investimento e aquisição, não-discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, práticas de segurança e direitos dos indígenas. Finalmente, na responsabilidade de produtos ressaltam-se a saúde e segurança do cliente, a rotulagem dos produtos e serviços, comunicações de *marketing* e privacidade do cliente.

Han e Hansen (2012) aplicam o guia de implementação de RSE “*CSR Catalogue*” ao setor florestal e classificam as atividades em sete tipos: a) ética, liderança, visão e valores, onde se definem a missão, valores e visão da empresa e o modo como estas são traduzidas em políticas e procedimentos práticos; b) atividades comerciais, considerando relações responsáveis com os clientes, responsabilidade de produto, rotulagem de produtos RSE, competição ética e assegurar que os mercados funcionam para todos; c) atividades laborais, incluindo a comunicação e representação dos trabalhadores, empregabilidade e desenvolvimento de capacidades, a diversidade e a igualdade, remuneração justa e responsável, equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores e reestruturação responsável; d) atividades de rede logística, ou seja, ser um cliente justo e difundir padrões através da cadeia de fornecimento, promovendo a inclusão social e económica; e) gestão de *stakeholders*, consultando-os e mapeando as suas principais preocupações, gerindo-as, respondendo e comunicando; f) atividades de apoio à comunidade através de doações financeiras, de tempo e de ofertas, sendo um bom vizinho; g) atividades ambientais, gerindo a utilização de recursos e de energia, de poluição e refugo, planeando o transporte e demonstrando responsabilidade ambiental de produto.

Welford, Chan e Man (2007), analisando 491 empresas de indústrias variadas, comparam quinze áreas de RSE: a) políticas sociais e ambientais; b) práticas de saúde e segurança; c) desempenho ambiental; d) governo empresarial; e) gestão de recursos humanos; f) investimento na comunidade e voluntariado dos trabalhadores; g) códigos de conduta na rede logística e inspeções à fábrica; h) responsabilidade de produtos, serviços e *marketing*; i) filantropia e doações de caridade; j) apoio a iniciativas pelos direitos humanos; k) parcerias de RSE com outras empresas e ONGs; l) adesão a padrões e diretrizes internacionais; m) códigos de conduta face à corrupção e suborno; n) diálogo contínuo com os *stakeholders*.

Como síntese conclusiva da presente revisão de literatura, foi construída uma grelha de critérios de RSE otimizada para o setor florestal (Anexo I). Para isso, foram utilizados como base os trabalhos de Han e Hansen (2012) e Toppinen *et al.* (2012), que representam tentativas de categorização dos diferentes aspetos de RSE ao setor florestal, e a revisão de literatura de Mikkilä e Toppinen (2008) sobre RSE no setor florestal. O GRI é globalmente reconhecido como um dos mais dominantes quadros de diretrizes para elaboração de relatórios, e um número crescente de empresas da indústria florestal têm declarado a sua adoção voluntária (Toppinen *et al.*, 2012). Por esse motivo, o seu modo de agrupar os temas de RSE foi adotado como base

na construção da grelha de critérios. A integração destes três pilares é complementada com a inclusão de trabalhos semelhantes não específicos para o setor, nomeadamente Welford, Chan e Man (2007), Blowfield e Murray (2008), Sobhani, Amran e Zainuddin (2009), que se consideram adequados devido à sua integridade e abrangência. O desenho da tabela é justificado por estes trabalhos, levando em consideração a revisão de literatura às várias definições de RSE e sustentabilidade empresarial elaborada por Montiel (2008) e a restante presente neste capítulo. A grelha desenvolvida não pretende enumerar todos os temas existentes na literatura, mas agrupá-los tal que se adequem ao setor florestal global de uma forma compreensiva.

2.9. Observações finais

A revisão de literatura neste capítulo focou-se nas contribuições teóricas e estado da arte da responsabilidade social empresarial. Por um lado, argumentos segundo a perspetiva estratégica postulam que as atividades de RSE devem ser consideradas como investimentos e que têm um impacto positivo no desempenho financeiro. A divulgação das atividades de RSE pode ser uma ferramenta para as empresas comunicarem com os seus *stakeholders* e construírem reputação, de modo a garantir legitimidade para as suas atividades comerciais. Por outro lado, a RSE tem sido alvo de críticas, nomeadamente no que toca à aplicabilidade e capacidade de resolver problemas em países em desenvolvimento.

O setor florestal é um setor de elevada sensibilidade ambiental e por esse motivo tem atraído atenção por parte de diversos grupos. As publicações de RSE refletem essa pressão, podendo esclarecer sobre o modo como o contexto de atividades comerciais, as dinâmicas de interação das empresas com diversos *stakeholders* e as suas intenções se inter-relacionam. África é um continente com muitas dificuldades económicas, sociais e ambientais. Torna-se assim importante estudar o modo como a RSE poderá estar a contribuir para a resolução desses problemas, e avaliar e maximizar o seu potencial. A implementação de práticas de RSE na indústria madeireira nas florestas tropicais da Bacia do Congo, de enorme importância ambiental e da qual dependem milhões de pessoas, mantém-se um tema largamente inexplorado na literatura mas de grande relevo e interesse do ponto de vista prático e académico.

O Setor Florestal na Bacia do Congo

3. O SETOR FLORESTAL NA BACIA DO CONGO

Na Bacia do Congo (BC) localiza-se a segunda maior floresta tropical húmida do planeta. O território, de elevada sensibilidade ambiental, sofre de diversos problemas socioeconómicos. A exploração florestal coloca os ecossistemas da região em risco e afeta intimamente as comunidades locais, organizações na região e grupos de interesse fora dela. Este capítulo tem por objetivo compreender o contexto no qual a indústria florestal da BC se enquadra e os desafios que enfrenta. Encontra-se organizado da seguinte forma: a secção 3.1 fornece informações geográficas e aponta aspetos relacionados com o desenvolvimento humano da região; a secção 3.2 esclarece os motivos que tornam as florestas húmidas da África Central tão importantes; a secção 3.3 aborda o estado da indústria e as provações que enfrenta no contexto operacional; na secção 3.4 é desenvolvida uma grelha de critérios adequada ao setor florestal da Bacia do Congo; por último, a secção 3.5 conclui o capítulo com algumas observações.

3.1.Contextualização geográfica e socioeconómica da Bacia do Congo

A BC é a bacia sedimentar do Rio Congo, localizada no lado oeste da África equatorial. A carga sedimentar do rio é vasta e plana. A bacia cobre um total de 3,7 milhões de quilómetros quadrados e abrange vastas florestas e pântanos. O clima é tropical ou equatorial, com duas estações muito chuvosas e temperaturas elevadas ao longo do ano. As florestas da Bacia do Congo consistem na segunda maior área plana contígua de florestas tropicais húmidas, a seguir à Amazónia, constituindo cerca de 20% das florestas tropicais húmidas ainda existentes no planeta (Bele *et al.*, 2015). Situadas entre cerca de 7° a sul e 7° a norte do equador, as florestas cobrem uma área de mais de 180 milhões de hectares distribuídos entre seis países da África Central: a República Democrática do Congo (RDC) (54%), os Camarões (11,8%), a República Centro-Africana (RCA) (3,4%), a República do Congo (RC) (12,4%), a Guiné Equatorial (GE) (1,3%) e o Gabão (17,7%) (Mayaux, *et al.*, 2004) (*vide* Figura 3.1).

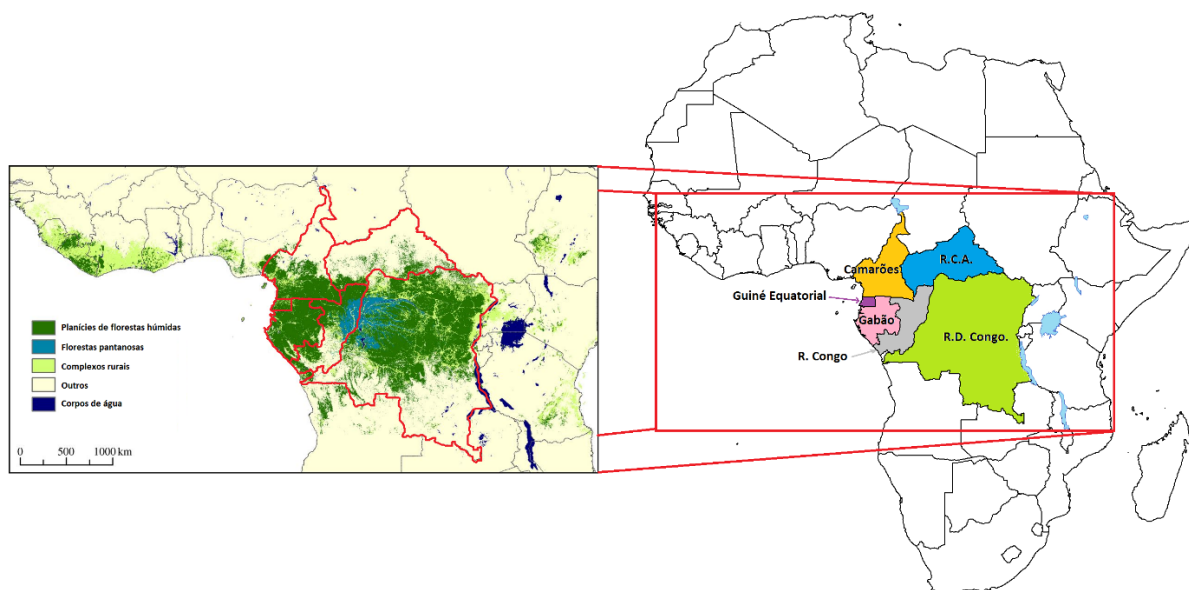


Figura 3.1. Localização dos países da Bacia do Congo em África.

A Tabela 3.1 resume informação sociogeográfica sobre os países da BC. É evidente que se prevê um aumento considerável na população da região. A percentagem territorial ocupada por floresta é muito elevada e as taxas de desflorestação são ainda reduzidas; contudo, o aumento da taxa de desflorestação crescente desde 1990 até 2005 não pode ser ignorado³, especialmente considerando a explosão demográfica que se prevê nas próximas décadas, que colocará pressão adicional sobre estes ecossistemas.

Tabela 3.1. Informação sobre os países da Bacia do Congo.

Adaptado de Bele et al. (2015)

País	Área total (1000 ha)	População (Milhões)			Área de Floresta (1000 ha)	% de área	Taxa de desflorestação (%)	
		2006	2025	2050			1990-2000	2000-2005
Gabão	25.767	1,4	1,8	2,3	21.775	84,5	?	?
RC	34.150	3,7	5,9	9,7	22.471	65,8	0,1	0,1
GE	2.805	0,5	0,8	1,1	1.632	58,2	0,6	0,9
Camarões	46.540	17,4	24,3	32,3	21.245	45,6	0,9	1,0
RDC	226.705	62,7	108,0	183,2	133.610	58,9	0,4	0,2*
RCA	62.298	4,3	5,5	6,5	22.755	36,5	0,1	0,1

Como se pode verificar pela Tabela 3.2, os indicadores de desenvolvimento humano das nações da BC são dos piores do mundo. Dos 188 países listados de acordo com o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estes países ocupam as últimas posições (Human Development Report, 2015). Identicamente, a esperança média de vida da região é muito reduzida. As taxas de fertilidade e crescimento populacional são das mais elevadas, com

³ A redução na taxa de desflorestação verificada na República Democrática do Congo poderá ter sido causada pela guerra no país durante o período.

populações predominantemente jovens (*ibid*). Estes valores justificam-se pelas grandes taxas de analfabetização e educação fraca ou inexistente, especialmente entre as mulheres (CIA, 2007). Esta situação acaba também por afetar o meio ambiente.

Tabela 3.2. Indicadores de desenvolvimento humano para os países da BC.
(*Human Development Report, 2015*).

País	Posição IDH	IDH	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de escolaridade	Rendimento médio bruto per capita
		Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2011 PPC \$)
Gabão	110	0,684	64,4	12,5	7,8	16.367
RC	136	0,591	62,3	11,1	6,1	6.012
GE	138	0,587	57,6	9,0	5,5	21.056
Camarões	153	0,512	55,5	10,4	6,0	2.803
RDC	176	0,433	58,7	9,8	6,0	680
RCA	187	0,350	50,7	7,2	4,2	581

Etnicamente, os principais grupos tribais na BC são os bantus e os pigmeus. Os pigmeus são tradicionalmente caçadores-recoletores, apesar de se terem vindo a estabelecer devido a políticas governamentais (CIA, 2007). As suas relações sociais com os bantus são interdependentes mas complexas, devido a rivalidades étnicas. Os agricultores bantu praticam agricultura de subsistência corte-e-queima: a floresta é abatida e queimada, fornecendo nutrientes para as colheitas. Estes agricultores cultivam também cacau para exportação (*ibid*).

Na região existem duas bases económicas distintas. No Gabão, na GE e na RC a economia baseia-se quase exclusivamente de produtos não agrícolas, como o petróleo e derivados. Na RCA e na RDC, baseia-se largamente na agricultura, estando os Camarões numa posição relativamente intermédia (Ruiz-Pérez *et al.*, 2005). As nações da região encontram-se dependentes das indústrias extrativas, que representam uma percentagem elevada do seu produto interno bruto (PIB) e são dominadas por grandes empresas multinacionais (Bele *et al.*, 2015). As florestas são uma fonte importante de prosperidade para as populações da África Central, especialmente para os grupos de indígenas que vivem na região desde há milénios. Sensivelmente 30 milhões de pessoas dependem delas para o seu sustento, representando mais de 150 grupos de indígenas (*ibid*). O crescimento económico local depende de receitas de atividades como a extração mineira, caça, pesca e comércio de outros produtos florestais não lenhosos. A indústria madeireira é uma fonte de rendimento nacional muito importante em todos os países da BC, responsável pela criação de vários postos de trabalho, e será um determinante do futuro das florestas da região (Brunner & Ekoko, 2000). A exportação de madeira contribui para mais de 40% do PIB do conjunto dos países da BC (ITTO, 2004).

A caça de animais selvagens também fornece receita e emprego, especialmente para as comunidades rurais. Na maior parte da BC, a receita oriunda do comércio de carne-do-mato, legal ou ilegal, é provavelmente equivalente, ou talvez superior, à produzida pela indústria madeireira. Os animais selvagens capturados para consumo, que consistem numa fonte barata de proteína de boa qualidade, podem chegar a um milhão de toneladas anuais (Eves *et al.*, 2002). A carne-do-mato contribui entre 30% a 80% da proteína consumida pelas comunidades. A caça ilegal é abundante porque é uma atividade de risco reduzido, que requer pouco investimento inicial e produz receita rapidamente (*ibid.*).

3.2.A importância das florestas da África Central

As florestas tropicais são reservas de carbono e de biodiversidade extraordinárias. Em poucas décadas, tornaram-se um dos principais desafios internacionais no âmbito das alterações climáticas e da conservação ecológica. Relativamente bem conservada, tem um papel fundamental na regulação dos sistemas climáticos globais (de Wasseige *et al.*, 2015). Estima-se que cerca de 46 mil milhões de metros cúbicos de carbono se encontram armazenados nas florestas da BC (de Wasseige *et al.*, 2009).

As florestas sequestram e armazenam carbono, produzem madeira e facultam serviços de ecossistema: produtos não-madeireiros, controlo da erosão e prevenção da colmatação, regulação da qualidade da água e do clima local, etc. (IUCN, 2016; WWF, 2016). As florestas da África Central, densas e húmidas, fornecem meios de subsistência para as cerca de 60 milhões de pessoas que habitam a área, superior a 1.700.000 km². Estas florestas também cumprem funções sociais e culturais, essenciais para as populações indígenas, e contribuem para alimentar os 40 milhões de habitantes dos centros urbanos e vizinhanças (Nasi, Billand & Vanvliet, 2011; de Wasseige *et al.*, 2014). Por exemplo, apenas nos Camarões, a carne de animais selvagens representa um valor económico anual de cerca de 122 milhões de euros (Lescuyer, 2014). Além de essenciais para o sustento das comunidades, as florestas da BC contribuem substancialmente para as economias dos países da região. O setor madeireiro do Gabão é o segundo maior empregador do país e nalgumas zonas da RC é mesmo a única fonte de trabalho pago.

Até hoje, as florestas da BC têm estado relativamente bem protegidas devido a reduzidas pressões demográficas reforçadas pelo êxodo rural, ao acesso difícil, à ausência de transportes e de infraestruturas de comunicações, e a um clima de negócios pouco estimulante para

investimentos a longo-prazo (Burgess *et al.*, 2006; Megevand *et al.*, 2013). Contudo, é de prever que a situação se inverta nos próximos anos, dado que os programas governamentais definidos pelos estados da BC apontam para uma emergência económica entre 2025 e 2035 (de Wasseige *et al.*, 2015). Estes programas baseiam-se na exploração contínua de recursos naturais, tais como a madeira, o petróleo e minerais, na produção agrícola para as necessidades domésticas e para exportação, e no fortalecimento das atividades industriais de processamento. Para mais, os programas de estabilidade social e política prevalentes na última década permitiram o desenvolvimento de uma infraestrutura alargada de estradas e de fornecimento de energia elétrica nas principais áreas urbanas. Verificou-se também, neste período, uma melhoria no clima de negócios e o aumento no preço dos minerais e dos produtos agrícolas no mercado internacional, que serviram de incentivo ao investimento.

Nos dias de hoje, as atividades agrícolas de pequena escala e de colheita informal de lenha são consideradas as principais causas de desflorestação na BC, mas estão a ser desenvolvidos novos projetos agrícolas em larga escala que poderão tornar-se mais relevantes no futuro (Defourny, Delhange & Kibambe Lubamba, 2011). A indústria madeireira é também causadora de desflorestação e de degradação da floresta. Atualmente, as concessões madeireiras cedidas para exploração somam mais de 49 milhões de hectares de floresta (de Wasseige *et al.*, 2015). Mesmo que esta área seja gerida de uma forma sustentável de modo a prevenir a desflorestação, como acontece em apenas cerca de 40% das concessões, o risco de degradação florestal permanece (*ibid*). Em contraste com a tendência geral de adoção de modelos de gestão florestal sustentável, a floresta encontra-se, no seu todo, suscetível a atividades madeireiras ilegais, que causam degradação e desflorestação de magnitude superior à exploração legal.

Os setores socioeconómicos e de sustento dos países da África Central encontram-se dependentes dos ecossistemas florestais da BC. Os impactos das alterações climáticas que se verificarão num futuro próximo dependem da magnitude de atividades humanas, tais como a desflorestação, a degradação dos ecossistemas ou a poluição, além de que condicionarão a produção agrícola (IPCC, 2014). Ademais, as alterações climáticas irão amplificar os problemas sanitários existentes: escassez de água potável, insegurança alimentar e acesso limitado a cuidados de saúde e de educação. Variações nos padrões de temperatura e de precipitação irão afetar a saúde, devido ao agravamento da subnutrição.

As florestas tropicais da BC são de tal importância que são consideradas um bem comum da humanidade, tendo sido alvo de inúmeros acordos multilaterais no que toca à sua gestão e conservação (de Wasseige *et al.*, 2015). Todos os países da região são membros da United Nations Framework Convention on Climate Change, devido ao interesse em políticas que visam combater as alterações climáticas. Ao nível regional, a Commission des Forêts d'Afrique Centrale assume o papel de lançar o programa de adaptação e resposta às alterações climáticas, com apoio de organizações governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais (UNFCCC, 2014).

Na África Central, o papel da proteção das florestas no combate às alterações climáticas é abordado por três tipos de iniciativas e medidas políticas, que incluem a adoção de técnicas de gestão florestal sustentável, de melhoramento do governo florestal e implementação do programa REDD+ (de Wasseige *et al.*, 2015). Contudo, vários obstáculos têm impedido a implementação eficiente e eficaz de políticas ambientais, principalmente relacionados com a política económica subjacente à desflorestação e degradação, num contexto de fraco governo florestal. Existem ainda muitos desafios de coordenação, a vários níveis e setores, e objetivos de desenvolvimento nacional competitivos (Martius, 2015).

Ao nível global, o programa REDD+ ressalta o discurso sobre o sequestro de carbono e a redução das emissões resultantes do uso do terreno, tendo em consideração os serviços que a floresta fornece à sociedade, tais como o sustento e a biodiversidade (de Wasseige *et al.*, 2015). Ao nível local, os pequenos proprietários, as comunidades e os institucionalistas esperam receber diretamente benefícios deste programa, sob a forma de dinheiro ou benefícios de sustento, melhores infraestruturas e serviços ou mesmo melhorias palpáveis dos indicadores de desenvolvimento (*ibid*). Diferentes expectativas acabam por atrasar a implementação de um programa que deveria dar prioridade à redução da pobreza e a objetivos de desenvolvimento sustentável. Além disso, estes desafios acabam por constituir um fardo financeiro para os estados da BC (Somorin *et al.*, 2012). Deverão ser desenvolvidas estratégias colaborativas para proteger os ecossistemas, sem colocar em risco a sua integridade, assegurando o provisionamento contínuo de bens e serviços dos ecossistemas, essenciais para o sustento das comunidades, para o desenvolvimento nacional e para o crescimento da economia regional.

Tem-se verificado algum progresso neste campo, mas, à escala de cada país, os processos políticos e institucionais ainda apresentam pouca coordenação e falta de coerência (Dkamela,

2011; Kengoum & Tiani, 2013). A gestão florestal sustentável tem-se desenvolvido na BC nos últimos 20 anos, devido: à vontade política dos governos; à inclusão do setor privado (através de mecanismos como a certificação florestal para ir ao encontro de mercados de madeira com elevada sensibilidade ambiental); e ao envolvimento de uma comunidade de doadores, que tem oferecido bastante apoio (de Wasseige *et al.*, 2015). Estes esforços deverão ser continuados através de planos de gestão e de integração da abordagem da gestão florestal sustentável na utilização mista de florestas.

3.3.O Setor Florestal na Bacia do Congo

Relativamente ao setor florestal na BC, os países podem ser divididos entre aqueles que têm: recursos florestais significativos mas um setor florestal subdesenvolvido, como a RDC; recursos florestais significativos e um setor madeireiro ativo, como é o caso da RC, do Gabão e do sudeste dos Camarões; e recursos florestais escassos e com um setor florestal pequeno mas ativo, como a RCA, a GE e o sul dos Camarões (Ruiz-Pérez *et al.*, 2005).

Nos países da BC, as regiões não urbanas pertencem aos respetivos estados, sendo estes os únicos com competência legal para emitir títulos ou concessões (Karsenty, 2006). As populações locais utilizam informalmente, para o seu sustento, os recursos das florestas comuns, fora de quaisquer quadros legais. As florestas na BC estão legalmente divididas entre florestas comuns e concessões ou títulos florestais.

Nas florestas comuns, os utilizadores locais não têm restrições sobre a caça, a pesca, a recolha de produtos florestais não-madeireiros e a agricultura (Finegan & Nasi, 2004). O tipo de agricultura praticado é rotativo, exceto perto dos centros urbanos, e o uso múltiplo da floresta associado a esta rotatividade cumpre a função de servir as necessidades nutricionais e salariais dos agricultores locais (*ibid*). Este tipo de atividade poderá ser o principal motor de desflorestação nas florestas tropicais (Ickowitz, 2006), mas existem poucas provas convincentes dessa possibilidade (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012).

Existem dois tipos principais de uso legal das florestas da BC: concessões industriais madeireiras (595.381 km²) e áreas protegidas (444.973 km²), com uma terceira opção, apenas existente nos Camarões: florestas comunitárias (Nasi *et al.*, 2009). Ao contrário do que ocorre nas florestas comuns, os modelos de gestão na BC focam-se apenas num bem ou serviço em cada unidade de gestão. Nos mais avançados, verifica-se um esforço para tentar reduzir distúrbios e degradação de outros bens e serviços florestais (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012).

As áreas protegidas são pólos de conservação estrita, sendo a investigação e o eco-turismo as únicas atividades oficiais (de Wasseige *et al.*, 2009). Estas áreas são geridas com foco na biodiversidade e na recreação, com ênfase na proteção de fontes de água e no sequestro de carbono. Contudo, menos de 5% são geridas formalmente e muitas delas encontram-se sob pressão de fações armadas e/ou afluxo de pessoas deslocadas (*ibid*).

Uma crescente percentagem de concessões madeireiras industriais tem adotado planos de gestão, que se caracterizam pela otimização da extração lucrativa de madeira sustentável. Porém, a maior parte das florestas concessionadas ainda encara a extração madeireira como uma atividade geradora de lucro imediato, ignorando a sustentabilidade a longo-prazo (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012). Depois do abate de uma árvore numa determinada região, é necessário esperar 25 anos para que uma nova árvore seja abatida (ciclo de rotação). Contudo, nos casos em que a uma empresa for cedido um curto período de tempo de exploração, esta não é capaz de planear a longo-prazo. É provável que a empresa tente então maximizar a extração madeireira durante o período que lhe foi alocado, possivelmente ultrapassando os volumes permitidos pela lei. O estado não está presente nas localizações remotas da maioria das concessões, pelo que uma infração deste tipo por parte das empresas raramente traz consequências legais, com consequências ambientais graves (Bele, Sonwa & Tiani, 2015).

As florestas comunitárias apenas existem nos Camarões, que consistem em áreas de floresta não permanente de dimensões à volta de 3000 ha, onde são dados direitos de exploração total a uma comunidade por um período de 25 anos (Ezzine de Blas *et al.*, 2009). Na prática, assemelham-se a uma concessão, sem direitos de propriedade permanentes, mas de menores dimensões e com outro enquadramento legal. Existem também provisões para usos semelhantes na legislação recente do Gabão, RDC e RCA (*ibid*).

Na BC, a exploração integrada de madeira e de outros produtos florestais tem um papel na subsistência e nas economias de mercado das comunidades rurais, aumentando o seu bem-estar e reduzindo o risco económico (Ndoye & Tieguhong, 2004). Contudo, a pressão crescente da indústria madeireira descontrolada em vastas áreas de floresta atribuídas a concessionárias madeireiras culminou na degradação da floresta e numa redução de oportunidades locais (Laird, 1995; Laird, 1999; Ndoye & Tieguhong, 2004). Essa integração é dificultada pela sobreposição espacial de agentes com diferentes interesses e capacidades de negociação (comunidades e empresas madeireiras), num contexto onde a maioria das espécies de árvores têm outros valores

para além da madeira (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012). O insuficiente apoio institucional às comunidades, juntamente com políticas e incentivos inadequados, são outros motivos que dificultam a integração, além de que a aplicação da lei para controlar as operações madeireiras é fraca e os direitos de uso e de posse são ainda bastante frágeis.

A reforma da Lei Florestal dos Camarões em 1994 tornou obrigatória a adoção de um plano de gestão florestal como requisito para a obtenção de uma concessão, com diversos objetivos: tornar a indústria madeireira mais sustentável; adoção de práticas mais eficientes; aumento da pressão fiscal; e descentralização da gestão florestal. Esta lei também consagrou a supervisão da indústria por parte de um observador internacional independente, em particular no processo de leilão para obtenção das concessões (Karsenty, 2006). Os países vizinhos também seguiram o exemplo dos Camarões: a GE em 1997; a RC em 2000; a RCA e o Gabão em 2001; e a RDC em 2002 (Karsenty, 2006). Os objetivos eram semelhantes: extração madeireira sustentável monitorizada por um plano de gestão obrigatório; atualização do sistema fiscal; e descentralização da gestão dos recursos florestais através de concessões comunitárias (Ezzine de Blas & Ruiz-Pérez, 2008). Deste modo, medidas de extração madeireira de impacto reduzido passaram a ser implicitamente uma necessidade legal no alinhamento com programas de extração madeireira sustentável.

Os planos de gestão florestal são bastante eficientes a analisar a estrutura da floresta, as possibilidades de regeneração e os ciclos de extração madeireira sustentáveis (Sist, Picard & Gourlet-Fleury, 2003; Fargeot, Forni & Nasi, 2004). Contudo, apesar de uma gestão de recursos florestais mais eficiente permitir uma produtividade sustentável e um aumento considerável dos lucros a longo-prazo, a implementação de medidas de extração madeireira de impacto reduzido ainda não se encontra implementada a larga escala (Cassagne, Bayol & Rougier, 2004). O setor madeireiro é muito diversificado e dinâmico, adaptando-se com facilidade a novos contextos (Ezzine de Blas & Ruiz-Pérez, 2006), assim como a diferentes tipos de capital, ao tamanho das concessões, à distância ao porto de exportação e ao principal mercado-alvo. No fundo, a indústria é bastante assimétrica: por um lado a RC e o Gabão apresentam o setor madeireiro mais dinâmico; por outro, na RCA e nos Camarões o setor tem vindo a enfraquecer, apesar de as concessões mais ativas se localizarem no sudeste camaronês, na RC e no Gabão (Ruiz-Pérez *et al.*, 2005). Na RCA, a redução dos níveis produtivos justifica-se pela limitação nas quantidades de madeira produzidas, exigida pelos planos de gestão impostos a todas as empresas, além de que foram proibidos todos os “*pérmis spéciaux de coupe*”, que reduziram

em 10% a área produtiva (Yalibanda & Ezzine de Blas, 2006). Contrariamente, prevê-se que a RDC, atualmente com mais de metade das florestas tropicais da região mas com a extração madeireira mais reduzida, seja o próximo foco de expansão da indústria. Em toda a BC o setor florestal informal representa uma enorme percentagem de toda a madeira tropical extraída (Pinta & Fomete, 2004).

Os Camarões são o único país onde a exportação de madeira serrada é superior à exportação de toras (ITTO, 2006). O crescimento da atividade de processamento de madeira a nível local foi impulsionado pelo aumento do preço do petróleo, que por sua vez aumentou os custos de transporte. Apesar dos esforços para diversificar o número de espécies produzida, o setor madeireiro ainda se foca demasiado em poucas espécies de valor superior. As madeiras de *entandrophragma cylindricum* e a de *aucoumea klaineana* perfazem juntamente mais de metade da madeira produzida, e 85% de toda a madeira vem de apenas seis espécies, apesar de esta tendência se estar a alterar (Fochivé, 2005; Ruiz Pérez *et al.*, 2005).

O aumento da procura por parte de países asiáticos teve um impacto crucial no setor madeireiro regional, mantendo os preços de algumas espécies elevados (White *et al.*, 2006; ITTO, 2007). Apesar de as concessões orientadas para o mercado asiático apresentarem menores taxas de transformação e de terem menos incentivos para desenvolver planos de gestão (Ruiz Pérez *et al.*, 2005), as empresas asiáticas têm vindo a investir no processamento e na gestão sustentável, devido ao desenvolvimento gradual de nichos de mercado e da implementação de nova legislação (ITTO, 2005). Contudo, o principal mercado de exportação continua a ser a Europa (ITTO, 2006). O setor apresenta, assim, uma série de tendências. Por um lado, as concessões orientadas para o mercado europeu apresentam maior sensibilidade ambiental do que as orientadas para o mercado asiático; por outro lado, as concessões de dimensões médias apresentam maior dificuldade em lidar com os padrões internacionais, cada vez mais estritos (Debroux & Karsenty, 1997; Buttoud *et al.*, 2005; Ruiz Pérez *et al.*, 2006). Apesar de várias iniciativas específicas estarem a ser levadas a cabo para apoiar as concessões de dimensões médias, através de parcerias público-privadas, teme-se que tensões associadas à concorrência por parte do mercado ilegal coloquem em risco algumas destas iniciativas promissoras (Canby, 2006).

Na África Central, o regime de concessões é antigo mas tem sido redesenhado recentemente (Karsenty *et al.*, 2008). Os Camarões foram claramente um caso de sucesso no que toca à

concorrência para a alocação de concessões, sendo simultaneamente uma ferramenta poderosa para capturar receita econômica por parte dos governos e um meio eficaz de selecionar empresas florestais, para além de ser um incentivo no sentido da eficiência (Karsenty *et al.*, 2006). Nesta indústria existe, porém, risco econômico associado aos leilões, num contexto de informação limitada e de constante mudança (Milgrom & Weber, 1982; Cohen & Mougeot, 2001), mas que pode ser atenuado através de medidas específicas, como por exemplo a indexação aos preços internacionais das madeiras. Os leilões concorrenciais impõem certos riscos econômicos às concessionárias, tais como a maldição do vencedor⁴ ou o risco de abandono da concessão devido à volatilidade dos preços de mercado (Karsenty *et al.*, 2008). Algumas medidas poderão vir a ser implementadas para reduzir estes riscos, sem a perda das vantagens que o presente sistema de alocação concorrencial traz. Os Camarões e a RC têm beneficiado substancialmente da introdução de um observador florestal independente, tanto no processo de leilão como na monitorização no terreno, em termos de transparência e de melhoria da imagem internacional das práticas de gestão florestal nestes países.

As concessões afetam também os animais selvagens da região. As empresas têm vindo a construir mais estradas para e dentro das suas concessões (Laporte *et al.*, 2007), facilitando o acesso a florestas remotas e a novos mercados. A caça ilegal, anteriormente uma atividade de subsistência, tira partido desses acessos, acabando por se tornar numa atividade comercial (Thibault & Blaney, 2003; Poulsen *et al.*, 2009). Além disso, muitos grandes mamíferos veem a sua distribuição geográfica condicionada pelas estradas (Laurance *et al.*, 2008; Vanvliet & Nasi, 2008; Clark *et al.*, 2009; van der Hoeven *et al.*, 2010). As concessionárias, além de fornecerem melhores infraestruturas do que as existentes nos centros urbanos (Nasi *et al.*, 2008), também pagam salários mais elevados, estimulando a economia local e atraindo um vasto número de trabalhadores, familiares e comerciantes para áreas previamente pouco populadas (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012). Isto implica um aumento na procura de alimentos e, conseqüentemente, das atividades agrícolas e de caça de animais selvagens (Laurance *et al.*, 2006; Poulsen *et al.*, 2009). Apenas as empresas certificadas dispõem de regulamentos que proíbem os seus trabalhadores de caçar e de fazer comércio entre eles. Ademais, as empresas mostram-se incapazes de fornecer substitutos para a carne de animais selvagens a custos reduzidos e a maior parte dos trabalhadores acaba por se envolver, de certa forma, na caça

⁴ A maldição do vencedor é um fenómeno que pode ocorrer em leilões de valor comum com informação incompleta, onde o vencedor tende a pagar excessivamente (Thaler, 1988).

informal ou ilegal (*ibid*). A partir de um certo limite populacional, a pressão exercida pela caça em certas espécies começa a tornar-se insustentável (Clark *et al.*, 2009). Em geral, a distribuição de mamíferos no seio de uma concessão florestal é mais influenciada pela pressão da caça e pela construção de estradas do que pelos efeitos diretos da extração madeireira (Laurance *et al.*, 2008; Vanvliet & Nasi, 2008; van der Hoeven *et al.*, 2010), com efeitos acentuados nas populações de primatas.

A adoção em larga escala de métodos de gestão florestal múltipla na BC permitiriam combinar a proteção das florestas com as atividades produtivas (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012). No fundo, são necessárias regulamentações que exijam uma gestão colaborativa com envolvimento das comunidades, assegurando a redistribuição dos benefícios da produção, direcionados às comunidades e à proteção e conservação das florestas (Billand & Nasi, 2008). Isto permitiria aproveitar, simultaneamente, a totalidade do potencial económico das florestas a níveis diversos como o ecoturismo, a prospeção biológica e o pagamento por serviços ambientais, assim como a cogestão de setores informais como a caça, a pesca e a extração de produtos florestais não madeireiros para sustento. Parte dos lucros da extração madeireira poderiam ser utilizados para gerir a conservação da área e, assim, usufruir de vantagens como a melhoria da imagem do setor, a exportação de produtos valorizados pela certificação, o financiamento para atividades de conservação ou compensação à população local (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012).

As concessões modernas são entendidas, atualmente, como meios de fornecimento de serviços de interesse público e coletivo, através de combinações de investimento privado e regulamentação pública (Karsenty *et al.*, 2008), não estando porém livres de ambiguidade. O enquadramento legal e o governo local são componentes essenciais do sucesso destes objetivos. A interação das concessionárias com as comunidades da BC tem revelado que as escolhas e os comportamentos coletivos ao nível local mostram-se críticos à realidade da gestão florestal e da partilha justa dos benefícios das atividades da indústria florestal (Oyono, Diaw & Sangkwa, 2006). Apesar de algumas empresas pequenas poderem ser ocasionalmente mais eficientes do que as concessões no que toca ao apoio social e à redistribuição justa, estão muitas vezes associadas à extração madeireira não regulada ou ilegal (Karsenty *et al.*, 2008).

Muitos problemas de cariz económico, governamental ou técnico ainda impedem a adoção de métodos de gestão florestal sustentável e de uso misto, com atenção às responsabilidades de cariz económico, social e ambiental (Nasi, Billand & Vanvliet, 2012). Entre estes, podem

contar-se os custos de oportunidade elevados associados à manutenção das florestas e os limitados benefícios económicos, a curto-prazo, da certificação florestal. Vários problemas relacionados com a posse da terra e com o seu planeamento e a dificuldade em fazer cumprir as regulamentações florestais ainda persistem, devido ao fraco financiamento e pobre qualificação dos recursos humanos.

A capacidade de regular e monitorizar as concessões florestais persiste ainda como um grande desafio para os governos da BC (Karsenty *et al.*, 2008). No fundo, o potencial das concessões está fortemente ligado à economia política de cada país, e a capacidade de os governos estabelecerem os regulamentos e os incentivos apropriados será fundamental para a implementação da gestão florestal sustentável com sucesso. A adoção da certificação florestal de acordo com normas internacionais poderá resultar numa melhoria da gestão das concessões, apesar de a exportação para mercados de maior sensibilidade ambiental, como a Europa, se tornar mais difícil. A redução da carga fiscal às concessionárias, compensada por financiamento através de organizações de apoio internacional, poderá ser um incentivo nesta direção (*ibid*).

O desenvolvimento positivo da indústria florestal da BC passa pela reforma no setor de concessões (Brown *et al.*, 2002). As concessões são úteis em zonas vastas de baixa densidade populacional onde a infraestrutura pública é insuficiente e onde a extração em pequena escala não é uma alternativa viável. Contudo, noutros locais as concessões poderão impedir o desenvolvimento segundo outros modelos que possam fomentar o desenvolvimento local de um modo mais autónomo e adequado. Na situação presente, os direitos de posse de propriedade não são totalmente claros e existe o risco real de conversão de floresta em propriedades individuais de pleno direito. O alargamento do regime de concessões poderá contribuir efetivamente para a proteção da floresta (Karsenty *et al.*, 2008).

3.4. Temas de RSE predominantes no Setor Florestal na Bacia do Congo

Como síntese conclusiva do presente capítulo, foi construída uma grelha de critérios de RSE otimizada para o setor florestal na BC (Tabela 3.3). A matriz baseou-se em temas retirados de trabalhos anteriores, existentes na literatura científica (*vide* secção 2.8 e respetiva grelha de critérios), adaptada à realidade económica, social, cultural e ambiental que contextualiza o setor florestal na BC. Considerando os objetivos do trabalho, na adaptação da matriz elaborada no ponto 2.8 à BC procurou-se reduzir o número de critérios, agrupando consistentemente aqueles que se inter-relacionam, de modo a facilitar a categorização da informação. Por exemplo,

fundiram-se os temas “uso de recursos e energia” e “emissões, efluentes e refugos” num único tema, mais abrangente. Pelo mesmo motivo, o agrupamento original em seis dimensões foi substituído pela divisão mais comum na literatura: responsabilidades económicas, sociais e ambientais. A dimensão social foi ainda dividida em social externa e social interna: a primeira diz respeito às responsabilidades para com as pessoas que trabalham na empresa e a segunda refere-se às pessoas de fora. Esta divisão é intuitiva, facilmente operacionalizável e inclusiva.

Tabela 3.3. Temas de RSE adequados ao Setor Florestal na BC.

CATEGORIAS RSE	Referência						
		Toppinen et al. (2012)	Han e Hansen (2012)	Welford, Chan e Man (2007)	Mikkilä e Toppinen (2008)	Blowfield e Murray (2008)	Sobhani et al. (2009)
Dimensão Económica							
Resp. económica		x	x	x		x	x
Corrupção / Transparência		x		x		x	x
Origem e Rastreabilidade		x	x	x	x		x
Higiene e segurança do cliente		x	x		x		x
Certificação				x	x	x	x
Dimensão Laboral							
Bem-estar e direitos do trabalhador			x	x	x	x	x
Segurança e higiene no trabalho		x	x	x	x		x
Dimensão Social							
Diversidade		x	x	x	x		x
Apoio direto à Comunidade		x	x	x		x	x
Educação							x
Saúde				x			x
Caridade / filantropia				x	x	x	
Parcerias de RSE			x	x			x
Gestão dos stakeholders		x	x	x	x	x	x
Direitos humanos		x		x	x	x	x
Combate à pobreza				x	x	x	x
Dimensão Ambiental							
Proteção das florestas			x		x	x	x
Gestão de recursos		x	x		x		x
Biodiversidade		x				x	
Transporte		x	x				
Sustentabilidade			x		x	x	x
Mitigação das mudanças climáticas		x	x				x

A dimensão económica é aquela que permite à empresa sobreviver: é a responsabilidade de fornecer produtos ou serviços a troco de lucro, no quadro legislativo em que se insere. O modo como esta transação é feita, ou seja, a ética de negócio e o código de conduta, é também uma responsabilidade de relevo.

As práticas de responsabilidade económica, quando descritas nas divulgações de RSE por parte das empresas, podem transmitir uma imagem de organização aberta e transparente. Por exemplo, as contribuições fiscais resultantes das atividades económicas empresariais consistem em contribuições para a sociedade. Na BC, com graves problemas de desenvolvimento económico, social e humano, os impostos poderão ser um impulsionador de desenvolvimento. O combate à corrupção é um tema que diz respeito ao código de conduta de vários gestores, estando portanto ligado à ética económica. A prevenção da corrupção pode ser substanciada através da comunicação de uma postura empresarial de auto-controlo e sistemas para prevenir práticas de corrupção. Neste caso, uma empresa responsável é um ator social que adota todas as medidas necessárias para evitar comportamentos não éticos, partindo de códigos auto-impostos. Uma empresa que projete uma imagem económica e eticamente responsável pode também influenciar as decisões de investidores. Devido à importância do tema da corrupção, este é operacionalizado independentemente da variável que se refere às responsabilidades económicas da empresa.

A origem e a rastreabilidade dos produtos florestais tem um significado acrescido na BC, quer do ponto de vista legal que do ponto de vista ambiental. As florestas tropicais são cruciais no papel que desempenham nos esforços globais para capturar e reduzir as emissões de carbono. A desflorestação contribui para 17% das emissões de carbono globais, mais do que todo o transporte aéreo, naval e terrestre mundial combinado (Nellemann, 2012). Reduzir a desflorestação, especialmente a extração ilegal de madeira, é o método mais rápido e eficiente de reduzir as emissões globais de gases de efeito de estufa. A extração ilegal está a tornar-se mais sofisticada, e estima-se que entre 15% e 30% do volume de madeira comercializado no globo foi obtido ilegalmente (*ibid*). Se este problema não for enfrentado, estas atividades criminosas podem impedir a mitigação de mudanças climáticas, além de colocarem em risco fontes de água, a biodiversidade, produtos farmacêuticos, a reciclagem de nutrientes para a agricultura e a segurança alimentar de que dependem as comunidades locais e que são centrais para o desenvolvimento sustentável e para a erradicação da pobreza. Apesar de serem necessárias colaborações internacionais para a criação e aplicação de leis ambientais, é também

importante que as empresas se pronunciem contra este tipo de atividades e que tomem atitudes proativas no sentido de as prevenir: a certificação garante, assim que o cumprimento de diversos tipos de responsabilidade por parte da empresa, como certos cuidados ambientais, ao mesmo tempo que assegura que o produto é legal, rastreável e cumpre os padrões mínimos exigidos em termos de qualidade e segurança do cliente. Dado que é o cliente que, primeiramente, justifica a existências das empresas, é também considerada parte da responsabilidade económica da empresa a segurança do cliente. Especialmente em países em desenvolvimento, é possível que os padrões de defesa do consumidor sejam postos em segundo plano ou mesmo ignorados ou relegados para terceiros e torna-se por isso interessante o estudo da postura das empresas sobre o tema.

A lei, na maioria dos países em desenvolvimento, como na Ásia ou na África, são padrões aspiracionais, e não o nível mínimo, como na maior parte dos países ocidentais (Myllyvainio & Virkkala, 2006). Mesmo para multinacionais ocidentais com sistemas de auditoria avançados, pode ser difícil assegurar a conformidade com normas em países como os da BC (Welford, Chan & Man, 2007). A certificação pode ter uma importância fundamental na contribuição para o cumprimento da lei. Na floresta longínqua da BC, o estado é praticamente inexistente. A entidade auditora toma a responsabilidade de garantir que certas atividades são de facto levadas a cabo pela empresa. As responsabilidades que normalmente seriam do governo passam para a firma. A certificação pode ser uma das poucas maneiras de obrigar as empresas a cumprir a legislação florestal e comercial e assegurar um impacto positivo e é por isso considerada, também, independentemente no presente estudo.

O modo como as empresas encaram os seus trabalhadores é um dos principais aspetos da RSE. Especialmente no caso de multinacionais, qualquer falha nas políticas laborais poderá manchar a sua reputação internacional. A descrição de políticas implementadas para proteger os direitos dos trabalhadores nos países onde exercem as suas atividades comerciais permite projetar os seus impactos e melhorar a imagem corporativa no que toca a empregabilidade. Investir no bem-estar dos trabalhadores, assegurar os seus direitos e oferecer formação profissional ajuda a empresa a construir reputação e ultimamente afeta a sua capacidade de criar valor. A formação profissional apenas pode ser considerada RSE no sentido em que aumenta as qualificações dos trabalhadores da região, apesar das limitações profissionais da especialidade na eventual ausência de empregadoras legítimas. No geral, a formação profissional é uma atividade que se justifica em termos económicos, pois contribui para um aumento no rendimento dos

trabalhadores nas atividades das empresas, ao mesmo tempo que garante a aplicação de normas e medidas de segurança e higiene no trabalho. Na dimensão laboral são definidas duas variáveis: uma que se refere às ações que visam melhorar o bem-estar dos trabalhadores e a garantia dos seus direitos; e outra que se refere à segurança e higiene no trabalho, definida tal que inclui ações de formação profissional.

Existem problemas de RSE locais que são específicos às necessidades das comunidades da BC, tais como doenças tropicais (malária, por exemplo), SIDA, pobreza, racismo, analfabetismo, entre outros. Estas são preocupações que as empresas em África deveriam visar, mas que ainda não foram incorporadas na agenda global de RSE (Li *et al.*, 2010). A dimensão social diz respeito ao modo como as empresas lidam com as pessoas com que se relacionam, neste contexto, e a forma como demonstram as responsabilidades para com elas. O modo como as responsabilidades sociais são administradas pode ser feita através da gestão de *stakeholders* (Mitchell, Agle & Wood, 1997). Apesar de todas as comunicações de RSE serem uma forma de gerir os *stakeholders*, devido à importância que lhe é dada na literatura, o tema é operacionalizado independentemente.

As operações comerciais das empresas coexistem com comunidades indígenas. Apesar de serem vistos tradicionalmente como uma barreira ao desenvolvimento, com a globalização da consciência ambiental e emancipação dos direitos dos indígenas, o envolvimento com grupos aborígenes tem-se tornado um imperativo reputacional e político para as empresas de extração de matérias-primas (Jenkins & Yakovleva, 2006). Desenvolvimentos estruturais recentes no setor florestal têm dado acesso a novas regiões para a exploração madeireira, aumentando o potencial de conflito com uma nova gama de *stakeholders*. Existem diversas etnias na região: os pigmeus, que são caçadores-recoletores que vivem dos produtos silvestres da floresta e que são uma minoria na região; e os bantu, que dominam a população da BC e veem os pigmeus como inferiores. Os pigmeus formam uma sociedade sem líderes nem hierarquias (tomam decisões por consenso), o que torna a assimilação na política regional, e portanto a garantia dos seus direitos humanos, praticamente impossível (Leonhardt, 2006). São frequentemente excluídos dos sistemas de educação locais ou forçados a abandonar a sua cultura e serem assimilados na cultura bantu para poderem ir à escola, onde além de não serem capazes de falar francês nem bantu, são discriminados pelos bantus (Kamei, 2001). Muitos encontram-se presentemente em situações de escravatura (Kristof, 1997). A desflorestação e degradação dos ecossistemas causadas pela indústria florestal tem trazido impactos negativos para os pigmeus,

que encaram a floresta como o seu lar e fonte de subsistência e de espiritualidade. Ademais, políticas de igualdade, com base em raça ou gênero, por exemplo, são posturas sociais com impacto nas comunidades com as quais a empresa lida. É importante uma variável que permita compreender o modo como as empresas lidam com estes fenômenos, nomeadamente as suas responsabilidades no que toda a respeitar os direitos dos indígenas e a sua postura relativamente à discriminação existente, não apenas entre etnias mas sob todos os pontos de vista (desigualdade de gênero, políticas laborais discriminatórias, etc.). A variável “Diversidade” foi definida de modo a abranger os temas da diversidade, igualdade de oportunidades, discriminação e direitos das comunidades indígenas.

As atividades que as empresas adotam, de forma voluntária, para contribuir para a sociedade, constituem uma parte importante da RSE. Especialmente nos países desenvolvidos, as funções de apoio social pertencem ao Estado. Porém, nas regiões remotas das florestas da BC, este é praticamente inexistente, e as comunidades não têm acesso a serviços públicos como educação ou saúde, entre outros. As empresas têm, por isso, uma responsabilidade acrescida neste campo, se quiserem contribuir para o desenvolvimento local: muitas assumem mesmo o papel e constroem e gerem, elas mesmas, escolas, hospitais, igrejas ou mesquitas. Porém, autores como Banerjee (2008) argumentam que as empresas são incapazes de substituir a função social dos governos. Mesmo que essa seja executada pela empresa tão bem ou melhor que o Estado, existe o risco de o governo se tornar dependente da empresa. A empresa multinacional toma as funções estatais, controlando a soberania política da sociedade, através da criação de dependências económicas, sociais ou culturais (*ibid*). Não só a legitimidade e a capacidade do estado ficam enfraquecidas, mas também este poderá perder o incentivo para desempenhar as suas responsabilidades sociais e a sua capacidade de tributar as atividades económicas. No caso de a multinacional abandonar o país, levanta-se a questão de saber o que acontecem às estruturas de apoio social montadas pela empresa. Uma possível solução para o problema seria a colaboração, à partida, das empresas com o governo local para desenvolver estas atividades de RSE. Poderá ser necessário compreender bem os contextos locais e os diversos problemas que assolam a região, de modo a conseguir que as atividades comerciais empresariais se adaptem para contribuir responsável e positivamente para as sociedades da BC. A criação de parcerias com o governo, apesar de poderem ser parte da solução, poderão ser difíceis de se realizar, devido a insuficiências institucionais e a elevados níveis de corrupção, entre outros. As ações sociais de apoio à comunidade são operacionalizadas num tema que exclui iniciativas nas áreas

da educação e da saúde, que devido ao relevo dado na literatura e à sua importância e potencial na região são operacionalizadas individualmente.

Existem dois modos de as empresas contribuírem indiretamente para a sociedade: através da filantropia ou estabelecendo parcerias com outras organizações para fins de RSE. As contribuições filantrópicas podem consistir em doações, ofertas, bolsas ou quantias monetárias para organizações ou projetos que visam o desenvolvimento social ou ambiental. Por outro lado, as empresas podem estabelecer parcerias em projetos de cariz social. Além de existir uma pressão crescente para organizações governamentais e não-governamentais de se associarem a empresas para alcançar objetivos sociais conjuntos (Jenkins & Yakovleva, 2006), as empresas têm todo o interesse em divulgar informações sobre as associações em que participam: podem desse modo aproveitar-se da reputação instituída por essas organizações para a associarem à sua própria e assim construir legitimidade; asseguram a si próprias e aos *stakeholders* que os seus programas sociais são executados com experiência. Justifica-se portanto a utilização de uma variável que avalie o discurso sobre atividades filantrópicas e outra que analise as parcerias com fins de RSE.

A BC, enquanto região sub-desenvolvida, tem graves problemas comuns à maioria dos países africanos. A BC tem passado por guerras, tem elevados níveis de corrupção, ditaduras, doenças e baixos índices de desenvolvimento social, verificando-se frequentes violações aos direitos humanos das populações e elevados níveis de pobreza (Dobers & Halme, 2009). É por isso importante operacionalizar duas variáveis: uma que incorpore os diferentes aspetos dos direitos humanos, e outra que diga respeito à postura e ações empresariais no combate à pobreza.

As florestas da região da BC tem uma importância ecológica fundamental para a biosfera e para a regulação do clima mundial. As empresas do setor florestal têm um impacto direto no ambiente, cuja proteção se torna sua responsabilidade. O risco ambiental nos países da BC é, discutivelmente, mais elevado devido ao público nesses países ser menos exigente. É, por isso, perigoso generalizar os resultados de estudos realizados em países mais desenvolvidos para a BC (Tsang, 1998). Torna-se importante estudar o que as firmas que operam nesta região têm a dizer sobre a dimensão ambiental da RSE. A forma como os temas foram desenhados reflete a revisão ao setor florestal na BC presente no ponto 3.3 e estão interligados. São considerados temas como atividades no sentido de proteger as florestas. Devido à importância que lhe é dada na literatura enquanto constituinte da responsabilidade empresarial e relevo no contexto

estudado, operacionaliza-se o tema da sustentabilidade, sob a perspectiva da empresa e dos ecossistemas explorados. O modo como os recursos são geridos, apesar de se relacionarem diretamente com a sustentabilidade, consistem numa perspectiva mais prática; são por isso também estudados numa variável.

A mitigação das mudanças climáticas relaciona-se com o (des)equilíbrio no ciclo de carbono, no qual as florestas tropicais têm um papel importante. O crescimento de árvores através da fotossíntese envolve a captura de carbono da atmosfera, sob a forma de dióxido de carbono (CO₂), que é transformado (principalmente) em madeira. O abate de árvores elimina sequestradores de carbono, tendo por isso um impacto significativo no fluxo de carbono atmosférico. O clima global tem vindo a aquecer devido à acumulação de CO₂ na atmosfera, que está a alcançar níveis preocupantes. A inclusão de um tema relacionado com o combate às alterações climáticas é, portanto, justificado.

A preservação da variedade de formas de vidas nas florestas é essencial para manter a produtividade dos ecossistemas, onde cada espécie, independentemente do seu tamanho, tem um papel importante e dependem umas das outras. Uma maior diversidade de espécies assegura a sustentabilidade natural de todas as formas de vida. Ecossistemas saudáveis conseguem melhor resistir e recuperar de vários tipos de desastres, além de fornecerem uma série de serviços naturais, mantendo o equilíbrio do ecossistema, fornecendo recursos biológicos e benefícios sociais, tais como a recreação, o turismo, a investigação e o valor cultural e educativo. Reforçando não só os valores intrínsecos da biodiversidade mas também os valores económicos para o setor florestal, Liang *et al.* (2016) relatam uma correlação positiva forte entre a diversidade de espécies de árvores e a produtividade, em volume de madeira, das florestas. Posto de outra forma, a contínua perda de biodiversidade resulta num declínio acelerado da produtividade da floresta. Além de uma variável dedicada às ações empresariais no sentido da proteção da biodiversidade, a operacionalização de um tema dedicado ao transporte, apesar de se relacionar diretamente com a biodiversidade, é justificada devido à importância que o planeamento de estradas tem na exploração madeireira nas regiões remotas da BC. Os caminhos abertos para aceder a regiões remotas, além de degradar os ecossistemas e de afetar os habitats de diversas formas de vida, permite o acesso a caçadores furtivos a regiões previamente inalcançáveis, colocando certas espécies em risco acrescido.

3.5.Observações finais

Neste capítulo foi revista a situação em torno do setor florestal na Bacia do Congo. As florestas tropicais da África Central, de grande importância ambiental para todo o planeta, são ameaçadas pelo contexto socioeconómico local. Os países da região encontram-se ainda em desenvolvimento. A nível institucional, problemas como a corrupção e a não aplicação das leis, juntamente com a pouca fidedignidade dos governos regionais, desafiam parcerias e projetos, presentes ou futuros, que os envolvam, colocando muitas incertezas no modo como decorrerá o desenvolvimento da região. A economia da região depende fortemente da exploração económica das florestas, o que leva à sua degradação e desflorestação. Os ecossistemas da região e as populações que deles dependem para o seu sustento encontram-se assim numa situação muito frágil, particularmente tendo em conta a evolução demográfica prevista para as próximas décadas. A nível social, problemas como a discriminação e desigualdade, analfabetismo e baixo nível de escolaridade, fracos cuidados de saúde, violações aos direitos humanos e elevados níveis de pobreza colocam desafios sérios a todos os intervenientes na dinâmica regional.

O foco coloca-se, assim, sobre o setor florestal, intimamente ligado a estes ecossistemas e de grande impacto sobre as comunidades locais. No contexto institucional, social e ambiental da Bacia do Congo, torna-se relevante avaliar o modo como as empresas do setor florestal da região reagem às pressões a que estão sujeitas, compreender as suas interações com os diversos intervenientes e o que as motiva a tomar uma postura de responsabilidade face aos desafios que lhes são colocados.

Metodologia

4. METODOLOGIA

Existem vários métodos para estudar a RSE (Skouloudis & Evangelinos, 2012): a) bases de dados e índices de RSE baseados em critérios de classificação; b) indicadores de desempenho não-financeiro; c) análise de conteúdo dos discursos empresariais sobre assuntos não financeiros; d) questionários sobre percepções dos membros da organização sobre a RSE; e) estudos de caso. A presente dissertação propõe-se estudar a divulgação da informação sobre RSE e sobre as florestas nos *websites* das empresas do setor florestal com operações na BC.

Este capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: a secção 4.1 contextualiza o presente trabalho e as razões que motivam a elaboração do estudo; a secção 4.2 detalha os métodos de análise adotados; a secção 4.3 expõe a amostragem das empresas estudadas; a secção 4.4 caracteriza o tipo de dados recolhidos; na secção 4.5 apresentam-se as variáveis consideradas; a secção 4.6 define a gama de valores que as variáveis podem adotar; finalmente, a secção 4.7 explana o modo como os dados obtidos serão analisados.

4.1.Motivação

A região da BC é importante não só pela posição crítica das suas florestas, mas também devido ao seu fraco nível de desenvolvimento socioeconómico. As perspetivas de crescimento económico no futuro próximo levantam questões sobre o modo como as florestas deverão ser economicamente exploradas e sobre o papel das empresas do setor florestal no desenvolvimento social da região, na sustentabilidade da extração madeireira e proteção das florestas e do meio ambiente.

A análise do conteúdo da informação sobre RSE disponível publicamente é uma das formas de abordar os esforços que as empresas fazem para promover as suas (alegadas) atividades de RSE. Esta análise pode ser realizada de acordo com o método científico, devendo nesse caso ser replicável e permitir realizar inferências válidas a partir dos dados obtidos, tendo em conta o contexto. Para isso, é possível avaliar o discurso através de análise de conteúdo sistemática. A análise de discurso pode também ser executada como uma abordagem filosófica, em oposição a um procedimento estritamente metodológico. Há que sublinhar que o discurso de RSE das empresas não reflete a sua implementação efetiva.

Para a divulgação da RSE, cada vez mais a internet é o meio predileto de comunicação. Desde que apareceu, a internet tem crescido na condição de veículo de divulgação de informação utilizado pelas empresas para comunicar com os *stakeholders*, não só para lhes fazer chegar o

conhecimento da sua existência mas também para gerir percepções e obter legitimidade para a realização das suas operações (Vilar & Simão, 2015). Relativamente aos demais meios de comunicação, a internet tem as vantagens de ser mais acessível, síncrona e bidirecional, tornando a informação mais pública, num ambiente mais democrático. É um meio de comunicação mais eficiente em termos de custos e flexibilidade, sendo oportuno e facilmente atualizável, para além de ser versátil, rápido, detalhado, com capacidade quase ilimitada e alcance global. Por outro lado, também tem desvantagens: o acesso à internet é ainda muito limitado, especialmente nos países em desenvolvimento, levando à exclusão, principalmente, dos mais desfavorecidos (Jenkins & Yakovleva, 2006). Sem uma boa promoção, os *websites* podem acabar praticamente invisíveis, além de ser difícil verificar que estejam atualizados (*ibid*). Pode tornar-se também difícil filtrar as informações úteis das inúteis. Além disso, preocupações de anonimato e privacidade requerem uma abordagem cuidada e dedicada no envolvimento com os *stakeholders* (*ibid*).

Existem poucos estudos na literatura científica que analisam o discurso de RSE que as empresas do setor florestal adotam. Os estudos da divulgação propriamente dita, devido à sua natureza, não procuram explicar a diferença entre o que é dito e o que é efetivamente executado nem os principais objetivos do discurso RSE, apesar de por vezes tirarem ilações. É possível especular que as divergências observadas no discurso de várias empresas advêm de diferenças culturais, institucionais, económicas ou mesmo ambientais. Os estudos que existem focam-se nas maiores empresas do setor a nível mundial, excluindo as empresas de menores dimensões. Assim, muito pouco se conhece sobre a RSE no contexto das pequenas e médias empresas, que entram com um grande peso para o setor florestal de vários países. Ademais, dada a assimetria na distribuição geográfica destas empresas, os estudos acabam por analisar uma distribuição heterogénea de empresas pelas várias regiões do globo, verificando-se, nas amostras de empresas estudadas, uma concentração de empresas da América do Norte, Europa e Ásia. Além de se tornar mais difícil tirar ilações sobre o modo como o discurso de RSE varia de acordo com a localização geográfica da empresa, grande parte dos países em desenvolvimento acaba por ser excluída. Consequentemente, as regiões tropicais, onde importantes florestas densas e húmidas se situam, ficam também de fora do foco dos estudos existentes sobre RSE no setor florestal, o que constitui uma grave lacuna no conhecimento científico.

Assim, este estudo pretende compreender como o conceito de RSE é usado no contexto de negócio do setor florestal da BC e analisar como este é construído no discurso das empresas.

Mais especificamente, almeja-se examinar as práticas de divulgação de informações de RSE presentes nos *websites* das empresas da indústria florestal da Bacia do Congo com os seguintes objetivos:

1. Relacionar os conteúdos comunicados com a origem geográfica das empresas;
2. Analisar a predominância de diferentes temas de RSE no discurso empresarial;
3. Identificar para quem as empresas comunicam e o que as motiva;
4. Discutir criticamente as informações publicadas e o modo como são apresentadas, face às características do contexto da Bacia do Congo e do setor florestal.

4.2.Método

O discurso de RSE presente no conteúdo dos *websites* de 37 empresas do setor florestal que operam na BC foi analisado a diversos níveis. Parte da análise de conteúdo foi sistemática, com o objetivo de reduzir o material textual em categorias, num processo progressivo de leitura e anotações. Foi elaborada uma tabela de temas de RSE (Tabela 3.3). Os temas foram agrupados de acordo com as dimensões de RSE a que pertencem (*vide* 4.5). Para cada empresa, a cada tema foi atribuído um valor em escala de Likert. A tabela permite normalizar a análise e reduzir a subjetividade comparativa. Os dados foram resumidos através de estatística descritiva. A outra faceta da análise de conteúdo foi executada de acordo com uma abordagem exploratória interpretativa, combinando a análise das práticas discursivas com a análise de certas características formais de construção de texto e das práticas sociais nas quais o discurso se integra.

4.3.Amostragem

Como critérios de seleção de amostragem, escolheu-se estudar os conteúdos dos *websites* de todas as empresas do setor florestal que operam na região da BC com *websites* funcionais em inglês, francês ou italiano. As listas das empresas foram obtidas consultando publicações do setor florestal, outros estudos de investigação e bases de dados de ONGs. Os *websites* foram obtidos através de motores de busca (Google, por exemplo), usando os nomes das empresas como palavras-chave. Reuniu-se um total de 39 empresas, mas duas delas foram excluídas do estudo porque os seus *websites* não se encontravam em funcionamento no período de recolha dos dados: a camaronesa Rapha Inc SARL e a congoleza Groupe Blattner Elwyn. A Vicwood Industry tem dois *websites*: um em mandarim e outro em inglês e espanhol: o primeiro não foi

considerado no estudo. No Anexo II encontram-se inventariados os *websites* das 39 empresas que constituem o universo de estudo. A lista das 37 empresas consideradas, juntamente com o seu país de origem, encontra-se na Tabela 4.1.

Tabela 4.1. Lista de empresas incluídas no presente estudo.

EMPRESAS OCIDENTAIS		EMPRESAS AFRICANAS		EMPRESAS ASIÁTICAS	
Empresa	País	Empresa	País	Empresa	País
SOCFIN	França	Panagiotis Ma	Camarões	Vicwood	China
ROUGIER	França	CUF	Camarões	JisenWood	China
Pallisco	França	Green Valley	Camarões	OLAM	Singapura
Lignafrika	França	SEFAC	Camarões	WTK	Malásia
Thebault	França	FIPCAM	Camarões	RHG	Malásia
ONFI	França	SIM	Camarões	SEFCA	Libano
Wijma	Países Baixos	KGROUP	RCA	COTREFOR	Libano
DANZER	Alemanha	BSG	Gabão		
DLH	Dinamarca	CBG	Gabão		
Likouala	Itália	SOMIVAB	Gabão		
CWG	Itália	SBL	Gabão		
ALPI	Itália	CEMA	Marrocos		
COFABOIS	Bélgica				
GDC	Bélgica				
Ecowood	Suíça				
PreciousWoo	Suíça				
SODEFOR	Liechtenstein				
MAG Ind.	Canadá				

4.4.Dados

Foi realizada uma recolha de dados transversal, dentro do período de 25 de abril de 2016 a 15 de maio de 2016. O intervalo de tempo de recolha dos dados foi o mais curto possível para que se conseguisse a extração total dos textos de interesse, de modo a que os dados retirados dos *websites* fossem o mais representativos possível desse período, tendo em conta a natureza suscetível de atualização constante das páginas da internet.

Foram recolhidos não só os conteúdos presentes nos *websites* das empresas, mas também relatórios e outros documentos com informações financeiras, sobre o ambiente, segurança e saúde, responsabilidade social e notícias de imprensa disponíveis diretamente a partir dos *websites* das empresas, independentemente da data de publicação original do documento. O

conteúdo presente em *websites* secundários para os quais as empresas reencaminhassem diretamente a partir dos *websites* primários também foram considerados. Nos casos em que os *websites* apresentavam múltiplas línguas, foram recolhidos apenas os textos e documentos que estivessem em inglês, francês ou italiano.

O tipo de dados obtidos pode ser classificado como dados secundários qualitativos, que consistem nos textos de discurso de RSE, inalterado, que constava nos *websites* das empresas da amostra em questão no período de recolha de dados. A base de dados recolhida fez um total de 1,24 GB de informação.

4.5. Variáveis

São considerados os dados dos *websites* que se enquadram no âmbito da responsabilidade social, ou seja, em sentido lato, textos sobre assuntos ambientais, éticos, humanos e sociais. De modo a organizá-los, foi elaborada uma matriz de categorização não constrangida e os dados foram codificados de acordo com temas de RSE. Foi deixada em aberto a possibilidade de modificação e de criação de novos temas, seguindo os princípios de análise de conteúdo indutiva. A categorização dos dados deste modo permite normalizá-los e reduzir a subjetividade para a análise de conteúdo sistemática. Foi desenhada uma matriz com 22 temas, agrupados segundo as dimensões económica, laboral (social interna), social (externa) e ambiental (Tabela 3.3). Apresentam-se e definem-se de seguida os temas de RSE.

Dimensão Económica

- **Responsabilidade económica:** inclui a legalidade das atividades da empresa, a ética e o código de conduta, anti-concorrência, etc.
- **Corrupção / Transparência:** diz respeito às atividades da empresa que promovem a sua transparência ou que reduzam os níveis de corrupção internos ou externos à firma.
- **Origem e Rastreabilidade:** inclui também a posição da empresa contra a extração madeireira ilegal.
- **Higiene e segurança do cliente:** diz respeito às atividades da empresa para assegurar a segurança dos clientes. Inclui a utilização de metanal, garantias oferecidas, propriedades ignífugas e mecânicas, entre outras.
- **Certificação:** inclui adoção de normas de responsabilidade social e ambiental (ISO 26000, SA8000, CSR catalogue, GRI, etc.), certificação florestal, inspeções e auditoria.

Dimensão Laboral

- **Bem-estar e direitos do trabalhador:** inclui atividades como a oferta de acomodações aos empregados da empresa, facilidades oferecidas aos seus familiares, etc.
- **Segurança e higiene no trabalho:** inclui atividades que promovam a segurança dos trabalhadores da empresa, incluindo formação profissional e promoção de cultura empresarial.

Dimensão Social

- **Diversidade:** é definido abrangendo preocupações com a diversidade e igualdade, sobre os direitos das comunidades indígenas e o modo como estas são afetadas pela exploração florestal e a postura corporativa face à discriminação de acordo com o género, raça, religião, cor, idade, orientação sexual, etnia, nacionalidade, origem social, propriedade, opinião ou incapacidade.
- **Apoio direto à Comunidade:** são consideradas atividades como a investigação, voluntariado, artes, cultura, política, desporto, religião, segurança, infraestrutura, canais de comunicação, desenvolvimento local. Não se incluem atividades como a educação ou a saúde, para as quais existem categorias separadas.
- **Educação:** inclui atividades como o desenvolvimento/construção de orfanatos, creches ou escolas, entre outras. Não se incluem atividades de formação profissional específica para a empresa.
- **Saúde:** inclui atividades como a construção de hospitais ou centros de saúde, apoio médico ou distribuição de medicamentos, ou consciencialização sobre doenças e higiene.
- **Caridade/Filantropia:** quaisquer atividades em que a empresa contribua financeiramente para atividades de RSE não levadas a cabo pela empresa.
- **Parcerias de RSE:** inclui qualquer parceria na qual a empresa colabore ativamente com outra entidade com objetivos de RSE.
- **Gestão dos *stakeholders*:** referências discursivas diretas à gestão de *stakeholders* e ações para compreender e comunicar com eles.
- **Direitos humanos:** inclui liberdade de associação, liberdade de expressão, trabalho infantil, trabalho forçado, violência contra crianças, mal-nutrição, aborto, direito de uso de terra, proteção do sustento, etc.
- **Combate à pobreza:** atividades com o objetivo específico de reduzir a pobreza.

Dimensão Ambiental

- **Proteção das florestas:** atividades com o objetivo de proteger as florestas. Inclui gestão florestal responsável e extração madeireira de impacto reduzido.
- **Gestão de recursos:** atividades que promovam uma gestão responsável de materiais, energia e água, tais como reciclagem, gestão da água, uso de energias renováveis, tratamento de resíduos e poluição.
- **Biodiversidade:** atividades de proteção da vida selvagem, tais como prevenção da caça de animais do mato e garantia da segurança alimentar.
- **Transporte:** atividades de planeamento e gestão de estradas e de transporte de madeira, materiais e pessoas. Inclui-se na dimensão ambiental devido ao impacto devastador na paisagem, na emissão de resíduos, na distribuição de animais e em atividades de caça ilegal.
- **Sustentabilidade:** atividades que garantam a sustentabilidade da extração madeireira e do ecossistema e que demonstrem responsabilidade ambiental e compromisso com o desenvolvimento sustentável, como por exemplo atividades de reflorestação.
- **Mitigação das mudanças climáticas:** atividades que contribuam para a redução das emissões de gases de estufa e para o sequestro de carbono atmosférico.

4.6. Intervalo de resultados

Para cada um dos temas, os dados foram operacionalizados de acordo com uma escala de Likert com 5 valores, de 0 a 4, de modo a classificar os dados qualitativos. A escala foi desenvolvida de modo a indicar, de uma forma ordinal, o grau de envolvimento do discurso da empresa dentro da categoria respetiva. Os valores atribuídos podem ser explicados da seguinte forma:

“0” – Não contém informação;

“1” – Simples referência ao tema, sem apresentar detalhe;

“2” – Presença de informação sobre o tema, sem mencionar atividades concretas. Também pode incluir recomendações de atividades ou objetivos e intenções de realizar atividades específicas;

“3” – Breve explicação das atividades realizadas dentro do tema, com pouco detalhe;

“4” – Informação detalhada sobre as atividades, apresentando detalhes sobre o modo como foram realizadas ou sobre os resultados obtidos.

A escala de Likert adequa-se para quantificar dados qualitativos. Os temas são avaliados numa escala numérica de relevância (qualitativa) no discurso e portanto os dados obtidos desta forma são quantitativos mas não contínuos⁵.

4.7. Análise estatística dos dados

Os dados obtidos na categorização da informação textual foram agrupados em diferentes grupos: de acordo com a origem geográfica de cada empresa e de acordo com a dimensão de RSE.

Em termos geográficos, as empresas foram organizadas em três grupos:

- Empresas de origem ocidental;
- Empresas de origem asiática;
- Empresas de origem africana.

Todas as empresas de origem ocidental são europeias, exceto a canadiana MAG Industries. Por proximidade cultural, decidiu-se agrupá-la juntamente com as europeias. A ausência de empresas de origem norte americana é intrigante, dadas as grandes dimensões da indústria florestal na região (UNECE, 2012). Muitas empresas florestais norte americanas têm vindo a deslocar-se para a América do Sul, atraídas por regulações menos estritas (Dudley, 1995); talvez por isso a região da BC não seja contemplada pelas empresas, face à alternativa. Adicionalmente, as madeiras extraídas na região são exportadas principalmente para o mercado europeu. Contudo, não é objetivo do trabalho responder a esta questão.

Em termos de dimensão de RSE, os temas foram organizados em quatro grupos:

- Dimensão económica;
- Dimensão laboral;
- Dimensão social;
- Dimensão ambiental.

Para cada um destes grupos, tal como para cada tema individual, foi calculada a frequência relativa de valores atribuídos (em percentagem), de modo a compreender a importância média

⁵ Por esse motivo, operações tais como o cálculo de média e desvio padrão não se aplicam aos valores na escala de Likert, que não são variáveis contínuas.

que cada empresa (ou grupo de empresas) dá a cada categoria ou o modo como varia de acordo com o local onde as empresas se encontram sedeadas.

Os resultados são apresentados em gráficos de barras de modo a facilitar a compreensão das distribuições de frequências relativas de valores. Nos gráficos, para designar a frequência relativa da atribuição de um valor “ i ” ao discurso num determinado tema, é utilizada a nomenclatura F_i , $i \in \{0,1,2,3,4\}$. As frequências relativas são apresentadas em percentagem.

Resultados e Discussão

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Posto de uma forma ampla, as empresas têm responsabilidades económicas, legais e éticas, ambientais e sociais externas e internas (Kolk, Hong & van Dolen, 2010). A análise de conteúdo do material textual dos *websites* de 37 empresas resultou na recolha de dados numéricos de relevo discursivo, que foram registados numa tabela, apresentada no Anexo III. As 37 empresas analisadas foram divididas em grupos de acordo com a localização da sede, tendo sido obtidos três grupos: empresas ocidentais, com 18 empresas; empresas africanas, com 12 empresas; e empresas asiáticas, com 7 empresas.

Na secção 5.1, os dados são apresentados, primeiro de uma perspetiva geral e posteriormente aprofundando cada dimensão de RSE (económica: 5.1.1; laboral: 5.1.2; social: 5.1.3; ambiental: 5.1.4). São observados os resultados, procurando identificar as diferenças em relevo dado pelas diferentes empresas, tendo em conta a região da qual são originárias e o contexto setorial e regional no qual exercem a sua atividade. O modo como o discurso de RSE se distribui geograficamente e de acordo com os grupos de categorias é relevante, mas também o é compreender o modo como o conceito de RSE é usado no contexto de negócio do setor florestal da BC e analisar como este é construído no discurso das empresas. Mais do que “sobre o quê”, o “como” é importante porque é o “como” que ultimamente influencia o que acaba por ser percebido. Foi por isso também realizada uma análise indutiva e exploratória dos textos retirados dos *websites* das empresas, dada a inexistência de estudos na literatura que abordam esta questão. Desta, surgem descrições dos conteúdos presentes nos *websites* estudados, citações e alguns comentários que complementam a análise das variáveis.

Na secção 5.2, são discutidos os resultados. Apesar do risco de subjetividade das observações e julgamentos, pois estão incontornavelmente ligadas à interpretação, a análise contribui para a compreensão crítica do conteúdo. Prevê-se que o discurso de RSE seja influenciado por fatores como as preocupações das comunidades, atenção negativa por parte da comunicação social, ocorrência de incidentes sociais ou ambientais, preocupações de grupos poderosos (por exemplo, *lobbys*), ou acusações ambientais (Newson & Deegan, 2002).

5.1. Apresentação de Resultados

Verifica-se que, das 37 empresas, 36 divulgam algum tipo de informação sobre RSE. A soma dos valores atribuídos a cada empresa encontra-se na Figura 5.1.

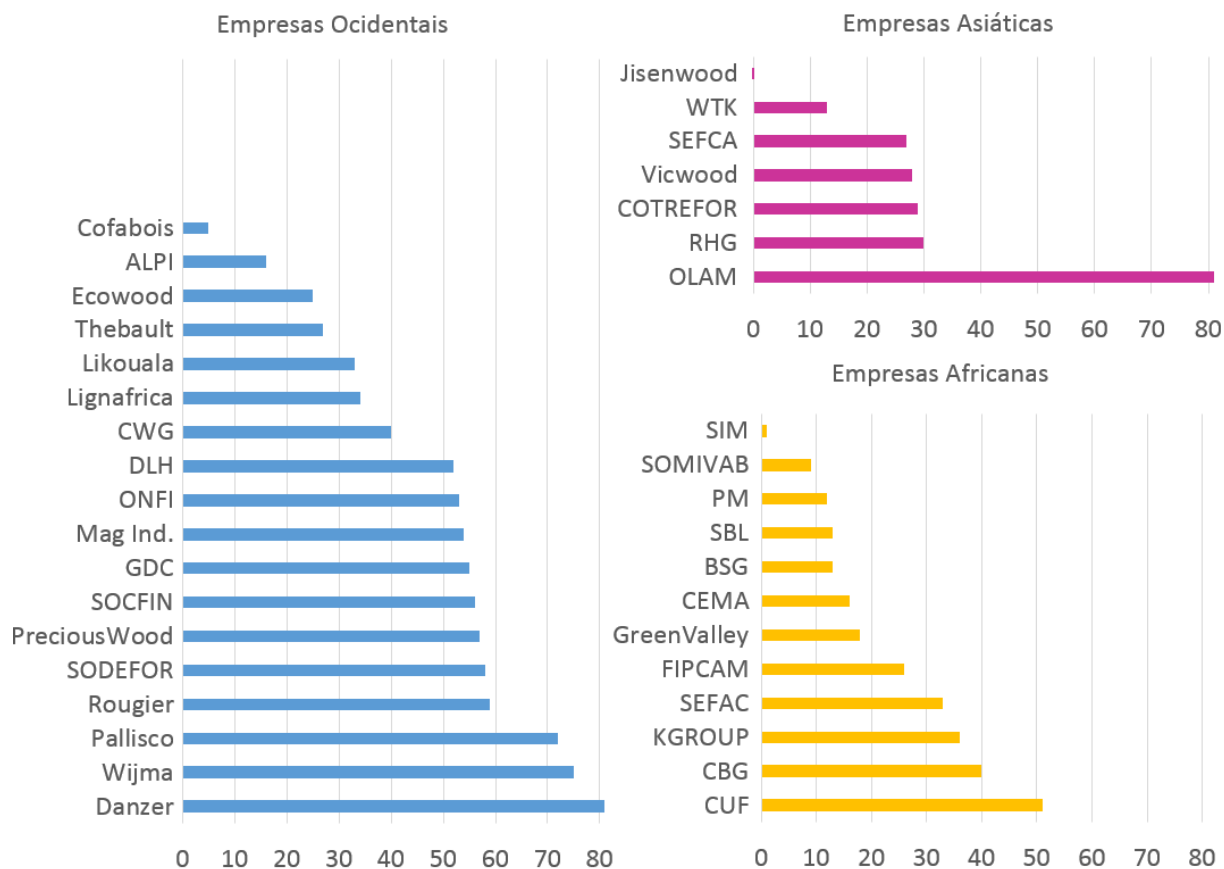


Figura 5.1. Divulgação da RSE por empresa.

Na Figura 5.2 encontram-se distribuídas as empresas de acordo com as dimensões socioeconómicas e dimensão ambiental. As empresas com maiores níveis de relevo dado à divulgação de RSE são a Pallisco, Wijma, Danzer e Olam, todas elas ocidentais exceto a última, que é singapurense. O aglomerado de empresas seguinte, constituído por Precious Woods, Sodefor, Onfi, MAG Industries, Rougier, GDC e DLH, são todas ocidentais. Com valores de divulgação socioeconómica igualmente elevados mas com níveis de comunicação ambiental um pouco mais reduzidos, encontram-se a francesa SOCFIN e a camaronesa CUF. Esta última é a empresa africana com maior relevo discursivo sobre RSE. As empresas com divulgação avaliada com menos de 2 valores segundo os dois eixos são predominantemente africanas (9 firmas), com 4 das 7 companhias asiáticas e apenas 3 ocidentais. Parece existir uma relação entre a origem geográfica das empresas estudadas e o relevo das informações de RSE publicadas. O detalhe da divulgação distribui-se do mesmo modo nas dimensões ambiental e socioeconómicas, ou seja, as empresas que salientam a dimensão ambiental também o fazem para as dimensões socioeconómicas. Contudo, na Figura 5.2 a maior parte das empresas situa-se

ligeiramente acima da linha verde ($y = x$), o que significa que no geral as empresas dão maior relevo à dimensão ambiental do que às dimensões socioeconómicas.

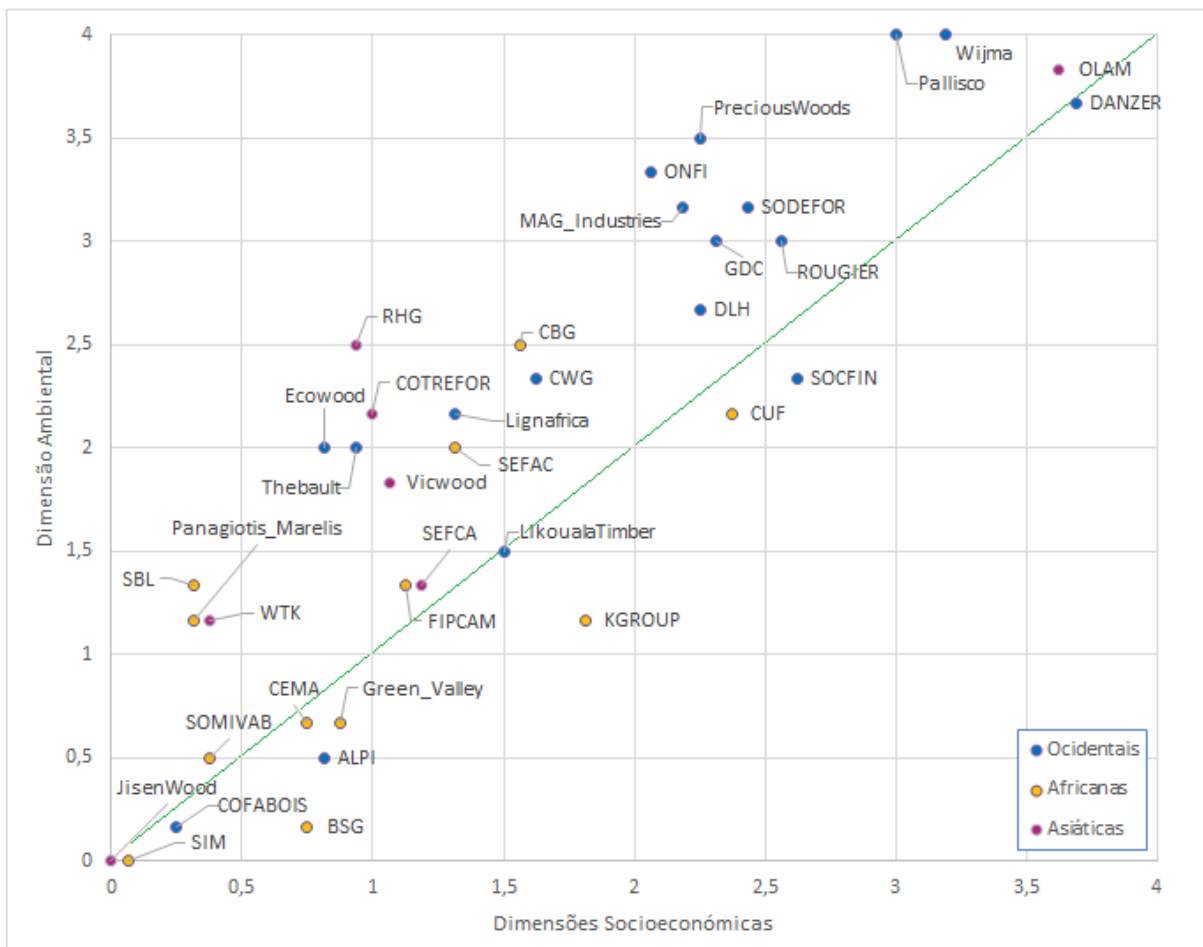


Figura 5.2. Divulgação de RSE nas dimensões socioeconómicas e ambiental.

É certo que existem outras variáveis explicativas que não a localização geográfica da empresa. A quantidade e relevo da divulgação de RSE poderá estar relacionada com a dimensão das empresas. Verificou-se uma relutância geral em divulgar dados financeiros por parte das empresas estudadas. Por esse motivo, a dimensão das empresas e a sua saúde financeira não puderam ser discernidas e analisadas como variáveis explicativas.

A distribuição geral dos valores transmite uma ideia do grau de importância que é dada pelas empresas de determinada origem geográfica a atividades de RSE, no geral, e está representada na Figura 5.3. As empresas ocidentais são as que mais produziram discurso sobre RSE, como se pode observar pelas somas de valores mais elevadas na Figura 5.1 e pela concentração da distribuição mais à direita na Figura 5.3; o discurso das empresas africanas caracterizou-se pela ausência. Na maior parte dos temas, as informações disponibilizadas pelas empresas asiáticas,

apesar de mais relevantes do que as africanas, foram também reduzidas. Globalmente, ainda existe um número elevado de temas omissos (valores nulos), observação mais acentuada nas empresas de origem não-ocidental (mais de 50%). Estes resultados sugerem que a origem da empresa poderá estar relacionada com a informação de RSE divulgada.

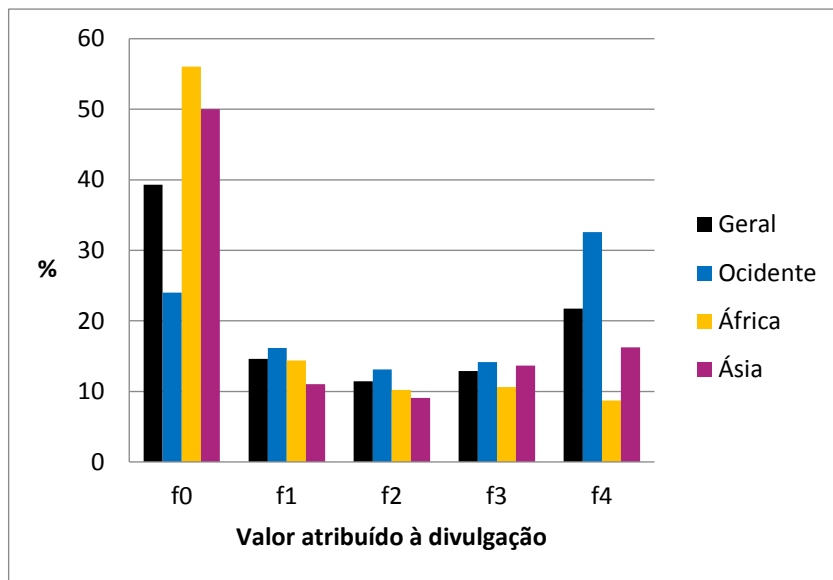


Figura 5.3. Divulgação da RSE por origem geográfica.

Os temas de RSE foram divididos por quatro dimensões: dimensão económica, dimensão laboral, dimensão social e dimensão ambiental. A distribuição dos valores atribuídos a cada dimensão por região pode ser compreendida analisando os gráficos presentes na Figura 5.4. Foram também calculadas as médias dos valores atribuídos por dimensão por empresa, que se apresentam junto à legenda na Figura 5.4. Este valor médio serve para fins comparativos entre regiões e categorias: não tem um significado tangível, pois a escala de Likert não é uma escala contínua.

Verificou-se a mesma tendência em todas dimensões de RSE: a divulgação das empresas ocidentais foi classificada com o maior número de valores “4” e um valor médio superior. Na dimensão económica, a maioria dos valores “3” e “4” foram atribuídos às empresas ocidentais (Figura 5.4). As empresas asiáticas receberam valores “4” em mais de 20% dos temas. Mesmo a maior parte dos temas com graus de relevo inferiores (“1” e “2”) encontraram-se nos *websites* de empresas ocidentais. A tendência de as empresas ocidentais darem maior relevo à divulgação de RSE parece indicar que existe alguma relação da origem contextual com a atenção dada a temas de RSE. Independentemente da origem das empresas estudadas, existe uma vasta gama de temas socioeconómicos que não foram abordados.

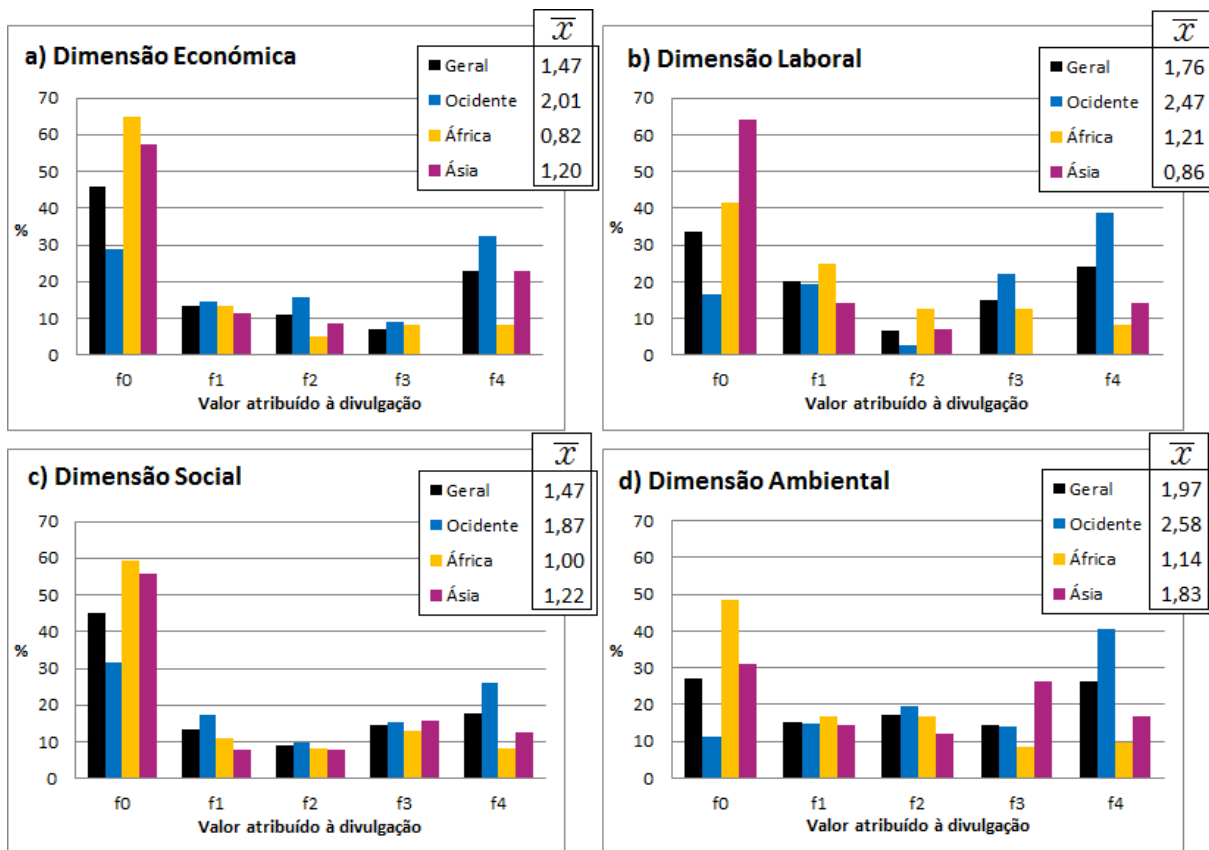


Figura 5.4. Divulgação da RSE por dimensão e origem geográfica.

Já as empresas africanas dão mais revelação à dimensão laboral do que as asiáticas, mas por uma margem reduzida. Mais de 60% das categorias de dimensão laboral foram omissas pelas empresas asiáticas.

A dimensão social também vê a maioria dos seus temas omissos. Novamente, as empresas ocidentais dão maior relevo aos temas, seguidas desta vez pelas empresas asiáticas e depois pelas africanas. O motivo que leva as empresas a disponibilizar poucas informações sobre as atividades no campo social externo merece ser investigado.

A dimensão ambiental verificou muito menos omissões do que os outros tipos de responsabilidade. As empresas, no geral, parecem dar preferência ao discurso ambiental e ecológico do que a outras dimensões de RSE. Contudo, as empresas dão ainda pouco relevo ao tema. Por exemplo, o discurso das empresas africanas verificou quase 50% de omissões e o das asiáticas mais de 30%.

Por outro lado, é também interessante observar os resultados por outra perspetiva: o grau de importância dado a cada tema em cada região (Figura 5.5).

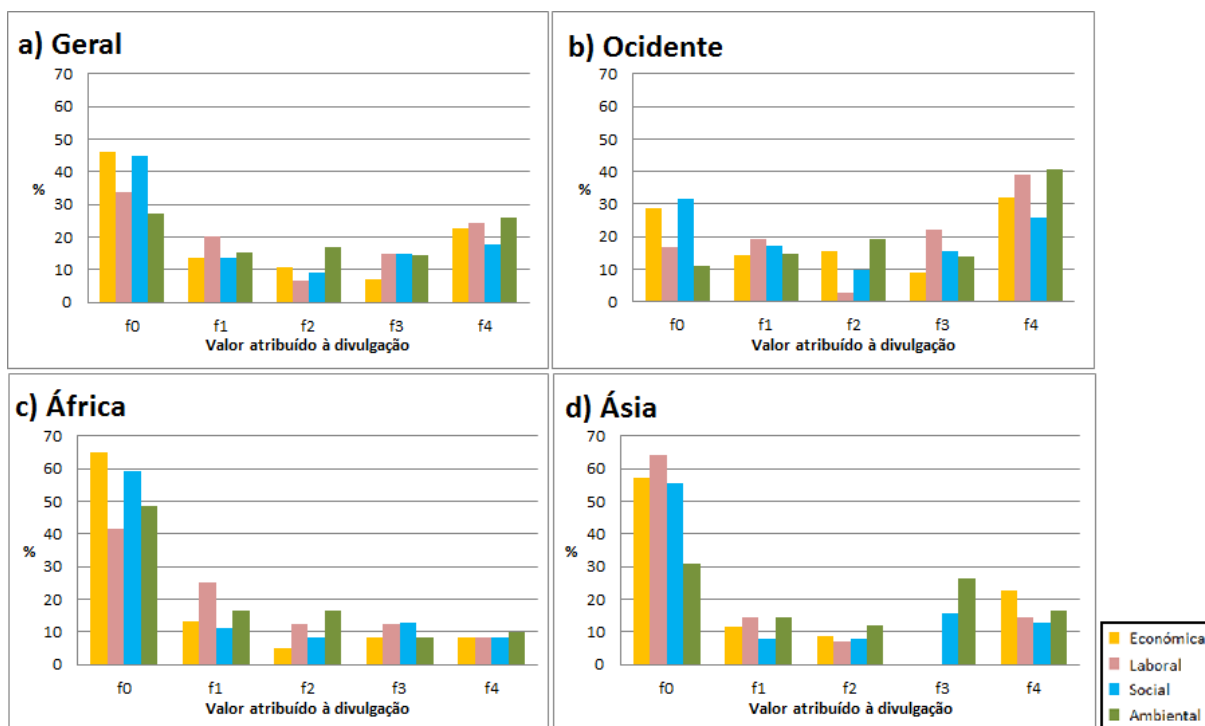


Figura 5.5. Divulgação das dimensões de RSE por origem geográfica das empresas. O gráfico de barras na Figura 5.5a apresenta os resultados médios de todas as 37 empresas analisadas: as diferenças entre cada dimensão são pequenas mas observáveis. Todavia, os restantes três gráficos da Figura 5.5 (b, c e d) permitem retirar conclusões comparativas. Transparece que as empresas sediadas em África dão muito pouca importância à divulgação de tópicos de RSE, sendo o discurso omissivo sobre a grande maioria dos temas: não se verificam diferenças expressivas entre a divulgação nas várias dimensões; é maior o número de temas de menor relevo. Nas empresas ocidentais a tendência é a inversa, verificando-se uma grande preocupação pela divulgação de tópicos de RSE: parece haver uma preferência em abordar tópicos mais relacionados com o ambiente e menos de cariz social, mas a diferença é pouco expressiva. As empresas de origem asiática dão menos relevo aos temas de RSE que as ocidentais: à exceção da dimensão ambiental, mais de 50% dos temas de RSE não são sequer abordados.

Para complementar a análise da Figura 5.5 pode-se recorrer aos valores médios apresentados na Figura 5.4. Independentemente da origem geográfica das empresas, em média deu-se mais relevo à dimensão ambiental. O discurso sobre a dimensão laboral foi o segundo mais abordado, exceto pelas empresas asiáticas, em que lhes é dada menos importância. As dimensões menos divulgadas foram, para as empresas africanas, a dimensão económica e, para as empresas

ocidentais, a dimensão social. Sublinhe-se que a qualquer dimensão de RSE foi dado maior relevo por parte das empresas ocidentais do que por parte das restantes (Figura 5.4).

Apesar de existirem diferenças na divulgação da RSE observada, não são muito acentuadas. Além disso, há notáveis exceções às tendências regionais, como o é, por exemplo, a empresa singapurense OLAM, com um discurso bastante completo sobre a maior parte dos temas de RSE, ou a belga COFABOIS, com um discurso de RSE praticamente inexistente.

No seguimento do estudo foram identificados diferentes objetivos empresariais. Apesar de várias empresas apresentarem as suas atividades de RSE como um valor moral, uma análise exploratória atenta revelou que, no geral, a publicação de informações de RSE era motivada pela construção de legitimidade e como resposta às exigências dos *stakeholders*, muitas vezes acompanhadas de justificações, assumidas ou não, de maximização de lucro. A perspetiva estratégica, em que as empresas encaram a RSE como um investimento capaz de facilitar o cumprimento de objetivos financeiros, foi identificada no discurso de muitas companhias. Frequentemente, as empresas admitem abertamente que as suas ações são justificadas pelos resultados financeiros.

“The Board of Directors [...] should provide leadership and vision to the Company, in a way that will enhance shareholders’ value and ensure long-term sustainable development and growth of the Company.”

(WTK *website*, 2016)

Mesmo em empresas com elevados volumes de comunicações de RSE, as motivações estratégicas parecem ser as que mais pesam:

“Why are we in business? To maximize long-term intrinsic value for our continuing shareholders.”

(OLAM *website*, 2016).

Apesar de os temas de RSE serem também comunicados a outros públicos, as empresas parecem de facto eleger como *stakeholder* principal os acionistas.

É necessário realçar que um maior relevo discursivo sobre temas de RSE não implica bom desempenho social nem boas intenções. O seguinte excerto de um relatório da ONG Greenpeace sobre a empresa madeireira holandesa Wijma é um bom exemplo:

“In its company literature, the Dutch logger and timber trader Wijma has made many claims about the environmental and social acceptability of its timber. However, Wijma not only buys from some of the most notorious logging companies in Africa, but is also itself involved in illegal logging in Cameroon.”

(Greenpeace, 2003)

5.1.1. Dimensão Económica

Nesta subsecção são analisados os seguintes temas da dimensão económica: “Responsabilidade Económica”, “Corrupção e Transparência”, “Origem e Rastreabilidade”, “Certificação” e “Higiene e Segurança do Cliente”.

Responsabilidade Económica, Corrupção e Transparência

Os temas da responsabilidade económica, corrupção e transparência encontram-se representados na Figura 5.6. Apesar de as empresas ocidentais e asiáticas ainda darem alguma importância à responsabilidade económica (Figura 5.6a), o tema da corrupção é vastamente ignorado pela maior parte das firmas estudadas (Figura 5.6b). Verificou-se que as empresas africanas relatam muito pouco estes temas, com mais de 40% de omissões sobre responsabilidade económica e mais de 90% sobre o tema da corrupção. Quase 30% das empresas asiáticas dá muito detalhe sobre responsabilidade económica mas, similarmente, dão pouco relevo à transparência.

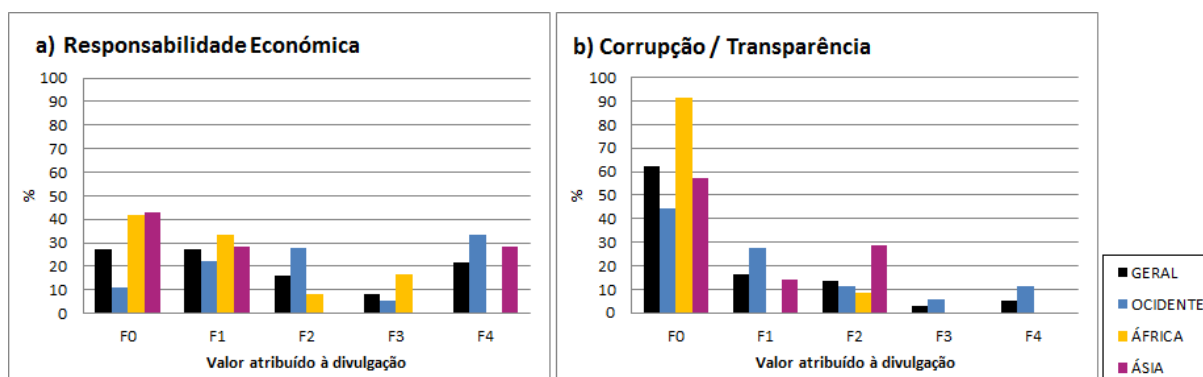


Figura 5.6. Divulgação dos temas “Responsabilidade Económica” (a) e “Corrupção/Transparência” (b), por origem geográfica das empresas.

Origem e Rastreabilidade

Verifica-se que a maior parte das empresas não dá muito relevo à origem da madeira e à rastreabilidade dos seus produtos e processos (Figura 5.7). Novamente, as empresas de origem ocidental revelam preocupação discursiva sobre o tema acima da média geral. Cerca de um terço das empresas africanas e das asiáticas também relata atividades concretas, com muitas omissões.

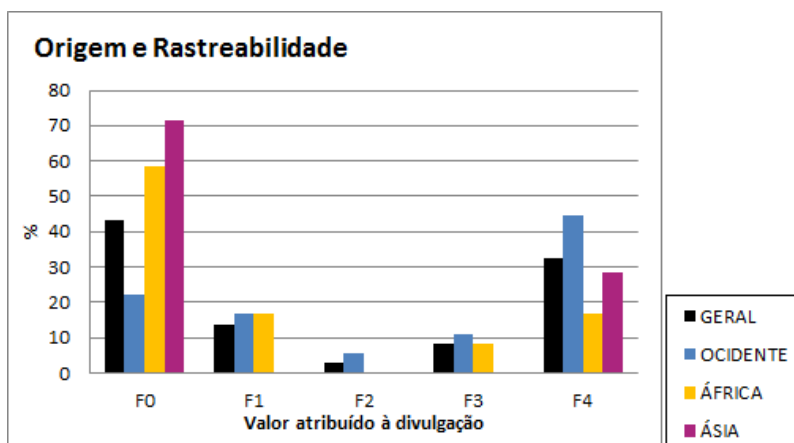


Figura 5.7. Divulgação do tema “Origem e Rastreabilidade”, por origem geográfica das empresas.

Várias empresas não-ocidentais admitem adotar esquemas de certificação de origem de modo a ganharem acesso ao mercado de exportação ocidental. Veja-se o exemplo da CUF:

“[...] la Cameroon United Forests (CUF) obtient la certification OLB (Origine et Légalité des Bois) [...]. Ce label apporte les garanties demandées par un nombre croissant de clients (notamment en Europe et aux Etats-Unis) concernant l’origine légale des bois et leur traçabilité depuis la forêt de production jusqu’aux clients importateurs.”

(CUF website, 2016)

Certificação

A certificação e a adoção de normas de RSE é dos temas mais divulgados pelas empresas, com variações regionais pouco expressivas (Figura 5.8). No total existem menos de 25% de omissões. O tema foi definido de uma forma abrangente, incluindo uma grande variedade de normas e certificações, tais como a FSC, OLB, GRI, Rainforest Alliance, CSR catalogue, ISO 26000, SA8000, entre outras. Algumas empresas fazem referência breve aos esquemas de certificação adotados (ou em vias de adoção) e muitas incluem ligações para os *websites* das entidades certificadoras ou incluem documentos com informações detalhadas sobre o que significa a certificação adotada, o que poderá inflacionar os valores atribuídos ao discurso das empresas sobre o tema.

Por exemplo, a certificação OLB (Origine et Légalité des Bois) garante a rastreabilidade da madeira comercializada e a certificação FSC garante que as florestas são bem geridas e que trazem benefícios ambientais, sociais e económicos. Curiosamente, a própria FSC usa argumentos estratégicos para incentivar empresas do setor florestal a obterem a sua certificação:

“Forest owners and managers may want to become FSC certified to demonstrate that they are managing their forests responsibly. Along the supply chain, FSC certification can provide benefits such as access to new markets.”

(FSC website, 2016)

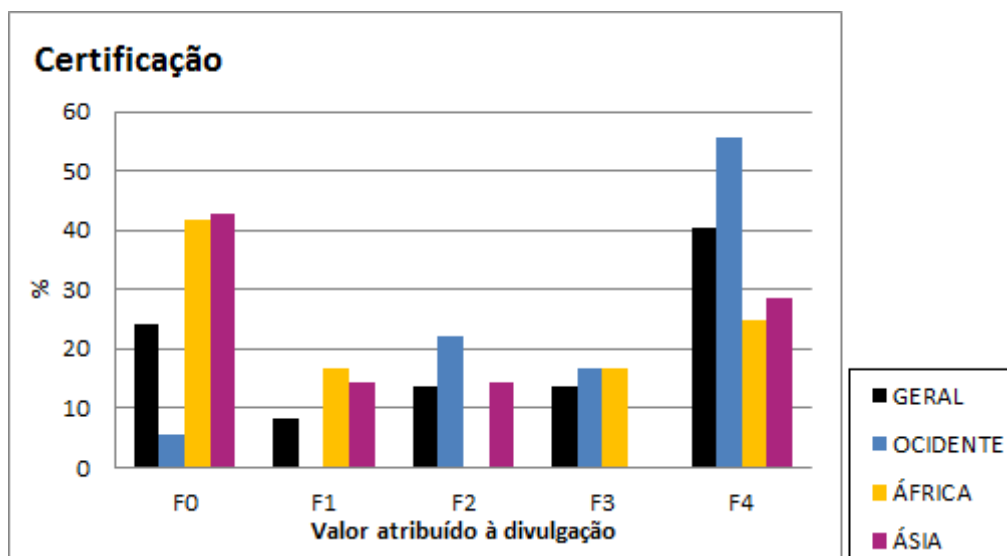


Figura 5.8. Divulgação do tema “Certificação”, por origem geográfica das empresas. Pelo discurso de algumas das empresas analisadas, é possível inferir que um dos motivos que leva as empresas a certificarem-se é responder a uma crescente consciencialização social e ambiental dos mercados.

“On certain particularly sensitive markets, FSC Good Forest Certification offers clear value. [...] to offer assurances concerning the legal origins of timber demanded by international markets.”
(Rougier website, 2016)

“Certification offers an obvious economic interest by giving access to a growing market and by enabling to sell certified wood in line with the current fair trade trend. [...] The certification process brings credibility to the company towards its partners (financial, clients...) and Project stakeholders, and proves its commitment to a permanent improvement of its practices.”
(Lignafrica website, 2016).

Apesar de algumas empresas certificarem todos os seus produtos, outras conseguem a certificação de apenas parte da sua madeira e usam-na para se autopromover, como a Rougier (50% da sua madeira é certificada), a ALPI (“offers FSC certification on request”), a Vicwood (“not all products are FSC certified. Please ask if you require FSC certified products.”), a Wijma (apesar de planear certificar 100% das suas atividades), a Danzer (“almost all wood processed at Danzer facilities is certified”), entre outras.

Higiene e Segurança do Cliente

O tema “Higiene e Segurança do Cliente” é pouco abordado pelas empresas estudadas (Figura 5.9). Mesmo as empresas ocidentais não revelam muita preocupação com o tema. É notório cerca de 30% das empresas asiáticas darem muito detalhe sobre a higiene e segurança

do cliente e as restantes não fazerem referência ao tema. No caso das empresas africanas, à exceção da GreenValley (“2”), o tema nem sequer é mencionado.

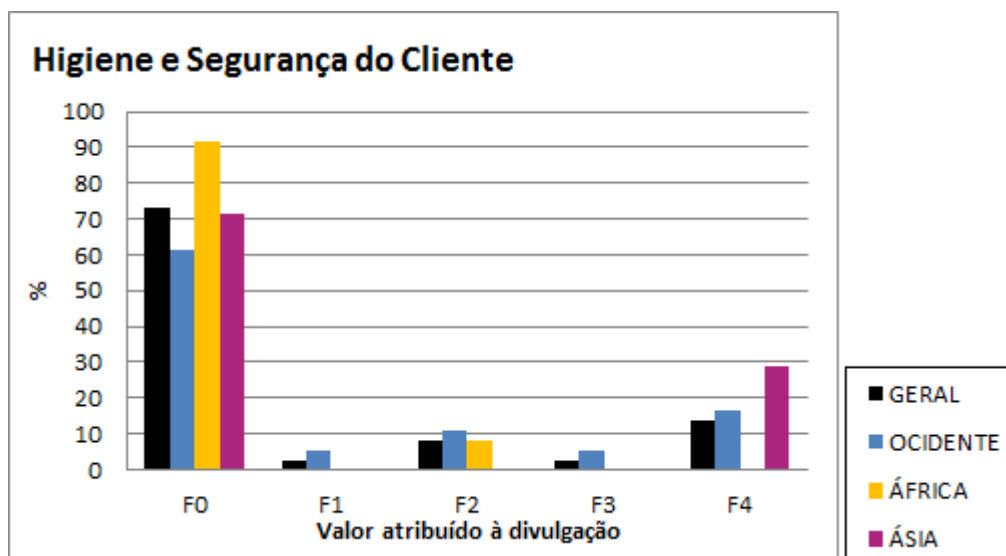


Figura 5.9. Divulgação do tema “Higiene e Segurança do Cliente”, por origem geográfica das empresas.

5.1.2. Dimensão Laboral

A dimensão laboral encontra-se dividida em dois temas: “Bem-estar e Direitos dos Trabalhadores” e “Segurança e Higiene no Trabalho”.

Bem-estar e Direitos dos Trabalhadores

No geral, o tema “Bem-estar e Direitos dos Trabalhadores” (Figura 5.10) foi relatado de alguma forma, com poucas omissões por parte das empresas não-asiáticas. As empresas africanas também mencionaram preocupações e iniciativas sobre o tema, apesar de nenhuma lhe ter dado relevo de valor “4”. As empresas asiáticas foram as que mostraram menos interesse pelo tópico, exceto a OLAM.

“We commit to the following labour practices across our supply chains: compliance to relevant labour laws and international agreements (e.g. working hours and conditions, freedom of association, collective bargaining, gender and age equality); a grievance mechanism accessible to all workers without retribution; an accessible communication framework of policies to the workforce; the application of these requirements to contracted and migrant workers where relevant.”
(OLAM website, 2016)

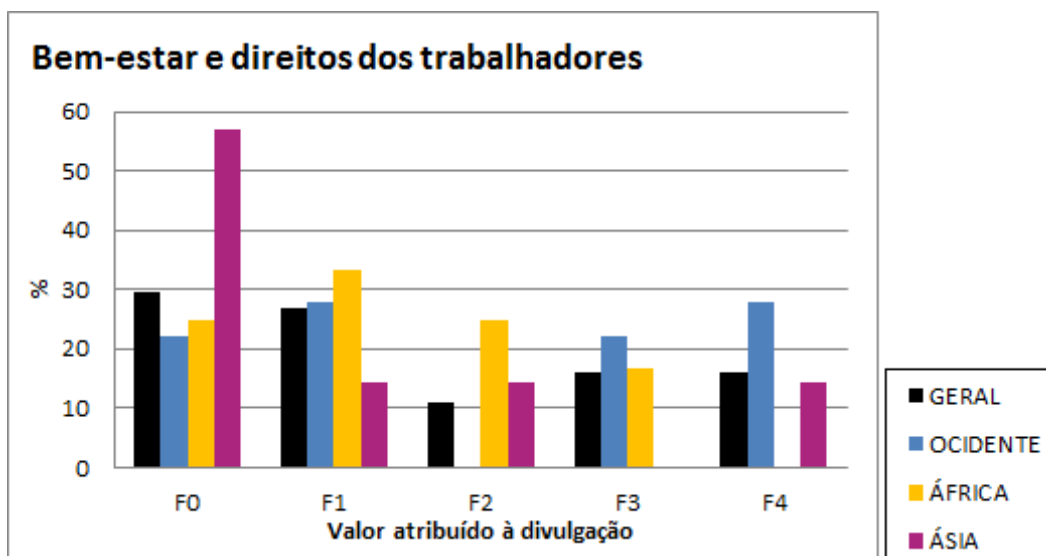


Figura 5.10. Divulgação do tema “Bem-estar e Direitos dos Trabalhadores”, por origem geográfica das empresas.

A empresa francesa SOCFIN admite honestamente as dificuldades nas tentativas de melhorar as condições de vida dos trabalhadores:

“The SOCFIN Group is relentlessly striving to reach a suitable quality of housing for all its employees. Currently, certain estates [...] have problems with old housing and overcrowding. [...] The quality of the estate when it was acquired and the rapid growth in employee numbers are two reasons but the overcrowding is exacerbated by the number of unofficial occupants who are living in our workers’ houses, such as extended family and friends. Our efforts [...] have [...] been hampered by the remote location of our operations [...]. We have strengthened our efforts to [...] ascertain that only authorised inhabitants stay [...], with the aim of avoiding the overcrowding and the decrease in living conditions [...]. A concrete example [...] is how difficult it is to remove the old, dilapidated houses. When new houses are constructed and our employees with their families move in, the old houses that are to be demolished are immediately populated by new people. Some work for the plantation but many do not. To evict these people [...] would cause social conflicts and is hence avoided. It does [...] lead to people living [...] in houses that are in a very bad state.”

(SOCFIN website, 2016)

A belga GDC defende o bem-estar dos trabalhadores para que sejam mais produtivos:

“Les employés d’une entreprise doivent travailler sous certaines conditions et avoir un certain nombre de facilités pour fournir un rendement efficient.”

(GDC website, 2016).

Segurança e Higiene no Trabalho

No tema da segurança e higiene no trabalho e formação profissional, as empresas de origem ocidental demonstram uma preocupação muito maior, com uma média de omissões de apenas cerca de 10%, e 50% de divulgação muito detalhada, contra mais de 60% de omissões nas restantes empresas (Figura 5.11). Apesar do reduzido controlo existente por parte das instituições locais, constata-se que as empresas ocidentais levam mais a sério a segurança no

trabalho e a formação profissional, com uma elevada incidência de divulgação detalhada e muito detalhada.

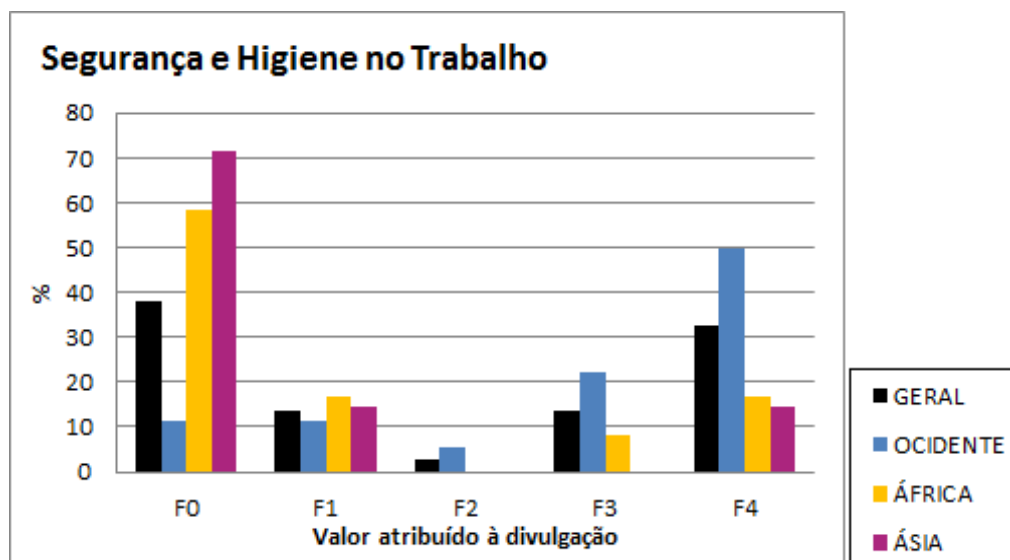


Figura 5.11. Divulgação do tema “Segurança e Higiene no Trabalho”, por origem geográfica das empresas.

O modo como as empresas encaram as condições de trabalho dos seus empregados é considerado tão importante que muitas empresas criam relatórios focados neste aspeto, citando projetos no sentido da minimização e prevenção de riscos de saúde e segurança.

“Nous croyons que notre atout le plus vital est le capital humain intellectuel représenté par notre personnel valorisé. Pour atteindre notre vision, nous cherchons à attirer, développer et retenir des gens dévoués de toutes nationalités ayant des qualifications et une expérience de qualité supérieure et de faire preuve de compétence et d’intégrité professionnelle dans l’exercice de leur emploi.”

(Cotrefor website, 2016)

5.1.3. Dimensão Social

A dimensão social externa é dividida de acordo com os seguintes temas: “Gestão dos *Stakeholders*”, “Diversidade”, “Educação”, “Saúde”, “Apoio direto à Comunidade”, “Caridade e Filantropia”, “Parcerias de RSE”, “Direitos Humanos” e “Combate à Pobreza”.

Gestão dos *Stakeholders*

As empresas ocidentais foram aquelas que mais mencionaram diretamente que realizam a gestão de *stakeholders* (Figura 5.12). Apesar de os resultados das empresas asiáticas e africanas estarem muito próximos, verifica-se uma menor taxa de omissões por parte empresas africanas.

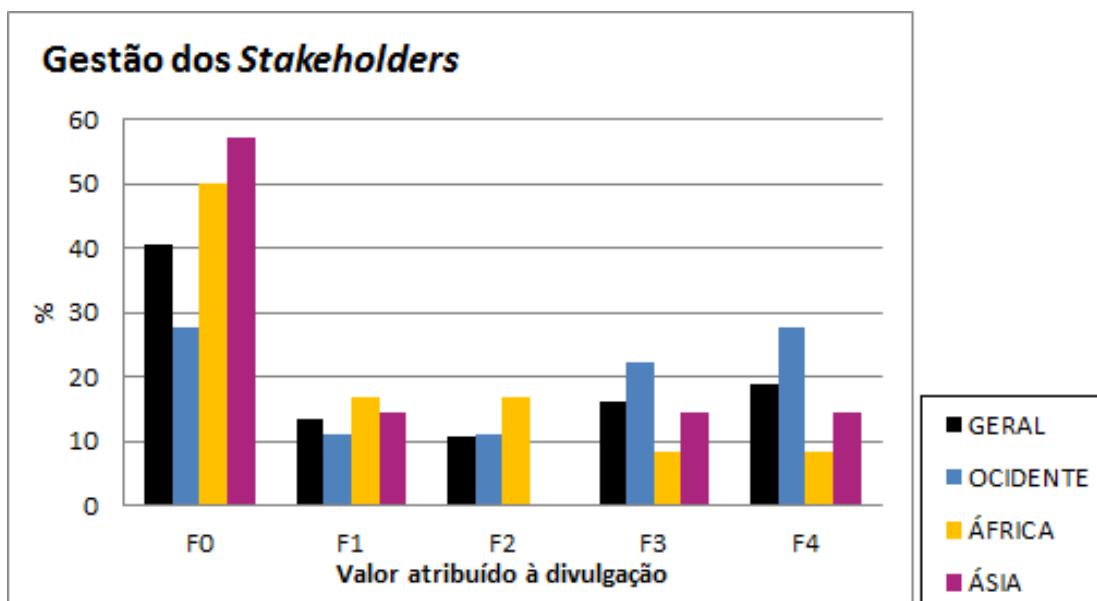


Figura 5.12. Divulgação do tema “Gestão de *Stakeholders*”, por origem geográfica das empresas.

A comunicação com os *stakeholders* é tão importante que várias empresas dispõem de equipas inteiras dedicadas a esse fim. A criação de equipas focadas da gestão de *stakeholders* ou a preocupação com o tema, identificadas na análise, revela a sua importância. Algumas empresas comunicam ativamente com *stakeholders* para incorporarem as suas preocupações nas atividades de exploração; outras parecem achar suficiente informar as populações locais.

“Socfin Group is committed to [...] actively and constructively engage with all stakeholders, including communities, governments, suppliers, civil society and others. [...] Socfin will work with [...] stakeholders to meet the objectives of the commitments. We value constructive inputs and suggestions to further enhance the implementation of the commitments.”

(SOCFIN *website*, 2016)

“We are engaged in an ongoing dialogue with various international non-governmental organizations (NGO's) and local social project groups. In doing so, we always pursue the goal of keeping debate objective and finding steps toward constructive action. We want to help people find their own way.”

(Danzer *website*, 2016)

“Respect the legal and customary rights of indigenous Baka communities: ROUGIER recognize and respect the indigenous communities’ customary and use rights. The Baka community, as other communities, are fully allowed into the forest concession to collect forest products as stipulated by law. Our ways of operation have been communicated and the Baka communities are aware of our existence and operation.”

(Rougier *website*, 2016)

Foram também identificados casos notórios. Por exemplo, a camaronesa FIPCAM divulga que dá frequentemente ofertas financeiras a chefes de aldeia e outros em posições de poder. Estas transferências não contribuem diretamente para a sociedade, mas ressalte-se que os beneficiários têm o poder de regular o comportamento da população local.

“Majesté, / Suite à votre demande d'aide [...] relative au décès de votre beau-père, nous avons l'honneur de mettre à votre disposition la somme de 30 000 FCFA (Trente Mille FCFA), symbolisant notre contribution à l'organisation des obsèques. Vous en souhaitant bonne réception, nous vous prions de croire en l'expression de notre profonde compassion.”

(FIPCAM *website*, 2016)

Várias empresas admitem que a gestão de *stakeholders* é um modo de a empresa reduzir o seu risco de reputação:

“Experience has shown that engagement is critical to maintain the social license to do business in and among indigenous people.”

(Danzer *website*, 2016).

“[...] earning the social license to operate is integral to the successful long term development and management of plantations. [...] Our programmes are tailored to meet the needs of local communities while adhering to the broader principles of consultation and community involvement. These elements underwrite a strong social license for us to complete the development of plantations [...]”

(OLAM *website*, 2016)

Note-se o caso da libanesa SEFCA, que opera na RCA. Numa tentativa de gerir as perceções que os *stakeholders* têm do setor florestal centroafricano, a empresa divulga relatórios publicados pelo governo desse país, onde se procura distanciar as empresas florestais dos conflitos locais, alegando que a ONG Global Witness desenvolve uma campanha contra a indústria florestal no país. Observa-se desse modo um alinhamento dos interesses corporativos e do estado.

“Le Gouvernement tient à informer la Communauté Internationale ainsi que les clients des entreprises Centrafricaines, que le bois de la République Centrafricaine n'est pas sous embargo. Le bois de la RCA est du bois exploité légalement et ne saurait être du bois de conflit ou bois de sang.”

(SEFCA *website*, 2016)

Diversidade

No decorrer da análise de conteúdo verificou-se que mais de 60% das empresas estudadas levam em consideração o tema da diversidade, abordando-o em diversos relatórios e estudos sobre as populações locais, as suas características e o modo como a exploração florestal afeta as comunidades (Figura 5.13). Os estudos publicados que demonstram preocupação com o tema mas não adiantam iniciativas concretas representam cerca de 30% dos valores atribuídos (“1” e “2”). Neste tema, as diferenças inter-regionais não se mostraram relevantes.

Algumas firmas apresentam as suas políticas de contratação com base na igualdade. A descrição incide na igualdade de tratamento ou na igualdade de oportunidades, declarando perceber a diversidade cultural como um valor acrescido para as operações corporativas e uma fonte de criatividade e de inovação.

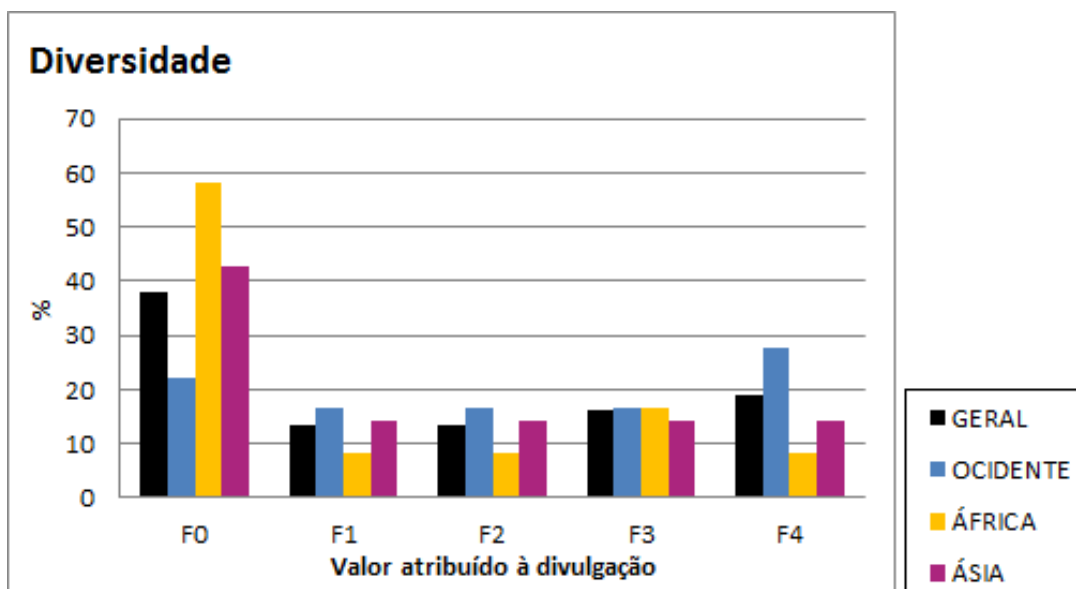


Figura 5.13. Divulgação do tema “Diversidade”, por origem geográfica das empresas.

A Danzer compromete-se a tratar os empregados de igual forma e sem discriminação com base em “*gender, race, religion, color, age, sexual orientation, ethnicity, national or social origin, property, opinion, or disability.*” (Danzer website, 2016). Curiosamente, também menciona o conceito de igualdade dos trabalhadores no que toca à senioridade. Outras empresas enaltecem as mulheres empregadas na empresa. A igualdade de género é exaltada por várias empresas:

“True gender equality will require change at all levels of society and institutions in order to break down the social barriers that keep women from realising their full potential. [...] In the face of these formidable challenges, Olam strives to ensure that women have an equal opportunity to be successful in agriculture.”

(OLAM website, 2016)

A DLH utiliza o discurso sobre a igualdade de género apenas para posições de gestão, que constituem uma porção muito pequena e privilegiada dos trabalhadores. Contudo, a mesma empresa adota uma postura mais positiva face aos direitos das minorias:

“The protection of indigenous peoples' rights is an integrated part of sustainable forestry. Indigenous people living on forest concessions have the right to free, prior and informed consent regarding any activities that may affect and/or involve their land and resources. Indigenous people's right to consultation is acknowledged by the ILO Convention 169 as well as by the two international standards for sustainable forestry, FSC and PEFC. DLH's former subsidiary in Congo-Brazzaville (CIB) is home to approx. 10,000 indigenous peoples, including semi-nomadic communities such as Mbendjele Pygmy communities.”

(DLH website, 2016)

Várias empresas publicam informações sobre o impacto da exploração florestal nas comunidades indígenas, comunicando detalhadamente tópicos como direitos dos indígenas, diversidade, igualdade de oportunidades e contribuição para o desenvolvimento local.

“Indigenous or semi-nomadic people, mainly pygmies’ population, are present in the East Province of Cameroon. (A) [...] social impact assessment [...] study on the semi-nomadic people was realized [...] in order to engage this audience in the forest concession managed by PALLISCO Company. The results [...] led to inventory and map these different villages in the (Forest Management Unit), to learn more about their customs and their relationship with logging activities. Subsequently, specific activities have been identified and incorporated into the Social Management Plan [...].”

(Pallisco/CIFM *website*, 2016)

“Ongoing communications with indigenous Baka communities: as part of our working procedures, ROUGIER identifies Baka communities living in or around the forest concessions. This is done to enhance communications and consultations. The traditional leaders, opinions and various groups in the communities are consulted in the identification, protection and securing key sites and resources which are important for cultural, religious, ecological or economic perspective.

(Rougier *website*, 2016)

A GDC apresenta relatórios de várias páginas detalhando estudos sobre populações de pigmeus que têm como objetivo assumido a obtenção do seu consentimento para as atividades empresariais nas suas florestas. Estes relatórios, divulgados no *website* da GDC, aprofundam aspetos das condições sociais dos pigmeus que vivem nas aldeias da região e dos impactos negativos da exploração florestal: os pigmeus sofrem exploração económica e são socialmente desprezados; a exploração florestal prejudica a sua segurança alimentar, pois não só perturba as atividades de coleta e pesca, mas também destrói muitas árvores onde se encontram lagartas que constituem uma parte muito importante da sua alimentação; o contacto sexual entre diferentes clãs também aumenta nas áreas próximas das concessões, causando um aumento no número de pigmeus infetados com SIDA. Os estudos publicados pelas empresas ajudam a enquadrar os problemas que o setor florestal enfrenta no contexto da BC, assim como as consequências da exploração madeireira nessa região.

Educação, Saúde e Apoio Direto à Comunidade

As atividades que as empresas adotam, de forma voluntária, para contribuir diretamente para a sociedade constituem uma parte importante da RSE (Figura 5.14). O tema “Educação” (Figura 5.14a) recebeu maior relevo no discurso que se refere a atividades concretas (“4” e “5”), especialmente por parte das empresas asiáticas e ocidentais. Das empresas asiáticas, os exemplos de divulgação com estes valores correspondem à já mencionada singapurense OLAM (“4”), a uma companhia malaia e às duas firmas libanesas (“3”). As empresas chinesas não mencionam sequer o tema. Estes resultados seguem as tendências dos níveis de educação dos países onde estão sedeadas (UIS, 2016): a China tem a taxa de escolaridade mais reduzida da Ásia Oriental; a Malásia tem a segunda maior taxa de escolaridade do Sudeste Asiático e o Líbano, apesar de estar em quinto lugar nas estatísticas da Ásia Ocidental, tem uma taxa de escolaridade superior aos países mencionados atrás. As empresas africanas foram as mais

omissas, mas ainda assim se encontram exemplos daquelas que deram relevo ao tema nas comunicações *online*.

Na “Saúde” (Figura 5.14b), as empresas ocidentais foram as que divulgaram informação de maior relevo, mais de 50% delas com valores máximos (“4”). O discurso das empresas não-ocidentais foi pouco notado. As mesmas empresas asiáticas que divulgaram informação completa para o tema da “Educação” fizeram-no para a “Saúde” (Figura 5.14b).

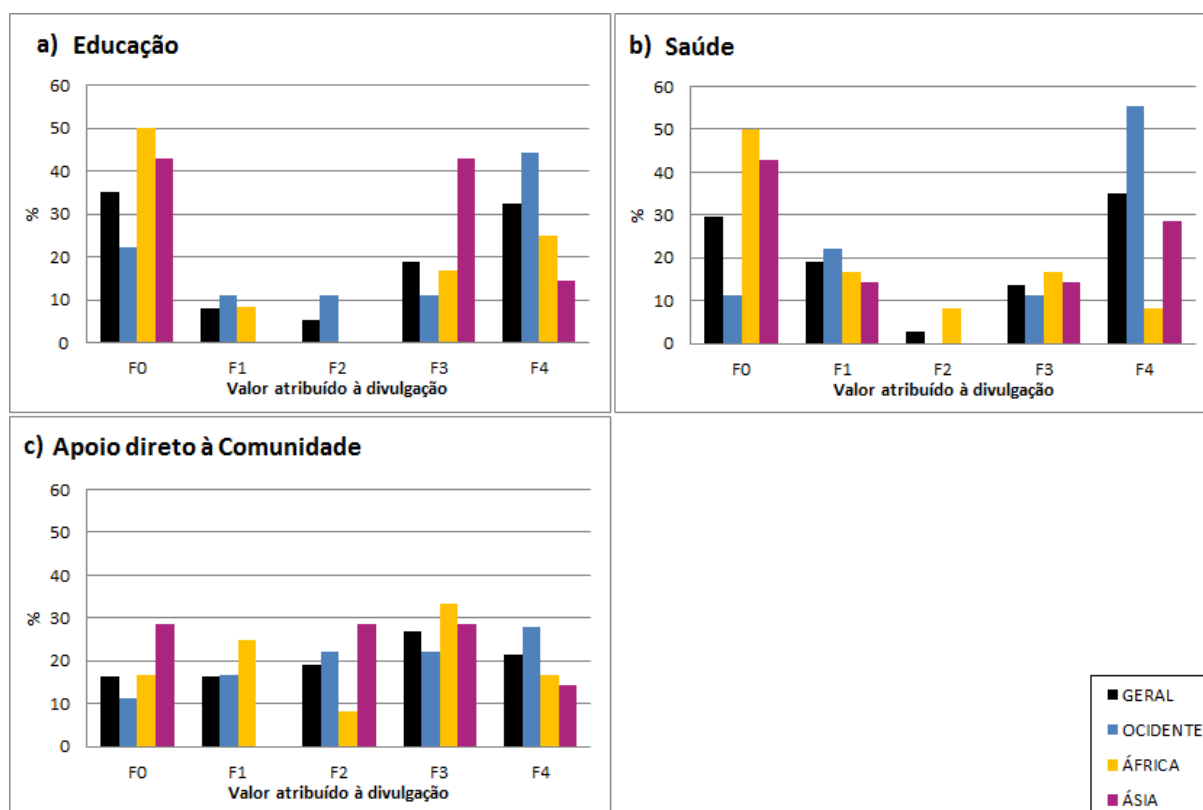


Figura 5.14. Divulgação do tema “Educação” (a), “Saúde” (b) e “Apoio direto à Comunidade” (c), por origem geográfica das empresas.

Tal como o nome indica, o tema “Apoio direto à comunidade” engloba as atividades que contribuem ativa e positivamente para a comunidade, excetuando a educação e a saúde, cuja importância leva a que sejam destacadas individualmente. Devido a englobar um maior número de tópicos, no geral observaram-se valores de divulgação mais elevados (Figura 5.14c). Não se verificaram relações expressivas relativamente à região de origem das empresas. Todavia, a maior parte das empresas reivindica atividades ou preocupações, de alguma forma, com o apoio à comunidade onde exercem as atividades de exploração florestal. Os temas que mais surgem como apoio à comunidade são a religião, investigação, artes e cultura e desporto. O apoio a movimentos políticos não foi observado.

“Appui aux activités socio culturelles: la contribution financière aux événements socioculturels et des appuis financiers ponctuels en cas de mariages coutumiers, maladies ou de malheurs (Deuils, rites culturels, soutiens aux associations religieuses, danses traditionnelles...); don de 100 bancs pour les églises de l’arrondissement de la Mefou et Afamba [...]; dotation de 300 planches [...] à la mairie de Mfou pour la fabrication des cercueils; dons de nourriture lors des fêtes de fin d’année.”
(FIPCAM *website*, 2016)

“Les succès démontrés en matière de développement durable sont exemplaires à plusieurs niveaux: l’appui financier à la recherche scientifique, l’emploi des riverains, l’appui aux villages avoisinants, la contribution à l’économie nationale au travers d’une compagnie aérienne et de produits touristiques, l’élaboration de règlements modèles (comme celui de la pêche sportive), l’organisation d’expéditions d’observation des baleines et la fourniture de repas «sans gibier». Les efforts d’Opération Loango peuvent être étendus à d’autres domaines tels que le respect d’une architecture verte, ou bien une plus grande contribution aux activités de gestion du Parc National.”
(Ecowood *website*, 2016)

É possível encontrar exemplos em que as empresas assumem, de facto, a responsabilidade de contribuir para a comunidade. Estas responsabilidades podem ser tão urgentes como a educação e a saúde, ou de interesse mais cultural e artístico.

“Nous pensons que la commercialisation du bois doit profiter concrètement au développement local. Nos exploitations sont réalisées en collaboration avec les populations riveraines qui bénéficient directement des retombées de nos activités. Nous réalisons autour de nos concessions forestières plusieurs infrastructures sociales, telles que écoles, foyers culturels, centres de santé, pour des investissements s’élevant à plusieurs centaines de milliers de dollars par an.”
(Cotrefor *website*, 2016)

A apresentação de informações detalhadas sobre estas atividades transmite, no geral, a impressão de comprometimento para com a responsabilidade social, principalmente nas áreas da saúde e da educação. Muitas empresas assumem a responsabilidade de construir, gerir e financiar escolas, em regiões onde o estado não é capaz de cumprir as suas obrigações na área da educação.

“Likouala Timber take charge of supplying Betou institutes with school equipment (desks and chairs) and one year ago opened their own “Centre d’Apprentissage” (Apprenticeship Centre). The company also takes part in the education of Pygmy children supporting the Wongo school literacy program (ORA method), by UNICEF and the local Catholic mission. The school is 25km from Betou, where a new school for native will open in school year 2008/2009.”
(Likouala Timber *website*, 2016)

A empresa DLH apresenta um programa de prevenção da SIDA bastante completo, com o objetivo de os trabalhadores infetados se manterem operacionais e ao serviço. No *website* são apresentadas várias medidas e respetivos resultados. O facto de a empresa se ter aliado a uma organização sem fins lucrativos poderá aumentar a confiança depositada nestes programas.

“The overall aim [...] has been to keep the negative ‘negative’ – and the HIV-positive people ‘alive and able to work’ by ensuring access to information, prevention, voluntary counseling, testing, as well as care and treatment. The target group included [...] employees, their families and the community [...]. To ensure the quality [...], DLH hired the [...] not-for-profit organization PharmAccess Foundation as programme manager.”
(DLH *website*, 2016)

As escolas geridas pela alemã Danzer, depois de estabelecidas e funcionais durante alguns anos, passaram para a responsabilidade do governo, sendo um exemplo no sentido contrário da tendência, identificada por Banerjee (2008), de os estados africanos se tornarem dependentes das empresas multinacionais.

“The ‘Center for the Education of Indigenous Peoples’ [...] opened the doors of this new school [...] to approximately 100 children between 6 and 14 years old who had never attended a class before. The school [later] became a recognized public school and was transferred to the Congolese administration [...]. The school’s literacy program is adapted to the needs of the Pygmée children and prepares them for a regular school program. The specific school was necessary to take into account their semi-nomadic lifestyle linked to the seasonal supply of fish, edible caterpillars, mushrooms...”

(Danzer *website*, 2016)

Verificaram-se ainda, embora menos, casos de empresas que não se mostraram capazes de ignorar o apelo público de divulgar tópicos que lhes eram sensíveis, muitas vezes em resposta a ataques de ONGs.

“The villagers’ relationship with the Malaysian logging company [RHG] is bad. ‘There is nothing good for us in it. Except for the few men of this village who work there. But for the rest, we have no contact whatsoever. They have electricity over there, we don’t. They have good drinking water, we don’t. They do their shopping somewhere else, not here. We are not even allowed to collect the remaining timber.’ One of the other men adds that ‘the Asians have occupied our forest and we don’t know how and when we will get it back.’”

(WWF, 2003 *apud* RHG *website*, 2016)

Algumas empresas admitem abertamente o fracasso nas suas tentativas de contribuições para o desenvolvimento social local, outras absolvem-se culpabilizando o contexto, as dificuldades em lidar com a cultura local ou os comportamentos dos seus próprios trabalhadores.

Caridade, Filantropia e Parcerias de RSE

O tema “Caridade e Filantropia” foi pouco divulgado pelas empresas (Figura 5.15a), independentemente da localização da sede. Das poucas empresas que contribuem para fins sociais através de doações financeiras, tem-se o exemplo da Rougier, que alega ter criado um fundo de desenvolvimento, apesar de não dar muitos detalhes.

“On the forestry side, Rougier and WWF have agreed to focus on [...] enabling a better functioning of the local development fund financed by Rougier and contributing directly to local development in Congo.”

(Rougier *website*, 2016)

A italiana CWG tem a sua própria fundação de caridade (Fondazione Domenico Corà), que trabalha principalmente no campo da educação. A KGroup é outro exemplo de empresa que estabeleceu uma fundação para fins sociais.

“Le bien-être de la population est une préoccupation majeure pour KGROUP, qui déploie sa stratégie en prenant soin de faire bénéficier les citoyens de sa réussite. Dans cette perspective, des actions sociales et culturelles sont menées par la Fondation Joseph Ichame Kamach. [...] Les objectifs de l’association reposent sur quatre axes: l’éducation, la santé, l’environnement et l’aide aux personnes vulnérables.

(KGROUP website, 2016)

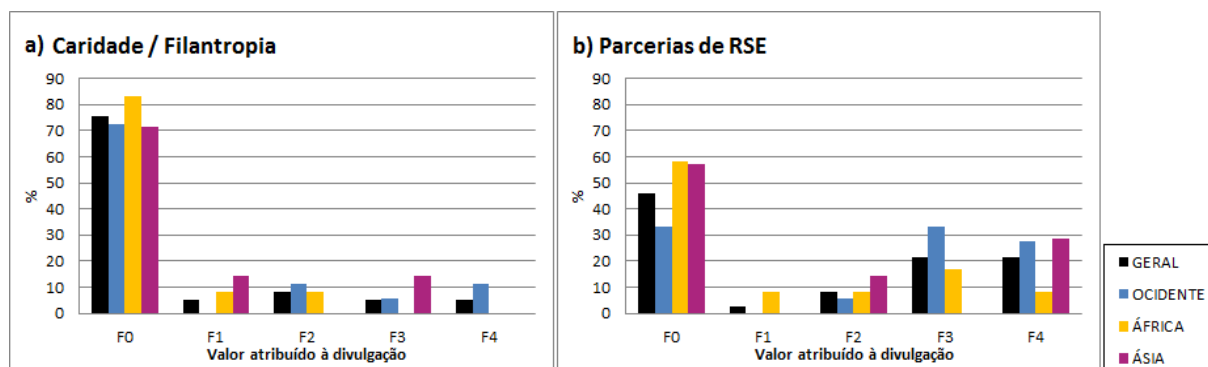


Figura 5.15. Divulgação dos temas “Caridade/Filantropia” (a) e “Parcerias de RSE” (b), por origem geográfica das empresas.

Por outro lado, algumas empresas preferem estabelecer parcerias com terceiros para fins de RSE (Figura 5.15b), onde colaboram com outras entidades para fins sociais comuns. Os resultados obtidos sobre este tema não permitiram identificar variações expressivas com a origem geográfica, mas verificou-se maior incidência nas parcerias com fins sociais em detrimento de meras contribuições filantrópicas. Existem muitas organizações não-lucrativas que visam a área da BC, com foco na proteção ambiental e desenvolvimento social. As empresas tendem a relatar os seus investimentos não-financeiros na comunidade juntamente com tais organizações, através da disponibilização de mão-de-obra ou conhecimentos para causas, apoio à cultura ou desportos, ou outros investimentos colaborativos de solidariedade social. Uma das parceiras de ações ambientais mais mencionadas é a World Wide Fund for Nature (WWF), mas existem outras ONGs locais que realizam trabalhos análogos.

“In it’s commitment to community development where appropriate, [...] (the company commits) to invite NGO partners to assist in implementing aspects of the Community Development Policy and Community Development Plan at each project site, which will be a product of the Environmental and Social Assessment process.”

(MAG Industries website, 2016)

“As a result of a partnership between DLH, its former subsidiary CIB, and the Tropical Forest Trust, the radio station Biso na Biso (which means ‘Among us’) began operations in the concession areas of CIB. This is the first community radio station to broadcast in local indigenous languages and it gives a voice to the community as a whole. The communities can share knowledge and traditions, enjoy music from neighbouring communities, receive information on when the doctor will be travelling through their area and on problems such as HIV/AIDS and other health related problems.”

(DLH website, 2016)

“[...] participation in the study of primates and logging with the ULB SRZA [...] partnership; support for environmental measures with the partnership on the project "Partnership Network for Sustainable Management of Forests in Central Africa" [...]; Under the FORTROP partnership and use of the nursery [...], scientific planting tests have been carried out in different models. An additional partnership with NATURE+ provides an ongoing technical support on a large-scale afforestation program in the forest of the concession.”

(Pallisco *website*, 2016)

“Wijma Cameroun is committed through the signing of an agreement with the German Cooperation in Cameroon GTZ and the union group Groupement Filière Bois du Cameroun (GFBC), to support the Public Private Partnership (PPP) project for the fight against HIV-AIDS in the forestry sector. This project is developing initiatives to raise awareness, prevention, screening and treatment of employees and families in order to reduce infection rates in this sector.”

(Wijma *website*, 2016)

Algumas das parcerias alegadas pelas empresas são dúbias, como é o exemplo da camaronesa Green Valley, que faz referência a um projeto de RSE com a United Nations Industrial Development Organization, sem comunicar qualquer detalhe. A ligação disponibilizada (www.unido.org) leva o utilizador ao *website* da organização, onde é impossível encontrar qualquer referência a esse projeto.

Direitos Humanos e Combate à Pobreza

Dados os baixos índices de desenvolvimento humano na BC, é notória a verificação de que os níveis de divulgação acerca da defesa dos direitos humanos e combate à pobreza sejam tão reduzidos (Figura 5.16).

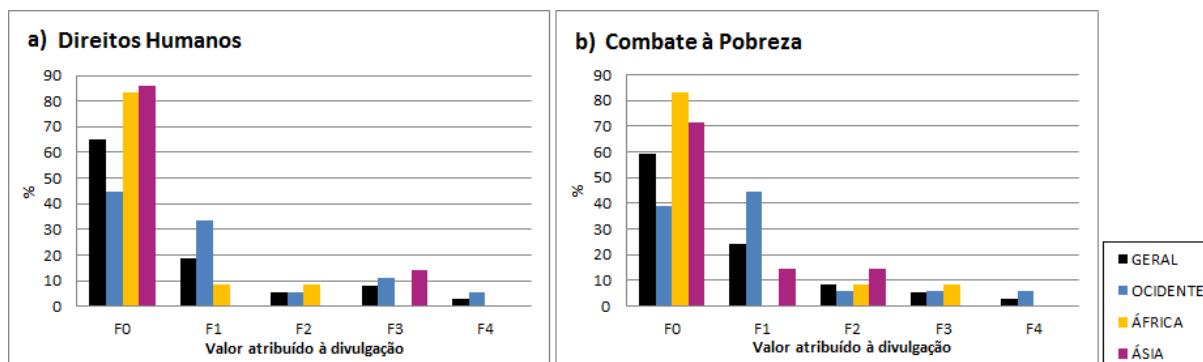


Figura 5.16. Divulgação dos temas “Direitos Humanos” e “Combate à Pobreza”, por origem geográfica das empresas.

As poucas referências ao tema dos direitos humanos são por vezes tão simples como a adoção da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Apesar das diferenças contextuais e da urgência de resolver os problemas regionais, as empresas ocidentais apenas se destacam das restantes por fazerem breves menções e poucas apresentam medidas concretas.

“[MAG Industries commits to] uphold fundamental human rights and respect cultures, customs and values in dealings with employees and others who are affected by our activities.”

(MAG Industries *website*, 2016)

“At DLH we support the UN Universal Declaration of Human Rights and the core ILO conventions on the elimination of forced labour, discrimination, abolition of the worst forms of child labour, minimum age for work, freedom of association, right to organize and collective bargaining and remuneration.”

(DLH *website*, 2016)

“[The] objective and scope [of the project is] to promote the development of a sustainable oil Palm sector for income generation and poverty alleviation in [...] Cameroon and Nigeria.”

(Green Valley *website*, 2016)

5.1.4. Dimensão Ambiental

Dentro da dimensão ambiental estão formalizados seis temas: “Proteção das Florestas”, “Gestão de Recursos”, “Sustentabilidade”, “Mitigação das Mudanças Climáticas”, “Biodiversidade” e “Transportes”.

Proteção das Florestas, Gestão de Recursos, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

Os quatro temas presentes na Figura 5.17 estão, de certa forma, inter-relacionados, pois a falha num deles leva muitas vezes à falha noutra. Por isso, estes temas são apresentados em conjunto.

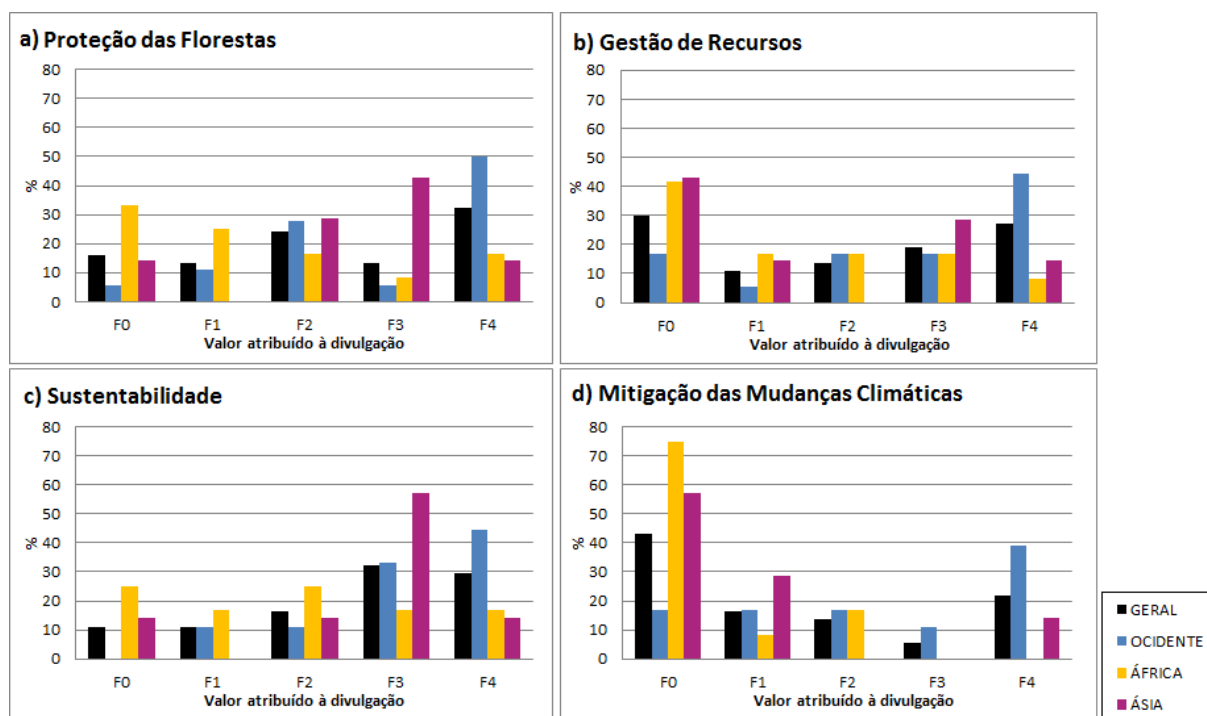


Figura 5.17. Divulgação dos temas “Proteção das Florestas” (a), “Gestão de Recursos” (b), “Sustentabilidade” (c) e “Mitigação das Mudanças Climáticas” (d), por origem geográfica das empresas.

Verificou-se que o tema “Proteção das Florestas” foi bastante divulgado pela maior parte das empresas (Figura 5.17a). As empresas ocidentais foram as que mais ressaltaram o tema, seguidas pelas empresas asiáticas que, apesar de com menor detalhe, também lhe deram bastante importância. Apesar de se verificar menor relevo no discurso das empresas africanas, o tema é muito mais debatido do que as outras dimensões. Por exemplo, note-se o caso da CUF:

“La Cameroon United Forests (CUF) surveille, au moyen d’une série d’indicateurs, les répercussions de ses activités sur l’environnement et garantit une exploitation à faible impact. Plusieurs techniques et outils lui permettent d’aboutir à une gestion durable exemplaire des forêts attribuées pour exploitation: formations régulières aux techniques d’abattage et de débardage à faible impact, utilisation du Compas Forestier et du Géo référencement etc. La CUF participe au reboisement de la forêt camerounaise. Elle a mis sur pied une pépinière d’une capacité de 24 000 plants. Chaque année, 6000 plants viennent enrichir les concessions. Une charte environnementale est en vigueur depuis 2010. Elle permet de préserver les différents équilibres des milieux d’intervention.”

(CUF *website*, 2016)

A análise revelou que diversas das empresas estudadas reservam uma percentagem das suas próprias concessões, voluntariamente, para zonas protegidas; algumas menos (Socfin: 5%), outras mais (Precious Woods: 25%). Qualquer área reservada voluntariamente para esse fim terá consequências positivas para a conservação e proteção efetiva das florestas. A maioria das companhias divulga informações detalhadas sobre os impactos da exploração comercial sobre o meio ambiente, sustentabilidade, segurança alimentar, caça ilegal e proteção da biodiversidade, tal como respetivas medidas tomadas. Contudo, apesar de algumas empresas se apresentarem como amigas do ambiente, alegadamente preocupadas com a sustentabilidade e com a cidadania empresarial, pouco acaba por ser divulgado no que toca a ações concretas neste âmbito: aparece frequentemente a expressão “*the company is committed to...*” mas pouco é relatado sobre o que a empresa de facto faz. Vejam-se os exemplos das seguintes empresas:

“The THEBAULT Group is committed to: respecting the environment; sourcing our raw materials from sustainably managed forests; using legally-logged timber in all of our operations.”

(Thebault *website*, 2016)

“Vicwood is the leader in engineered veneer and is staunchly committed to protecting the environment and sustaining the world's wood resources for future generations.”

(Vicwood *website*, 2016)

“[...] the Socfin Group is committed to: proactively manage biodiversity assets within our concessions; progressively reduce greenhouse gas emissions on existing plantations.”

(Socfin *website*, 2016)

Uma gestão eficiente de recursos, nomeadamente de água, materiais e energia, relaciona-se diretamente com a conservação e a sustentabilidade a longo-prazo do meio ambiente. Dentro do tema “Gestão de Recursos” incluem-se atividades como a reciclagem, a gestão da água, o uso de energias renováveis e métodos de tratamento de resíduos. Os resultados das empresas ocidentais revelaram uma importância dada ao tema semelhante à observada no tema anterior

(Figura 5.17b); as restantes firmas não colocaram tanta ênfase na gestão de recursos, possivelmente devido à maior especificidade do tema ou ao modo como foi formulado.

“An integral part of Precious Woods’ approach to sustainable forestry is the use of waste wood to produce electricity [...]. [...] a biomass power plant operating on site [...] provides the town [...] with climate-friendly electricity and is fully integrated with the sawmill. Sawdust and recovery wood are automatically transported by conveyor belts and via shredders to the woodchip warehouse.”

(Precious Woods *website*, 2016)

Muitas empresas alegam reutilizar resíduos lenhosos para fazer materiais, medida benéfica a nível de eficiência e com vantagens ecológicas. De facto, muitas medidas com vista à melhoria da qualidade e da eficiência são duplamente positivas (para a empresa e para o ambiente), constituindo um argumento que pesa a favor de justificações estratégicas da implementação de medidas de RSE.

“Optimize material and financial efforts by reducing volumes of materials used to the necessary minimum. In doing so this allows the company to present more competitive prices for our clients”

(Ecowood *website*, 2016)

O tema da “Sustentabilidade” florestal e ambiental foi sem dúvida o mais debatido, não havendo nenhuma omissão por parte das empresas ocidentais (Figura 5.17c). A importância da sustentabilidade é compreendida pelas empresas de todas as regiões do mundo, que de certa forma mencionam o termo ou exploram o tema. Existem diversas definições de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, o que por vezes torna a análise do discurso ambígua, pois cada empresa adota a definição que mais convém aos seus interesses. Certas definições adotadas não estão relacionadas, de forma alguma, com o pensamento a longo-prazo.

“We define sustainability as the active, fair, responsible and mutually value-adding engagement with every stakeholder from customers and employees, to local communities and governments.”

(OLAM *website*, 2016)

Muitas empresas aproveitam-se do termo “sustentabilidade” para se referir a outras atividades não relacionadas, como treino profissional ou maximização do rendimento agrícola e do lucro. A palavra é usada de uma forma quase mística, sempre positiva, mas tão desconexa que nos contextos nos quais é usada perde qualquer significado concreto.

“[...] our grains business encourages and supports several sustainability programmes. For example, [our company branch] Crown Flour Mills supports a local mosque used by mill workers and other local community members.”

(OLAM *website*, 2016)

“Impregnation allows the company to treat wood against insects. Thus ensuring its sustainability and the quality of our products.” / “The structuring of one company allows a quality control at each stage during the process of production. Each production phase is documental, guaranteeing a safe and sustainable result for the client.”

(Ecowood *website*, 2016)

Várias outras empresas, como a MAG Industries, utilizam a definição institucional do conceito:

“Development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.”

(MAG Industries *website*, 2016).

Verifica-se uma maior disparidade entre as empresas ocidentais e as não-ocidentais relativamente à mitigação das mudanças climáticas, sendo claramente dado maior relevo ao tema por parte das primeiras (Figura 5.17d).

“Precious Woods’ wood-chip fired power plant replaces 20 diesel generators. This represents an annual saving of both 44,000 tons carbon emissions and methane emissions equivalent to 113,000 tons of CO₂. / Sustainable forestry in natural tropical forests [...] protects these from deforestation [...] [which] prevents the release of emissions of around 1 million tons CO₂ each year [...]. While these efforts towards combating climate change are currently non-Kyoto compliant, it may be possible to sell associated credits in Voluntary Markets.”

(Precious Woods *website*, 2016)

Verificou-se que a maioria das empresas estudadas adota planos de gestão florestal com vista à proteção do património natural ou a métodos de exploração madeireira de impacto reduzido, divulgando informações detalhando os direitos de uso florestal e adotando geralmente planos de rotação de 25 a 30 anos. De facto, a maioria dos temas na dimensão ambiental foi mais notada do que os outros grupos de categorias. Existe uma tendência de as empresas do setor se pronunciarem sobre as medidas tomadas para proteger os ecossistemas que exploram. A apresentação de informações detalhadas sobre planos de gestão florestal concretos indicia uma preocupação com o tema.

Biodiversidade e Transporte

Apesar da elevada quantidade de omissões por parte de empresas africanas e asiáticas, o discurso das empresas estudadas deu relevo expressivo ao tema “Biodiversidade” (Figura 5.18a). Uma boa parte das firmas asiáticas deu-lhe relevo máximo, tal como sucedeu com as empresas ocidentais. As empresas africanas revelaram pouca preocupação com a conservação da biodiversidade.

Para a proteção da biodiversidade, as empresas alegam medidas contra a caça ilegal e pela segurança alimentar e disponibilização de alternativas à carne-do-mato, muito consumida pelas comunidades locais. A importação e disponibilização de carne tem como objetivo persuadir os trabalhadores a não comprar a caçadores furtivos.

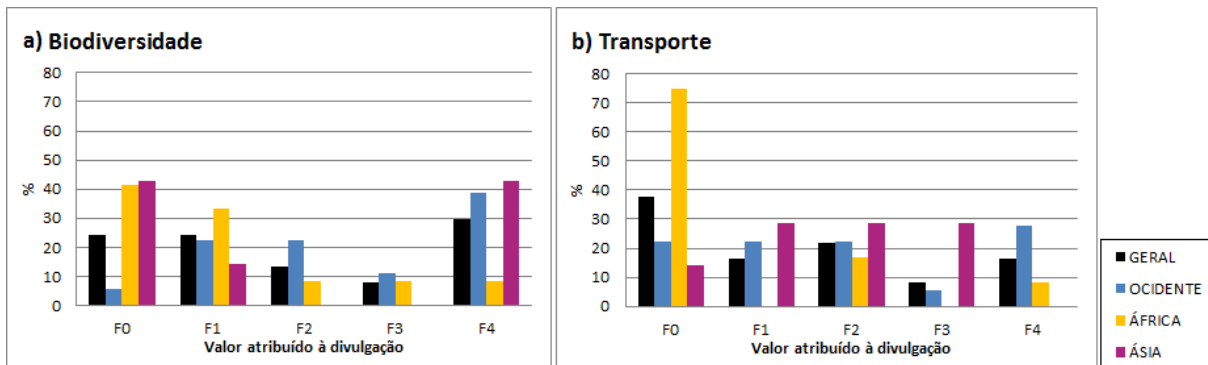


Figura 5.18. Divulgação dos temas “Biodiversidade” (a) e “Transporte” (b), por origem geográfica das empresas.

“To attempt to limit poaching, Pallisco organises the sale of meat and fish - at cost price - to its workers and their families. It thus provides them with the essential dose of proteins for their diet: a precious thing in these bush communities. The French company also uses the services of a security company which monitors the comings and goings of all trucks and pedestrians crossing the boundaries of its forest concessions. Although traditional hunting is tolerated, the sale of bush meat is banned. It is subject to a particular crackdown if the species are protected by law.”

(Pallisco website, 2016)

“Mise en place du programme de sécurité alimentaire, pour pallier la diminution de la disponibilité en viande de brousse à Mokabi, notamment:

- Appui ponctuel au lancement de nouvelles filières d’approvisionnement en viande ou poisson;
- Appui à l’amélioration des systèmes de cultures, en liaison avec les services de l’Administration chargés des actions de vulgarisation agricole.

Les actions mises en oeuvre auront pour cibles privilégiées les populations défavorisées, les femmes, les enfants déscolarisées, et les pygmées.”

(Rougier website, 2016)

A maior parte das empresas tem regulamentos com vista à preservação da biodiversidade.

“Concerning wildlife: regulations for subsistence hunting (or village hunting); prohibition on comercial hunting; controlling and sanctioning all acts of poaching in violation of current regulations; recruiting forest wardens and wildlife agent; consciousness raising of employees and local populations; implementation of partnerships with wildlife management bodies (ZSL in Cameroon or WWF and WCS in Gabon).”

(Rougier website, 2016)

Contudo, muitas delas deparam-se com resistência por parte das populações locais.

“The workers complain a lot. They say that they are hungry, and can’t afford the food we offer them in our store, although these are fair prices. I think it’s a very poor attitude. This whole thing also influences our relationship with the villagers, as we are not allowed to transport them into the forest. They are also angry with us. But what can we do?”

(RHG website, 2016)

“From time to time, [...] groups of poachers [get] caught in the act [...]. In their game bag, a hotchpotch of dried, smoked or still bloody meat which will usually be confiscated and will not end up in the semi-clandestine stalls of Mindourou, Yaoundé or Douala. Better for the forest? Certainly. But sometimes these actions to stamp out poaching backfire [...]. Hence, one fine day the nursery or plantation is discovered to have been mysteriously vandalised...”

(Pallisco website, 2016)

Algumas empresas mostram preocupação com os direitos de caça dos pigmeus, abrindo-lhes uma exceção:

“Chasse strictement réglementée, chasse coutumière de subsistance autorisée (notamment la chasse pratiquée par les ethnies pygmées).”

(Rougier *website*, 2016).

“Dans la série de production, les populations locales jouissent de droits d’usage, leur permettant de: récolter des produits ligneux pour la construction et l’entretien des habitations, ainsi que les bois morts et les plantes d’intérêt culturel, alimentaire ou médicinal; récolter les produits forestiers non ligneux; chasser et pêcher, dans les limites prévues par la loi et en respectant les animaux protégés.”

(Cotrefor *website*, 2016)

O tema “Transporte” (Figura 5.18b) relaciona-se diretamente com a proteção da biodiversidade, pois as estradas construídas pelas empresas para aceder a zonas remotas da floresta facilmente passam a ser utilizadas por caçadores furtivos para aceder a novas regiões de caça ilegal, colocando a sustentabilidade da biodiversidade dos ecossistemas em causa com a pressão acrescida.

“[...] there is poaching, a real scourge in these remote regions, particularly in Cameroon. It is a real daily challenge for the scant monitoring services and the operators. Indeed, if the operators want to hang onto the key that opens the door of ecological markets - FSC certification - they must ensure the protection of gorillas, chimpanzees, mongooses and other duikers. The threat is two-fold: benefiting from the roads and tracks created to move timber to sawmills and ports, poachers in motor vehicles criss-cross the forest and, thanks to a myriad of local ties, shamelessly exploit anything that moves. As for forestry workers in these poor and remote regions, sometimes they are also tempted to supplement their income by placing snares or shooting one or two mammals that they only have to sell on to a more or less formal network of retailers.”

(Pallisco *website*, 2016)

É interessante verificar que, do ponto de vista das empresas ocidentais, o tema do transporte é menos abordado do que a “Biodiversidade”. Pelo contrário, verifica-se um aumento na disponibilização das informações publicadas pelas empresas asiáticas, que apesar de não chegarem ao nível máximo de relevo, são expressivas.

A Sodefor apresenta relatórios com informações completas sobre planeamento de estradas. Outras empresas focam-se na apresentação das consequências da abertura de novas estradas na floresta.

“Unplanned, frontier-type deforestation and/or degradation: this concerns previously remote areas where human activities were relatively undeveloped and/or limited to the pioneer front. In these cases, deforestation and degradation are essentially the result of improving access to the forest for populations (by road building for example).”

(ONFI *website*, 2016)

A disponibilização de informações sobre medidas contra a perda da biodiversidade não significa necessariamente uma preocupação genuína por parte das empresas; poderá justificar-se por obrigações legais ou por preocupações de imagem.

“Most logging companies welcome this [poaching prevention] effort, because hunting in a concession is a cause of trouble. It leads to a bad image for the company, to a lack of workers discipline, to theft of fuel and spare parts and to an increased risk of road accidents. [...] We are

guests here in this country we must follow the law. So if the law says hunting is prohibited, we act accordingly. And we have no problem in being strict in it.”

(RHG website, 2016)

5.2. Discussão de Resultados

Existem diversas variáveis explicativas para os padrões observados na divulgação da RSE. Diversos estudos empíricos (e.g. Tagesson *et al.*, 2009) apontam para uma relação positiva entre a dimensão da empresa e a divulgação de RSE: empresas maiores encontram-se sujeitas a maior escrutínio público e por isso terão maior interesse em promover a imagem e reputação, além de o custo inerente à divulgação ser menos significativo face a volumes de negócio superiores. Infelizmente, por não ter sido possível aceder aos dados financeiros da grande maioria das empresas, a avaliação da possível relação entre os padrões de divulgação de RSE e a dimensão da empresa não foi feita. A elevada exposição da OLAM, enquanto empresa presente na bolsa de valores de Singapura, poderá ser explicativa do elevado detalhe que dá à RSE e do modo como se destaca das restantes empresas asiáticas.

Vários autores (Gray, Kouhy & Lavers, 1995; Kolk, Walhain & Wateringer, 2001; Gamerschlag, Moller & Verbeeten, 2011) apontam para o modo como os padrões de divulgação de RSE dependem da origem geográfica das empresas. Os padrões geográficos observados poderão dever-se a fatores culturais, legais e interpretativos do significado da RSE (Holme & Watts, 2000). No geral, as empresas ocidentais relevaram-se as mais comunicadoras de assuntos de RSE, em qualquer das dimensões. Verificou-se que tanto as empresas asiáticas como as africanas abordam pouco a maioria dos temas de RSE. Apesar de a diferença não ser muito expressiva, as empresas asiáticas publicam mais informação de RSE do que as africanas. Parece existir uma relação entre a origem geográfica das empresas estudadas e o relevo das informações de RSE publicadas.

Na dimensão económica, é notório que nesta região do globo, com problemas de desenvolvimento económico e níveis de corrupção tão elevados (Prieto-Carrón *et al.*, 2006), as empresas locais optem por não debater o problema nem se voluntariem com medidas para o resolver. A economia e os ecossistemas da região sofrem com exploração ilegal das florestas (Megevand *et al.*, 2013). A rastreabilidade das madeiras transmite informações sobre o produto, desde a origem da extração madeireira até ao consumidor final, assegurando que não provêm de fontes ilegais. Mesmo o setor intermediário necessita que as empresas do setor florestal disponham de um sistema de rastreabilidade implementado para poder, por sua vez, assegurar a rastreabilidade dos seus produtos transformados. Esse setor torna-se assim um *stakeholder*

importante com exigências nesta área, para o qual as empresas madeireiras terão interesse em comunicar. O grau de relevo dado à rastreabilidade reflete, em parte, as exigências culturais e legislativas dos países de origem, o que pode justificar maior divulgação por parte das empresas ocidentais, onde as organizações se baseiam em regras públicas para governar os seus interesses em permutas socioeconómicas (Li *et al.*, 2010). Paralelamente, o relevo dado à rastreabilidade dos produtos por parte de empresas não-ocidentais pode interpretar-se como tentativas de aproximação aos mercados de exportação, maioritariamente ocidentais.

Existe pressão por parte dos *stakeholders* e das instituições locais para que as empresas se certifiquem (de Wasseige *et al.*, 2015). A voluntariedade da certificação permite às empresas garantir aos *stakeholders* que fazem mais do que é exigido pela lei, apesar de existirem defensores da obrigatoriedade da adoção de certas normas (Toppinen & Korhonen-Kurki, 2013). A certificação garante que a madeira vendida é legal. A não-certificação não implica que a madeira seja ilegal nem que a sua extração seja irresponsável, mas também não oferece essa garantia. O uso de madeira obtida (possivelmente) com prejuízos ambientais e sociais mancharia a reputação das empresas, e apesar de continuarem a utilizar madeiras de fontes que não são garantidamente responsáveis, utilizam a parte dos seus produtos que o é para criarem uma perceção favorável de si junto dos *stakeholders*, através de artifícios discursivos.

A própria natureza dos produtos comercializados justifica a tendência de não se dar relevo à segurança e higiene do cliente: a matéria-prima é vendida principalmente a indústrias de bens intermediários, não sendo por isso importante, para a maior parte das empresas, a segurança do cliente final. Isto pode refletir pouca preocupação com o consumidor na região ou o foco na indústria de bens intermediários. Vários estudos em países em desenvolvimento (*e.g.* Wu, 2007) reforçam a ideia de que as indústrias de matérias-primas não têm de lidar diretamente com consumidores individuais e preferem adotar posturas de RSE mais focadas na ética.

A descrição de informações laborais confirma a determinação de a firma se mostrar responsável para com os trabalhadores, atraindo positivamente a atenção de vários grupos de *stakeholders* (Perrini, 2005). A formação profissional e a segurança e higiene no trabalho podem ter impactos positivos nas comunidades onde as empresas do setor florestal exercem as suas atividades. Em particular, as firmas da BC deveriam ter em conta ações de prevenção contra acidentes de trabalho e outros aspetos de segurança, devido à reduzida consciencialização sobre o tema prevalente e à dificuldade em aplicar as leis existentes. A divulgação feita pelas empresas

ocidentais em torno da dimensão social interna reflete as preocupações sobre o bem-estar e os direitos dos trabalhadores prevalentes no seu contexto de origem: a maior incidência de divulgação observada deve-se possivelmente às exigências de vários grupos de *stakeholders* europeus ou a imposições legais nos seus países (*ibid*), que se refletem no discurso.

Os valores reduzidos observados na divulgação da dimensão social interna pelas empresas asiáticas poderão estar relacionadas com as condições laborais nesses países, que influenciam o discurso sobre o tema. A situação laboral na Ásia tem sido abordada por grupos de direitos humanos, com preocupações sobre as fracas condições de trabalho (Tang & Li, 2009), com casos de trabalho escravo em zonas remotas, onde milhares de trabalhadores, muitos deles menores de idade, são enganados e forçados a trabalhar sem rendimento (Lu, 2009). Os próprios países asiáticos são muitas vezes visados por multinacionais, que se deslocam para países como a China, onde padrões ambientais, laborais e éticos mais reduzidos, políticas fiscais favoráveis e falta de regulamentações os tornam atraentes para redução de custos produtivos (Tang & Li, 2009). A posição dos países como a China, cuja vantagem competitiva são os baixos preços de produção, não facilita a situação: o desejo de reduzir o preço da mão-de-obra deixa pouco espaço para melhorar as condições dos trabalhadores e aumentar salários (*ibid*). Estas situações podem refletir-se no discurso das empresas asiáticas, que mesmo estando noutra região optam por não abordar em detalhe um tema que lhes é sensível.

Existe uma maior atenção pública em torno das multinacionais ocidentais, questionando a sua legitimidade, afetando também empresas de bens intermediários, que formam um elo importante entre o consumidor final e as empresas do setor florestal na BC. Isto aumenta a pressão sobre elas no sentido da divulgação de informações sobre responsabilidades laborais (Kolk, Hong & van Dolen, 2010). Em vários países em desenvolvimento, os casos de abuso de trabalhadores não são explorados pela comunicação social e por isso a maior parte dos *stakeholders* não se encontra ciente nem da existência dessas situações, nem da sua capacidade de utilizar o poder do consumidor para punir tais comportamentos (*ibid*). Este é o caso de muitos países asiáticos e dos países da própria BC, que se reflete nas comunicações sobre a dimensão laboral.

Dentro da dimensão social externa, a gestão de *stakeholders* ocupa uma posição destacada na divulgação de RSE, que é entendida pela maior parte das empresas como uma estratégia de minimização de risco de reputação. Nas linhas da teoria dos *stakeholders*, se a principal

motivação da publicação de dados sobre o comportamento empresarial responsável é a vontade de tornar a empresa atraente para os seus *stakeholders*, então pode prever-se que a divulgação das informações estará relacionada com a sua saliência (Mitchell, Agle & Wood, 1997). O tema está mais propagado na Europa, de onde o conceito é originário; além de compreenderem muito bem a urgência dos problemas sociais, os *stakeholders* ocidentais têm maior poder de influenciar as empresas (Perrini, 2005). Por isso, as empresas ocidentais mostram maior dinamismo na comunicação de resultados e de projetos. Seria de esperar que a maior urgência dos *stakeholders* africanos, que comparativamente a multinacionais de regiões remotas sentem muito maior proximidade com os problemas da sua própria região, que os afetam diretamente, resultasse em maior divulgação sobre a dimensão social da RSE por parte de companhias africanas. Em contraste, isto não se verifica. É possível que os *stakeholders* oriundos da BC estejam menos preocupados com problemas de RSE, pois não só não têm as suas carências mais básicas satisfeitas para que possam ter preocupações situadas mais acima na hierarquia das necessidades, mas também têm níveis de educação mais reduzidos (Maslow, 1943). Esse facto poderá parcialmente explicar a mais reduzida disponibilidade de informações por parte de empresas africanas na maior parte dos temas. O acesso a recursos *online* poderá ser mais limitado e nesse caso as empresas africanas não vão encarar a internet como veículo para comunicar às comunidades locais, ou simplesmente não as percebem como *stakeholders* salientes.

Segundo Munshi e Kurian (2005), a gestão de *stakeholders* muitas vezes torna-se numa ferramenta utilizada pelas empresas para regular o comportamento dos *stakeholders* de modo a servir os próprios interesses corporativos, numa forma de colonialismo empresarial que força certas pessoas a participar na economia de uma determinada maneira. A própria integração dos *stakeholders*, na forma como é transmitida e percebida, é utilizada pelas empresas para melhorarem a sua imagem. A consulta de certos grupos, como os pigmeus, consiste num tipo de gestão participativa de *stakeholders*, que poderá eventualmente ser realizado com intenções de sobrepor o interesse empresarial aos interesses dos povos indígenas, de poder negocial muito reduzido (Jamali & Sidani, 2011). Para muitas das empresas estudadas, a gestão de *stakeholders* é admitidamente uma estratégia de gestão das consequências que os impactos negativos da exploração madeireira têm na empresa. Verificam-se casos em que as firmas oferecem compensações monetárias para evitar críticas às operações, procurando acordos amigáveis entre a empresa e a população. Mas quem assina pelas populações? Como se garante que aquele que

negocia o faz com honestidade e em prol daqueles que afirma defender? É provável que estes acordos assentem em desequilíbrios negociais acentuados, enquanto as empresas conquistam legitimidade junto das comunidades através de conversações dúbias para prosseguir as suas atividades comerciais inalteradamente. As noções de poder, legitimidade e urgência (Mitchell, Agle & Wood, 1997) e a identificação da saliência dos *stakeholders* tornam-se dependentes da gestão de interesses de terceiros, como estados, indústrias, organizações e instituições, com vista à maximização dos interesses da própria empresa. O processo de integração de *stakeholders* nega práticas alternativas ao modo normal de ação da empresa.

Tanto a saúde como a educação foram mais divulgados pelas empresas ocidentais, onde empreendem investimentos em infraestrutura e serviços. A saúde e a educação são direitos humanos essenciais para o desenvolvimento. A economia de um país torna-se mais produtiva à medida que a proporção de trabalhadores com educação aumenta, pois estes tornam-se capazes de realizar tarefas que requerem literacia e pensamento crítico com maior eficiência (Radcliff, 2017). O resultado é um aumento na produtividade. Investimentos básicos na educação primária são suficientes para contribuir para a melhoria do desenvolvimento económico e humano (*ibid*). Uma população saudável melhora a aprendizagem, a produtividade laboral e a renda, contribuindo para o crescimento económico (Rosling *et al.*, 2006). Os sistemas de saúde dos países ocidentais, com esperanças de vida elevadas, são de excelência (*ibid*). A Ásia é a região do globo com maior crescimento e dinamismo, mas geralmente o orçamento governamental dirigido à saúde é reduzido e mal dirigido (Asian Development Bank, 2016). As despesas com saúde particular são ainda causadoras de pobreza na região e o controlo e prevenção de doenças um desafio. Os objetivos na luta contra a malnutrição e a mortalidade materna não têm sido alcançados (*ibid*). Os problemas de saúde em África, nomeadamente na região da BC, são ainda mais preocupantes (WHO, 2006). Os reduzidos volumes de informação publicados nos *websites* poderão ser um reflexo dos problemas de saúde e na educação nos países de origem.

No geral, verificou-se que as empresas preferem tomar elas próprias as iniciativas de apoio social em vez de as relegarem para outras organizações. Ao contrário do que a literatura sugere (*e.g.* Carroll, 1999; Tokarski, 1999; Seifert, Morris & Bartkus, 2003; Kotler & Lee, 2005; Visser, 2005; Welford, Chan & Man, 2007), as atividades filantrópicas não parecem constituir um dos grandes pilares da RSE no setor florestal da BC, independentemente da origem geográfica e cultural das empresas estudadas. Por outro lado, identificaram-se algumas parcerias com objetivos de RSE, que delegam parte das responsabilidades sociais corporativas

para outras organizações: as associações com ONGs asseguram aos *stakeholders* que as preocupações sociais e ambientais são de facto abordadas.

Nos países ocidentais, os direitos humanos são geralmente cumpridos e a pobreza afeta uma parte pequena da sociedade; nas situações em que o governo falha nas suas funções sociais, as empresas têm um papel importante e muitas tentam diferenciar-se promovendo o desenvolvimento através de ações de RSE (Jamali & Mirshak, 2007). Contudo, nos países em desenvolvimento a sociedade civil não é bem organizada, os governos não promovem a RSE, as empresas não são pressionadas para lidar com problemas sociais e a imprensa local não aborda o tema (Jamali, 2007). As instituições, normas e sistemas, que são a base das teorias de RSE no Ocidente, são comparativamente fracas na BC. O pouco detalhe observado na divulgação de temas dos direitos humanos e combate à pobreza sugere que os contextos político, económico, social e tecnológico não se mostram favoráveis ao desenvolvimento de medidas que os visem. A falta de adaptação ao contexto cultural poderá mesmo impedir a implementação de medidas de RSE específicas (Gerson, 2007).

Observou-se que a divulgação de RSE assenta na assunção de que a promoção do desenvolvimento económico é a maneira de combater a pobreza. Contudo, o paradigma económico atual, assente no crescimento económico, gera desigualdades e poderá até ser uma das causas da existência de pobreza (Ite, 2005). Por um lado, a RSE é vista na maior parte da literatura como um modo de combinar, positivamente, a lucratividade das operações comerciais com o alcance de objetivos sociais e de bem-estar; por outro lado, certos autores (*e.g.* Jenkins, 2005; Blowfield, 2005; Blowfield & Frynas, 2005) sugerem que não existem provas de que a RSE tenha efeitos positivos no desenvolvimento socioeconómico de países em desenvolvimento. Nesta região, cada vez mais os governos regionais adotam agendas neo-liberais ligados aos interesses das empresas, com impactos prejudiciais no sustento das populações locais, restringindo o acesso das comunidades a recursos naturais (Ruiz-Pérez *et al.*, 2005; Martius, 2015). A divulgação de RSE poderá estar a ser utilizada como argumento moral para legitimar o modelo capitalista no qual as empresas baseiam as suas atividades comerciais.

Numa indústria tão sensível e numa região com tamanha importância ecológica (de Wasseige *et al.*, 2015), seria de esperar que fosse dado maior relevo à dimensão ambiental. Apesar disso, é nesta dimensão que as empresas tendem a publicar mais, o que se poderá justificar pela própria

natureza do setor, muito ligado ao ambiente, e pela crescente consciencialização ecológica, não apenas no Ocidente, mas por todo o globo. A saliência dada à dimensão ambiental reforça a teoria dos *stakeholders*, que afirma que as empresas adotam iniciativas de RSE devido a pressões provenientes de diversas partes interessadas. O impacto que o setor tem nos sistemas ecológicos da BC coloca estas empresas no centro das atenções de muitas ONGs e de um público cada vez mais vigilante.

Independentemente das justificações e motivações das empresas, a sustentabilidade dos ecossistemas é essencial para assegurar a sua contínua existência, tendo em conta a importância a nível global. A proteção das florestas e dos ecossistemas é fundamental para que a sua exploração comercial possa ser permitida. A extração madeireira leva à degradação das florestas de diversas formas e por isso é importante que existam mecanismos que as protejam. Talvez por isso a dimensão ambiental tenha sido aquela que recebeu maior relevo discursivo, independentemente da origem geográfica das empresas. A voluntariedade das comunicações de RSE resulta na ausência de ênfase num tema em particular, nomeadamente nas dimensões socioeconómicas. O foco no aspeto ambiental justifica-se pela própria natureza do setor, de extração de recursos naturais e com impacto considerável na natureza e no ambiente. A desflorestação e a degradação das florestas da BC tem atraído muita atenção, pressionando empresas e conduzindo aos volumes mais elevados de informações ambientais divulgadas. Setores ambientalmente mais sensíveis, como o florestal, terão pois tendência a comunicar mais dentro da dimensão ambiental (Brammer & Pavelin, 2008; Haddock-Fraser & Fraser, 2008). Contudo, outros estudos (*e.g.* Nazli *et al.*, 2003) contradizem a ideia de que a predominância do relevo dado a cada tema seja dependente da indústria.

O foco na proteção das florestas não é surpreendente, dado que as empresas fazem do seu negócio a exploração madeireira que, talvez inevitavelmente, tem consequências na aceleração da degradação das florestas. A pressão para agir no sentido de proteger os ecossistemas que exploram leva-as a dar saliência ao tema. A pressão deverá ser maior por parte dos *stakeholders* ocidentais, mas é também suficientemente forte nas restantes empresas. Na região da Ásia, recentes crises ambientais têm vindo a dar relevo ao problema e a suscitar interesse e preocupação por parte de diversos grupos (Chapple & Moon, 2007; Kolk, Hong & van Dolen, 2010). O tema da sustentabilidade tem estado muito em voga, tendo-se vindo a alastrar pelo público geral, que assim se tornou um *stakeholder* importante. No Ocidente, o tema é frequentemente debatido, mesmo fora dos meios académicos, e a sua popularidade tem-se

tornado global. As empresas são colocadas sobre grande pressão para tomar uma posição ou medidas que visem a sustentabilidade das suas atividades comerciais e das concessões florestais onde estão localizadas.

O tema da biodiversidade é sensível à região, pois a caça ilegal e o consumo de carne-do-mato fazem parte da cultura local, e as concessões madeireiras podem fazer aumentar a sua procura para níveis insustentáveis. Talvez por isso as empresas africanas prefiram deixar o tema por mencionar, pois abordá-lo poderia revelar-se prejudicial à legitimidade das suas operações. Por outro lado, os pigmeus desejam a conservação do seu estilo de vida nómada e caçador-recoletor e não querem que as empresas florestais lhes roubem os direitos sobre o uso tradicional que fazem da floresta (Kristof, 1997). A observação da abertura de exceções na proibição da caça ilegal dentro das concessões para as populações de pigmeus revela compreensão por parte das empresas que o fazem: este tipo de exceção não tem um efeito assinalável para a manutenção da biodiversidade, pois os pigmeus não caçam com objetivos comerciais; além disso, não abatem árvores para fins agrícolas como o fazem os bantus, cujo impacto sobre a biodiversidade é muito mais acentuado (*ibid*).

O planeamento e gestão de estradas têm um impacto indireto na biodiversidade, pois facilitam o acesso de caçadores furtivos a zonas previamente inacessíveis (Thibault & Blaney, 2003; Poulsen *et al.*, 2009). Algumas empresas compreendem a relação, mas a maior parte omite o tema. Não foi possível encontrar, na literatura, uma justificação para a observação de que as empresas asiáticas dão mais relevo ao transporte do que as demais, pelo que seria interessante a existência de estudos futuros nesta área. Pode especular-se que a cultura asiática coloque maior ênfase no desenvolvimento de infraestruturas do que na conservação da biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas. Já as empresas africanas dão muito pouco relevo ao tema, o que parece indicar que a sua importância enquanto faceta da responsabilidade social não é percebida como sendo urgente ou relevante para os seus *stakeholders*. É importante que as empresas disponham de regulamentos internos sobre a caça e o comércio entre trabalhadores, assegurando a sua segurança alimentar e a das comunidades locais, ao mesmo tempo que protegem a biodiversidade dos ecossistemas onde exercem atividades comerciais. A responsabilidade empresarial é acrescida, especialmente nas regiões remotas da BC onde o estado não consegue assegurar a aplicação da lei.

A urgência na mitigação das mudanças climáticas resulta numa pressão mais forte por parte dos *stakeholders* ocidentais, de maior consciencialização ambiental (mesmo sendo este um tema que afeta todo o planeta), o que poderá justificar os padrões geográficos na incidência da divulgação sobre o tema. Apesar do largo volume de divulgação dentro da dimensão ambiental, o discurso das empresas estudadas sobre a mitigação das mudanças climáticas é quase inexistente (à exceção de algumas empresas ocidentais), merecendo uma reflexão crítica. A desflorestação descontrolada contribui bastante para as emissões globais de carbono (Megevand *et al.*, 2013). A principal causa da desflorestação é a conversão das florestas em terrenos agrícolas, urbanização, extração madeireira ilegal ou irresponsável (Ickowitz, 2006). O CO₂ atmosférico, causador principal do efeito de estufa, pode ser reduzido de duas formas: reduzindo emissões ou removendo-o da atmosfera e sequestrando-o. As florestas têm a capacidade de capturar e de sequestrar o carbono da atmosfera, sob a forma de madeira, através da fotossíntese. A utilização de madeira ajuda a prolongar o período que o carbono, capturado pelas florestas, não se encontra na atmosfera. Quando a madeira se degrada ou é queimada, o carbono regressa à atmosfera e pode ser reabsorvido por outras árvores. Na verdade, uma floresta explorada e gerida de uma forma sustentável é mais eficiente a capturar carbono atmosférico do que uma floresta não explorada, pois árvores mais novas crescem e absorvem CO₂ mais rapidamente do que árvores velhas. Apesar do cenário teórico de uma gestão verdadeiramente sustentável das florestas tropicais poder parecer positivo, na realidade é um cenário de valor nulo em termos de carbono: o ciclo de vida da madeira acaba com ela queimada e, conseqüentemente, com o carbono inicialmente sequestrado de volta na atmosfera (ignorando a pegada de carbono resultante das próprias operações de extração e cadeia de fornecimento). Em primeiro lugar, é dúbio que as empresas florestais realizem uma gestão puramente sustentável, tendo em conta o volume elevado de críticas por parte de ONGs. Em segundo lugar, apesar de as empresas quererem passar a perceção de que a madeira é um produto que sequestra carbono e, portanto, amigo do ambiente, é preciso ter atenção à retórica subjacente. As empresas fazem da madeira a base do seu negócio e não realizam qualquer atividade voluntária para reduzir as emissões de CO₂. O uso de materiais de emissões de carbono neutras só fazem sentido numa economia já por si neutra em carbono. Na situação atual, onde as emissões crescem exponencialmente, fora de controlo e de uma forma cada vez mais longe de ser sustentável (pela queima de grandes quantidades de combustíveis fósseis, que demoram milhões de anos a

formar-se), é urgente investir em atividades com um balanço negativo de carbono (mais sequestro do que emissões).

No âmbito da dimensão ambiental, as empresas estudadas partilham a vontade de compatibilizar o desenvolvimento económico com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente, comunicando capacidades de conciliar a vontade de diferentes *stakeholders* e iniciativas na redução do impacto das atividades empresariais nos ecossistemas explorados. Verifica-se uma disparidade naquilo que cada empresa entende como sendo o seu impacto ambiental. Na BC as regulações ambientais são estritas mas praticamente não existe aplicação da lei, pois o estado não alcança as regiões remotas onde as concessões madeireiras se situam (Megevand *et al.*, 2013). Surge a questão do modo como se poderá combinar o crescimento económico com a proteção ambiental e a prevenção da degradação das florestas e da poluição, e entender o papel que a RSE terá para esse fim.

Em qualquer das dimensões de RSE, observou-se um contraste entre as empresas oriundas de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento. Por um lado, Newson e Deegan (2002) afirmam que a divulgação de RSE se encontra mais alinhada com o público do país de origem do que com a sociedade global ou local, mesmo para multinacionais; igualmente, Williams e Aguilera (2008) reforçam a ideia de que o discurso de RSE por parte das multinacionais é determinado pelas preferências dos clientes e sanções existentes nos países de origem. Por outro lado, Nuhoğlu (2003) indica que as multinacionais poderão manter a legitimidade em países em desenvolvimento, mesmo que não divulguem tanta informação como seria exigido nos países de origem: a divulgação de informações RSE poderá portanto ser menos importante porque a legitimidade não é percebida como sendo ameaçada ou porque o público relevante não se interessa pelo tema.

O grupo das empresas de origem ocidental consiste em empresas oriundas de um contexto de país desenvolvido e ambiente económico regido por regras⁶. As empresas africanas, nas quais se verificou o menor relevo dado à RSE, são oriundas de países em desenvolvimento, com

⁶ Um ambiente económico regido por regras existe em sociedades nas quais as organizações estão dependentes de regras públicas para governar os seus interesses em transações socioeconómicas. Em teoria, existe equilíbrio e pontos de controlo entre os diferentes ramos governativos e o sistema legal é tendencialmente justo, transparente, eficiente e independente da influência política. A infraestrutura informacional encontra-se bem desenvolvida e assegura o acesso a informação pública de qualidade. Os cidadãos e as empresas têm um maior grau de confiança nas regras públicas (Li *et al.*, 2010).

ambientes económicos baseado em relações⁷. Alguns países asiáticos, como a China, estarão num período de transição de um ambiente baseado em relações para um governado por regras (Li *et al.*, 2010). Nos países desenvolvidos, as regras públicas são tendencialmente justas e acessíveis a todos, resultando num elevado grau de confiança nas comunicações publicamente disponíveis, como as publicações feitas por empresas. Por outro lado, nas sociedades baseadas em relações, as informações costumam ser filtradas por entidades estatais e portanto as pessoas não confiam em informações públicas, preferindo depositar a sua confiança em informações privadas para tomar decisões (*ibid*). De acordo com Sen (1999), governos baseados em relações preocupam-se muito pouco com problemas sociais e os cidadãos encontram-se limitados no poder de influência. Consequentemente, as empresas sofrem menos pressões para se comportarem de um modo responsável e não se sentem obrigadas a realizar comunicações de RSE nem a agir de acordo com o interesse do público. Em contraste, nos países desenvolvidos, onde a indústria é mais regulamentada, existe uma pressão acrescida por parte de um público mais exigente no sentido de as empresas adotarem comportamentos responsáveis (Li *et al.*, 2010). As sociedades asiáticas têm diferentes contextos e desafios de RSE, tais como pobreza, distribuição da riqueza, salários e padrões de trabalho, desigualdades na educação, bases do poder e legitimidade governamental, desafios gerenciais nas empresas e vulnerabilidade aos desastres naturais (Chapple & Moon, 2007), que têm emergido e sido reportados em estudos académicos e na comunicação social, resultando num aumento da pressão sobre as empresas para adotarem atividades de RSE (Li *et al.*, 2010). Quando multinacionais oriundas de países desenvolvidos montam as suas operações na BC, podem sentir dificuldade em implementar as práticas de RSE a que estão acostumadas devido ao ambiente macroinstitucional que não o favorece. Do mesmo modo, será um desafio para as empresas locais alcançar os mercados mais exigentes dos países desenvolvidos. Estas disparidades moldam o discurso empresarial, dado que firmas de origens distintas terão diferentes exigências de RSE por partes de públicos com variadas expectativas. Williams e Aguilera (2008) sugerem que a origem tem um impacto no modo como as multinacionais, enquanto entidades legais estabelecidas num determinado país, se comportam noutra contexto através das suas subsidiárias. Além disso, o país de origem tem

⁷ Num ambiente governado por relações, as pessoas tendem a usar meios privados, tais como conhecimentos pessoais ou forças privadas, para proteção e resolução de disputas. Neste tipo de sociedade, não existem pontos de controlo nem equilíbrio (ou são fracos), e portanto o sistema legal é injusto e opaco. Consequentemente, os tribunais podem ser influenciados por políticos e a informação pública tende a ser controlada pelo estado e infidedigna (Li *et al.*, 2010).

um efeito significativo no grau de discurso voluntário e no tipo de informação divulgada pelas empresas (*ibid*).

A literatura sublinha muitas vezes a voluntariedade das iniciativas de RSE (*e.g.* Phillips, Freeman & Wicks, 2003; Garriga & Melé, 2004; Kotler & Lee, 2005; Visser, 2005; Dahlsrud, 2006; van der Laan, 2009). Os países ocidentais têm uma longa tradição de integrar políticas económicas e sociais, existindo modelos socioeconómicos definidos por sistemas de pensões públicas de grande abrangência, sistemas de saúde abertos à maior parte dos cidadãos e políticas laborais inclusivas (Steurer, Martinuzzi & Margula, 2012). Nesta região, a compreensão da RSE como ir além do que é exigido pela lei no que toca à proteção social e ambiental poderá revelar-se enganosa. As empresas nos países em desenvolvimento geralmente não se mostram sequer capazes de cumprir a legislação em diversas áreas como a corrupção, pagamento de salário mínimo e horas extraordinárias, limites de emissões poluentes, entre muitas outras (Prieto-Carrón *et al.*, 2006).

Na maior parte dos estudos na literatura sobre RSE é dada ênfase ao ponto de vista dos gestores, com foco no contexto ocidental, o que faz com que muitas das perspetivas dos países em desenvolvimento, como na BC, sejam negligenciadas (Lund-Thomsen, 2004). A universalização da experiência de empresas originárias de países europeus ou norte-americanos resulta na construção da RSE com base na assunção de que os problemas sociais e ambientais podem ser resolvidos através de práticas de gestão que criem riqueza e assim melhorem as sociedades, o que resulta em simplificações irrealistas de problemas reais (*ibid*). Por outro lado, Khan e Lund-Thomsen (2011) afirmam que os países em desenvolvimento se tornaram meros fornecedores de matérias-primas (e produtos acabados) para o Ocidente, que se apropria da maior parte do excedente económico, num ciclo vicioso de intensificação de relações exploradoras. Os códigos de conduta adotados pelas empresas são, desse modo, muitas vezes impostos por compradores internacionais aos fornecedores oriundos de regiões como a BC.

Esta visão crítica admite que os produtores e os trabalhadores locais sejam forçados a aderir a padrões de RSE na formulação dos quais não têm voz, arriscando-se caso contrário a ser marginalizados. Sem consulta dos *stakeholders* locais, muitos problemas sociais significativos poderão ser negligenciados, com consequências prejudiciais. Assim, prevê-se que muitos produtores locais contestem a legitimidade destes instrumentos de gestão e que tentem resistir à sua aplicação de diferentes formas. A disparidade observada entre o relevo dado à RSE pelas

empresas ocidentais e pelas demais poderá estar relacionado com relações de dependência económica. As empresas não-ocidentais poderão ver-se obrigadas a publicar informações de RSE para terem acesso aos mercados exportadores de madeira e poderão estar a basear o seu discurso em modelos já existentes, criados por empresas europeias e norte-americanas, que talvez não se adequem à realidade da BC nem contribua para resolver os graves problemas socioeconómicos existentes.

Kolk, Hong e van Dolen (2010) afirmam que as práticas de RSE são um espelho das práticas no país de origem, mas que as empresas também se adaptam às especificidades do contexto local. Além disso, as multinacionais têm de considerar sensibilidades culturais e o facto de serem estrangeiras e, por isso, um alvo mais provável de escrutínio público (*ibid*). Muitas políticas de RSE são formuladas nas sedes das multinacionais sendo, conseqüentemente, moldadas pelos ambientes institucionais, pressões de *stakeholders* e mecanismos de governo empresarial dos seus países de origem (Chapple & Moon, 2007). Porém, gera-se frequentemente tensão, pois as organizações podem estar mal informadas sobre as normas éticas, históricas e tradicionais do papel das empresas na sociedade do país onde atuam (*ibid*). As empresas poderão estar a adotar agendas de RSE não adequadas à realidade da BC, que podem resultar em conseqüências nefastas aos níveis económico, social e ambiental. Sendo urgente desenvolver mecanismos que contribuam para os direitos humanos e para a erradicação da pobreza na BC, os padrões de RSE devem ser idealizados para o contexto específico.

A comunicação de políticas sociais e ambientais poderá ser um modo de acelerar o processo de legitimação da empresa, projetando-se como responsável. Os resultados sugerem que o discurso de RSE representa uma tentativa de melhorar a imagem empresarial, mais do que satisfazer as necessidades de informação dos *stakeholders*. As empresas representam-se como benfeitoras porque querem legitimar as suas atividades. A maior parte das companhias divulga informações positivas sobre si, ou neutras, nos casos em que os impactos nas comunidades são positivos. As más notícias revelam-se difíceis de encontrar.

Por outro lado, os textos estudados continham muito pouca informação quantificável, o que reforça a ideia de que as empresas do setor florestal da BC comunicam para projetar uma imagem favorável. Firms vistas como responsáveis ganharão licença social para prosseguirem com as suas atividades comerciais. Ao mesmo tempo que cada vez mais académicos e outros grupos de pressão alertam para a falta de ética no modo como as empresas têm vindo a ser

geridas e para a insustentabilidade ambiental resultante (Jonker & Marberg, 2007), o discurso empresarial baseado em justificações financeiras e em definições de sustentabilidade fraca tem vindo a dominar a discussão, como também fora notado por Laine (2005), produzindo um discurso favorável e garantindo a legitimidade do paradigma socioeconómico dominante, que lhes convém.

Apesar de as empresas quererem que os seus *stakeholders* as percebam como socialmente responsáveis, muitas mostram-se reticentes em comunicar as suas ações, temendo criticismo ou a criação de expectativas (Schlegelmilch & Pollach, 2005), o que pode explicar a ausência de certos temas de CSR nas divulgações empresariais. Por um lado, é possível que as organizações estejam de facto reticentes em implementar iniciativas de RSE que possam comprometer o seu desempenho financeiro. Por outro, o silêncio poderá contribuir para a construção da legitimidade empresarial, especialmente em África (Villiers & van Standen, 2006). As empresas farão o que acharem necessário para preservar a sua imagem de organização legítima e poderão, por isso, reduzir o discurso de RSE ou alterar o seu foco quando percebam alterações nas ameaças à sua legitimidade (*ibid*). Isto sugere que as firmas poderão publicar menos para evitar escrutínio: a divulgação de temas sensíveis pode legitimar certas preocupações sociais ou ambientais, e o silêncio permite ocultá-las. Esta pode ser uma estratégia de envolvimento social, sendo as empresas a ditar o âmbito e a definição de RSE, evitando assim vozes que chamem para um aumento da regulamentação. Os gestores podem deixar de comunicar sobre um determinado tema se entenderem que as divulgações não estão a contribuir para a legitimação corporativa. Além disso, os vários temas de RSE complementam-se: é o conjunto que constrói a imagem que a empresa quer projetar. É de prever, por isso, que a empresa escolha os temas que mais lhe convém, onde se sente mais à vontade, mascarando, deliberadamente, informação sensível que aumentaria o nível de ameaça à legitimidade. O conteúdo das publicações de RSE deverá, pois, revelar-se dinâmico na construção de uma imagem de responsabilidade social.

As descrições negativas poderão ter um efeito legitimador, criando uma imagem de transparência e honestidade. O silêncio, nestes casos, acarretaria o risco de má compreensão por parte dos *stakeholders*, que o poderiam entender como falta de fidedignidade.

No estudo do discurso empresarial, há que ter em consideração que as apresentações que as empresas fazem de si mesmas são apenas imagens que as empresas tentam projetar, existindo

sempre a possibilidade de que estas tentem promover uma percepção enganadora de que os seus produtos, objetivos e políticas sejam responsáveis (Ongkrutraksa, 2007).

As empresas parecem muitas vezes encarar o acionista como *stakeholder* principal, colocando os objetivos financeiros como condição para que a firma contribua para a proteção do ambiente e para desenvolvimento socioeconómico da BC. A gestão florestal responsável permite alcançar com mais facilidade os objetivos de preservar a sustentabilidade dos ecossistemas da BC, mitigar as mudanças climáticas e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico local, do que a não utilização da floresta. Se a biodiversidade natural e os animais selvagens forem preservados, os serviços de ecossistema das florestas mantidos e os direitos dos trabalhadores florestais, das comunidades locais e dos indígenas salvaguardados, então nesse caso a exploração económica das florestas tropicais deixará de ser prejudicial. Contudo, a prevalência de motivações estratégicas, do ponto de vista da construção da legitimidade e da gestão dos *stakeholders* sugerem que as empresas do setor florestal da BC encaram a RSE como uma ferramenta para construir uma imagem positiva de si, ou seja, como uma componente importante de *marketing*. A análise do discurso sugere comprometimento por parte das empresas do setor florestal nos investimentos sociais e ambientais, mas conclui-se que estes são sempre relegados para segundo plano, dependentes do sucesso financeiro das organizações.

“If we want to live in a responsible society, adapting to its environment practicing sustainable management and respecting resources, we need to promote the use of wood in the construction field”
(Ecowood *website*, 2016).

Esta citação da Ecowood reflete o paradigma geral das empresas estudadas. A sua lógica está no sentido inverso, em benefício da empresa. Idealmente, apenas na condição de a sociedade ser verdadeiramente responsável, praticar uma gestão sustentável e respeitar os recursos, então sim, o uso da madeira poderá ser promovido.

A RSE não há de resolver todos os problemas económicos, sociais e ambientais da BC, mas independentemente do caminho e da solução, as empresas terão que ser social e ambientalmente responsáveis para contribuírem para o desenvolvimento da região.

6. CONCLUSÕES

A região da Bacia do Congo (BC) é relevante pela importância das suas florestas e pelos desafios de desenvolvimento socioeconómico que enfrenta. Prevendo-se um crescimento económico e demográfico acentuado no futuro próximo, e dado o peso que as florestas têm a diversos níveis na região, é importante discutir o papel das empresas do setor florestal no desenvolvimento económico e social e o modo como a sustentabilidade dos ecossistemas será protegida da irresponsabilidade dos intervenientes locais.

O presente trabalho estudou a divulgação da informação sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e sobre as florestas nos *websites* de 37 empresas do setor florestal com operações na BC. O discurso foi categorizado de acordo com 22 temas de RSE nas dimensões económica, laboral, social e ambiental, tendo sido avaliado de acordo com uma escala de Likert de relevo discursivo. As empresas foram agrupadas de acordo com a sua origem geográfica: ocidental, asiática ou africana.

Relativamente ao primeiro objetivo de investigação, que consistia em relacionar os conteúdos comunicados com a origem geográfica das empresas, verificou-se que, em todas as quatro dimensões de RSE, as empresas ocidentais se destacaram como as mais divulgadoras. As empresas dos outros dois grupos geográficos distanciaram-se mais das ocidentais, dando menos relevo aos tópicos de RSE. Apesar de a diferença ser pouco expressiva, as empresas asiáticas publicaram mais informação do que as africanas. As empresas ocidentais poderão estar submetidas a pressões mais elevadas. A comunicação da RSE parece seguir as preocupações sociais e culturais da zona geográfica da sede da empresa. Postula-se que, apesar de as empresas se adequarem ao contexto onde exercem as atividades, o discurso encontra-se intimamente ligado à cultura e às exigências de grupos de *stakeholders* do local onde se encontram sedeadas.

O trabalho propunha-se, como segundo objetivo, a analisar a predominância dos diferentes temas de RSE no discurso empresarial. Deparou-se com uma grande diversidade de formatos e de informação divulgada. Independentemente da origem das empresas, foi a dimensão ambiental que recebeu mais destaque nas comunicações corporativas, o que poderá estar relacionado com a natureza de elevada sensibilidade ambiental que caracteriza o setor florestal.

O terceiro objetivo era a identificação daqueles para quem as empresas discursam e aquilo que as motiva. Verificou-se que o discurso de RSE divulgado pelas empresas estudadas se baseia numa série de definições construídas pelas próprias a seu favor, assentes em assunções dúbias,

numa tentativa de legitimar as suas operações e de gerir os *stakeholders* de modo a restringir os seus interesses, com objetivos abertamente financeiros. As próprias empresas ditam os termos de discussão e existe pouco espaço para reflexões críticas na realidade discursivamente construída. É possível interligar as divulgações corporativas com tentativas de legitimar o negócio na sociedade, construindo a RSE da forma que mais as favorece, efetivamente projetando a perceção por elas desenhada. As empresas demonstram algum comprometimento para com a RSE, mas comunicam preferencialmente para os *stakeholders* que consideram mais salientes: os acionistas são considerados os mais urgentes, estando as iniciativas sociais e ambientais dependentes dos bons resultados para este grupo de *stakeholders*; o público ocidental, com exigências ambientais e sociais elevadas e para onde a maior parte das madeiras são exportadas; e para outros grupos de pressão, como ONGs, com poder de efetivamente criticar e alterar a perceção que os restantes *stakeholders* têm das empresas. Por outro lado, as empresas dão menos saliência aos grupos de comunidades locais, de pouco poder de influência, e às organizações institucionais locais, com interesses alinhados com os das empresas.

De acordo com o quarto objetivo da dissertação, foram discutidas criticamente as informações publicadas, relacionando-as com a realidade da Bacia do Congo. Uma análise atenta ao discurso empresarial revela que este raramente tem como objetivos primeiros atividades com vista à promoção do desenvolvimento social e sustentável da realidade socioeconómica e ambiental da BC, focando-se, alternativamente, no desenvolvimento empresarial (económico) através de atividades de RSE. As empresas sentem-se forçadas pelas exigências crescentes dos seus *stakeholders* a discursar sobre políticas e iniciativas de RSE, não querendo ir além do que lhes é estritamente exigido, especialmente se essas atividades não lhes trouxerem lucro. Do modo como o discurso é construído, o desenvolvimento social pode ser facilmente alcançado através de melhorias incrementais ao paradigma económico vigente.

Surgem também algumas questões às quais o presente trabalho não tinha como objetivo dar resposta. É possível que o discurso das empresas reflita as preocupações dos *stakeholders*, mais ou menos exigentes, de acordo com fatores políticos, económicos, sociais, culturais ou mesmo tecnológicos dos contextos onde estão sedeadas. Tentativas de aproximação a mercados de exportação também redirecionará as características da divulgação de RSE. Por exemplo, as empresas poderão optar por não tocar em assuntos que lhes são sensíveis, de modo a evitar escrutínio, críticas ou a criação de expectativas às quais não sejam capazes de (ou estejam interessadas em) dar resposta. Alternativamente, as empresas poderão tentar redirecionar o foco

do discurso para áreas em que estejam mais confortáveis. As empresas poderão estar a negociar com populações locais com o objetivo de lhes impor os interesses corporativos. As comunidades locais não estão informadas sobre os seus direitos civis e por isso não se fazem ouvir coletivamente. Raramente são incluídas nas equipas das empresas, perdendo-se assim os seus conhecimentos valiosos que poderiam contribuir para o sucesso das iniciativas sociais. A divulgação poderá ser uma ferramenta para legitimar moralmente os interesses capitalistas das firmas do setor, independentemente dos impactos positivos ou negativos que as iniciativas de RSE tenham no contexto onde são aplicadas. A RSE deveria lidar com as externalidades das atividades económicas das empresas. Contudo, verificou-se que o discurso assenta numa continuidade do paradigma empresarial e económico, e as externalidades são pouco debatidas. Os custos reais da exploração madeireira, incluindo custos de reflorestação, de preservação dos ecossistemas e custos sociais, por exemplo, não são divulgados, e é provável que as empresas não incorram nestes custos, mesmo que o divulguem, deixando para os governos locais a responsabilidade de lidar com os impactos negativos das suas atividades económicas. Simultaneamente, a implementação de certas medidas de RSE por parte das empresas são justificadas por vantagens financeiras, ou seja, as empresas apenas se dispõem a ser socialmente e ambientalmente responsáveis se essas atividades de certa forma as enriquecerem.

Apesar de elucidativo, o presente trabalho apresenta limitações. Uma das grandes lacunas na literatura sobre o tema é a inexistência de estudos abordando as pequenas e médias empresas. Teria sido interessante colmatar esta lacuna na investigação, relacionando a dimensão da empresa com o relevo dado à RSE, mas deparou-se com dificuldades na avaliação da dimensão das empresas, pois a maior parte revelou-se relutante em divulgar dados financeiros. Os padrões e as exigências de RSE poderão estar a marginalizar as firmas de menores dimensões, que perfazem uma proporção considerável da economia. Estas poderão não ter meios para competir no campo social com as grandes multinacionais, mas também não terão um público tão atento nem tanta pressão para comunicar a RSE. Apesar de este trabalho ter organizado as empresas em regiões, deve-se ter cuidado com as generalizações formuladas: os países dentro de cada grupo podem diferir substancialmente uns dos outros nos seus níveis de desenvolvimento económico, sistemas políticos e legais e normas culturais. Devido à natureza da própria internet, algumas empresas poderão não ter sido incluídas no universo, pois sem a devida promoção, alguns *websites* podem tornar-se invisíveis a motores de busca. Outra limitação do estudo é que se relaciona com um período muito restrito de coleta de dados, o que impede a avaliação do

modo como o discurso de RSE tem vindo a evoluir com o tempo. A volatilidade da informação encontrada na internet aumenta a significância deste fator, apesar de ser uma característica inevitável do estudo de material *online*. Finalmente, existe algum risco de subjetividade, inerente ao método de análise de conteúdo.

No futuro poder-se-á alargar o estudo à totalidade das regiões de florestas tropicais húmidas, nomeadamente à Amazónia e ao Sudeste Asiático, de modo a comparar as diferenças de cada uma destas regiões, com florestas de importância global equiparável, dominadas por exploração florestal irresponsável e insustentável. Uma investigação mais aprofundada poderia incluir o contacto com as empresas estudadas e, através de entrevistas, tentar compreender melhor as intenções por trás das comunicações.

7. BIBLIOGRAFIA

- Abrams, F.K. (1951) "Management's responsibilities in a complex world" *Harvard Business Review*, XXIX, pp. 29–34.
- Adams, C. (2002) "Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting" *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Vol. 15, No. 2, pp. 223–250.
- Alemagi, D; Oben, P.M.; Ertel, J. (2006) "Implementing environmental management systems in industries along the Atlantic coast of Cameroon: Drivers, benefits and barriers" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 13, pp. 221-232.
- Asian Development Bank (2016) "Health" <https://www.adb.org/sectors/health/main> [16 de dezembro de 2016]
- Banerjee, S.B. (2001) "Managerial Perceptions of Corporate Environmentalism: Interpretations from Industry and Strategic Implications for Organizations" *Journal of Management Studies*. Vol. 38, No. 4, pp. 489–513.
- Banerjee, S.B. (2008) "Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly" *Critical Sociology*. Vol. 34, No. 1, pp. 51-79.
- Barkemeyer, R. (2009) "Beyond compliance – below expectations? CSR in the context of international development" *Business Ethics: A European Review*. Vol. 18, No. 3, pp. 273-289.
- Barkemeyer, R.; Figge, F.; Holt, D.; Hahn, T. (2009) "What the papers say: trends in sustainability: a corporate analysis of 115 leading national newspapers worldwide" *Journal of Corporate Citizenship*. Vol. 33, pp. 69-86.
- Baskin, J. (2006) "Corporate responsibility in emerging markets" *Journal of Corporate Citizenship*. Vol. 24, pp. 29-47.
- Bayoud, N.S.; Kavanagh, M.; Slaughter, G. (2012) "Factors influencing levels of corporate social responsibility disclosure by Libyan firms: A mixed study" *International Journal of Economics and Finance*. Vol. 4, pp. 13-29.
- Bele, M.Y.; Sonwa, D.J.; Tiani, AM. (2015) "Adapting the Congo Basin forests management to climate change: Linkages among biodiversity, forest loss, and human well-being" *Forest Policy and Economics*. Vol. 50, pp. 1-10.
- Berger, I.E.; Cunningham, P; Drumwright, M.E. (2007) "Mainstreaming corporate social responsibility: developing markets for virtue" *California Management Review*, Vol. 49, pp. 132–157.
- Berman, S.L.; Wicks, A.C.; Kotha, S.; Jones, T.M. (1999) "Does stakeholder orientation matter? The relationship between stakeholder management models and firm financial performance" *Academy of Management Journal*, vol. 42, pp. 486–506.
- Bernstein, A. (2000). "Too much corporate power" *Business Week*. Vol. 11, p. 149.
- Billand, A.; Nasi, R. (2008) "Production dans les forêts de conservation, conservation dans les forêts de production: vers des forêts tropicales durables, à partir du cas de l'Afrique central" In: Méral, P., Castellanet, C., Lapeyre, R. "La gestion concertée des ressources naturelles – L'épreuve du temps." *Coll. Économie et développement, Editions Gret et Karthala*, pp. 201–219.
- Blowfield, M. (2005) "Corporate Social Responsibility: reinventing the meaning of development?" *International Affairs*. Vol. 81, No. 3, pp. 515-524.
- Blowfield, M.; Frynas, J.G. (2005) "Setting new agendas: critical perspectives on Corporate Social Responsibility in the developing world" *International Affairs*. Vol. 81, No. 3, pp. 499-513.

- Blowfield, M., Murray, A. (2008) "Corporate Social Responsibility: A Critical Introduction" *Oxford University Press*. ISBN: 978-0-19-920909-5.
- Boatright, R. (2003) "Ethics and the conduct of business" *Pearson Education International*, New York.
- Brammer, S.; Pavelin, S. (2004). "Voluntary social disclosure by large UK companies" *Business Ethics: A European Review*, Vol. 13, No. 2, 86–99.
- Brammer, S.; Pavelin, S. (2008) "Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure" *Business Strategy and the Environment*, Vol. 17 No. 2, pp. 120-136.
- Branco, M.C.; Rodrigues, L.L. (2008) "Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies" *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, No. 4, pp. 685-701.
- Brenner, S. N.; Cochran. P. (1991) "The stakeholder theory of the firm: Implications for business and society theory and research" *International Association for Business and Society*. Conference paper, Sundance, UT.
- Brown, N.; Deegan, C. (1998) "The Public Disclosure of Environmental Performance Information – A Dual Test of Media Agenda Setting Theory and Legitimacy Theory" *Accounting and Business Research*, Vol. 29, No. 1, pp. 21 – 41.
- Brown, H.; de Jong, M; Lessidrenska, T. (2009) "The rise of Global Reporting Initiative – the case of institutional entrepreneurship" *Environmental Politics*. Vol. 18, No. 2, pp. 182-200.
- Brown, H.S.; de Jong, M.; Levy, D.L. (2009) "Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting" *Journal of Cleaner Production*. Vol. 15, No. 11-12, pp. 1104-1115.
- Brown, D.; Schreckenberg, K.; Shepherd, G.; Wells, A. (2002) "Forestry as an entrypoint for governance reform" *Forestry Briefing* No. 1, ODI, London.
- Bruch, H.; Walter, F. (2005) "The keys to rethinking corporate philanthropy" *MIT Sloan Management Review*, Vol. 47, pp. 48–56.
- Brunner, J.; Ekoko, F. (2000) "The right conditions: the World Bank, structural adjustment, and forest policy reform" *World Resources Institute*. pp. 59-80.
- Buch, A.; Dixon, A.B. (2009) "South Africa's Working for Water programme: Searching for win-win outcomes for people and the environment" *Sustainable Development*. Vol. 17, No. 3, pp. 129-141.
- BusinessGreen (2008). "CSR initiatives do boost the bottom line" *U.S. Execs*.
- Burgess, N.D.; Hales, J.A.; Ricketts, T.H.; Dinerstein, E. (2006) "Factoring species, non-species values and threats into biodiversity prioritization across the ecoregions of Africa and its islands" *Biological Conservation*. Vol. 127, N. 4, pp. 383-401.
- Bushman, R.M.; Landsman, W.R. (2010) "The pros and cons of regulating corporate reporting: a critical review of the arguments" *Accounting and Business Research*. Vol. 40, No. 3, pp. 259-273.
- Buttoud, G.; Karsenty, A.; Memvie, B.; Tissari, J.; Sollo, J.W. (2005) "Mission Technique de Diagnostic de la Gestion Durable des Forêts en vue d'atteindre l'Objectif 2000 de l'OIBT en appui au Gouvernement de la République Gabonaise". *ITTO*, Yokohama.
- Canby, K. (2006) "Investing in natural tropical forest industries" *ITTO Tropical Forest Update*, Vol. 16, No. 2, pp. 4–8.
- Carroll, A.B. (1979) "A three-dimensional conceptual model of corporate social performance" *Academy of Management Review*. Vol. 4, pp. 497–505.
- Carroll, A.B. (1991) "The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders" *Business Horizons*. July–August, pp. 39–48.

- Carroll, A.B. (1999) "Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct" *Business and Society*, Vol. 38, pp. 268–295.
- Carroll, A.B. (2008) "A history of corporate social responsibility: concepts and practices" *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, pp. 19–46.
- Carroll, A.B. (2009) "A look at the future of business ethics" *Athens Banner-Herald*, 10 January.
- Carroll, A.B.; Buchholtz, A.K. (2009). "Business and Society: Ethics and Stakeholder Management" *Mason, OH: South-Western Cengage Learning*, 7th Edition.
- Carroll, A.B.; Shabana, K.M. (2010) "The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice" *International Journal of Management Reviews*. Vol. 12, No. 1, pp. 85-105.
- Cassagne, B.; Bayol, N.; Rougier, F. (2004) "From concession holders to forest ecosystem managers: the example of Rougier Gabon" *Bois et Forêts des Tropiques*. Vol. 281, pp. 61-70.
- Chapple, W.; Moon, J. (2007) "Introduction: CSR agendas for Asia" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 14, pp. 183-188.
- Charkham, J. (1994) "Keeping Good Company: A Study of Corporate Governance in Five Countries" Clarendon, Oxford.
- Chen, J.C.; Patten, D.M.; Roberts, R. (2008). Corporate charitable contributions: a corporate social performance or legitimacy strategy? *Journal of Business Ethics*, Vol. 82, pp. 131-144.
- CIA (2007) "The World Factbook 2007" *Central Intelligence Agency*. Washington, DC, USA.
- Clark, C.J.; Poulsen, J.R.; Malonga, R.; Elkan, P.W. (2009) "Logging concessions can extend the conservation estate for Central African Tropical Forests" *Conservation Biology*. Vol. 23, pp. 1281–1293.
- Clarkson, M.B.E. (1994) "A Risk Based Model of Stakeholder Theory" *Proceedings of the Second Toronto Conference on Stakeholder Theory*. Centre for Corporate Social Performance & Ethics University of Toronto, Toronto.
- Clarkson, M.B.E. (1995) "A Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance" *Academy of Management Review*. Vol. 20, No. 1, pp. 92-117.
- Cohen, E.; Mougeot, M. (2001) "Enchères et Gestion Publique" *La Documentation Française*, Paris.
- Crane, A.; Matten, D. (2007) "Business ethics", *Oxford University Press Inc.*, 2nd Edition, New York.
- Daft, R. L. (2003) "Management" *Thomson South-Western*, USA.
- Dahlsrud, A. (2006) "How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, September.
- Davis, K. (1960) "Can business afford to ignore social responsibilities?" *California Management Review*, Vol. 2, pp. 70–76.
- Davis, K. (1973) "The Case for and Against Business Assumption of Social Responsibilities" *Academy of Management Journal*. Vol.16, No. 2, pp. 312–322.
- Debroux, A.; Karsenty, A. (1997) "L'implantation des sociétés asiatiques en Afrique centrale: Rimbunan Hijau au Cameroun" *Bois et Forêts des Tropiques*. Vol. 254, pp. 80–85.
- Deegan, C. (2002), "Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation" *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.15, No.3, pp. 282-311.

- Deegan, C. (2013) "Financial accounting theory" *McGraw Hill Book Company*, 4th Edition, Sydney.
- Deegan, C.; Gordon, B. (1996) "A study of the environmental disclosure practices of Australian corporations" *Accounting and Business Research*, Vol. 26, No. 3, pp. 187-199.
- Deegan, C.; Rankin, M. (1996). "Do Australian companies objectively report environmental news? An analysis of environmental disclosures by firms successfully prosecuted by the Environmental Protection Authority" *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. Vol. 9, No. 2, pp. 50-67.
- Deegan, C.; Unerman, J. (2011) "Financial accounting theory" *McGraw-Hill*, Sydney.
- Defourny, P.; Delhange, C.; Kibambe Lubamba, J.P. (2011) "Analyse quantitative des causes de la déforestation et de la dégradation des forêts en République Démocratique du Congo" *UCL/FAO/CN REDD*, Kinshasa.
- De Schutter, O. (2008). "Corporate social responsibility European style" *European Law Journal*, Vol. 14, pp. 203–236.
- de Wasseige, C.; Devers, D.; de Marcken, P.; Eba'a Atyi, R.; Nasi, R.; Mayaux, P. (2009). "Les Forêts du Bassin du Congo – Etat des Forêts 2008". *Office des publications de l'Union Européenne*, Luxembourg.
- de Wasseige, C.; Flynn, J.; Louppe, D.; Hiol, F.; Mayaux, P. (2014). "The forests of the Congo Basin: State of the Forest 2013" *Weyrich. Belgium*. 328p. ISBN: 978-2-87489-299-8.
- de Wasseige, C.; Tadoum, M.; Eba'a Atyi R.; Doumenge, C. (2015) "The Forests of the Congo Basin – Forests and climate change" *Weyrich. Belgium*. p.128 ISBN: 978-2-87489-355-1.
- Dkamela, G.P. (2011) "The context of REDD+ in Cameroon: Drivers, agents and institutions." *Occasional Paper No. 57, Center for International Forestry Research*. Bogor, Indonesia. ISBN: 978-602-8693-32-5.
- Dobers, P.; Halme, M. (2009) "Editorial: Corporate Social Responsibility and Developing Countries" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 16, pp. 237-249.
- Donaldson, T; Preston, L.E. (1995) "The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications" *Academy of Management Review*. Vol. 20, No. 1, pp. 65-91.
- Driscoll, C.; Starik, M. (2004) "The Primordial Stakeholder: Advancing the Conceptual Consideration of Stakeholder Status for the Natural Environment" *Journal of Business Ethics*. Vol. 49, pp. 55-73.
- Drucker, P.F. (1984) "The new meaning of corporate social responsibility" *California Management Review*, Vol. 26, pp. 53–63.
- Dudley, N. (1995) "Transnational Companies and Global Forest Resources" *WWF UK*. pp. 1-15.
- Duggar, W.M. (1989) "Corporate Hegemony". *Greenwood*: Westport.
- Dunfee, T.W. (2006) "Do firms with unique competencies for rescuing victims of human catastrophes have special obligations? Corporate responsibility and the AIDs catastrophe in sub-Saharan Africa" *Business Ethics Quarterly*. Vol. 16, No. 2, pp. 185-210.
- Dyke, J.; Cash, S.B.; Brody, S.; Thornton, S. (2005) "Examining the role of the forest industry in collaborative eco-system management: implications for corporate strategy" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 12, pp. 10-18.
- Edoho, F.M. (2008) "Oil transnational corporations: Corporate social responsibility and environmental sustainability" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 15, No. 4, pp. 210-222.
- Eves, H.; Stein, J.; Wilkie, D. (2002) "The bush meat crisis in West and Central Africa" *Bush Meat Crisis Task Force*. Silver Spring, Maryland, USA.

- Eweje, G. (2006) "The role of MNEs in community development initiatives in developing countries. Corporate social responsibility at work in Nigeria and South Africa" *Business and Society*. Vol. 45, No. 2, pp. 93-129.
- Ezzine de Blas, D.; Ruiz-Pérez, M. (2006) "Cameroonian Community Forests: Lessons after a Decade of Implementation" *WWF-International*, unpublished report.
- Ezzine de Blas, D.; Ruiz-Pérez, M. (2008) "Prospects for Reduced Impact Logging in Central African logging concessions" *Forest Ecology and Management*. Vol. 256, pp. 1509-1516.
- Ezzine de Blas, D.; Ruiz-Pérez, M.; Sayer, J.A.; Lescuyer, G.; Nasi, R.; Karsenty, A. (2009) "External influences on and conditions for community logging management in Cameroon" *World Development*. Vol. 37, No. 2, pp. 445-456.
- Fargeot, C.; Forni, E.; Nasi, R. (2004) "Réflexions sur l'aménagement des forêts de production dans le bassin du Congo" *Bois et Forêts des Tropiques*. Vol. 281, pp. 19-34.
- Finegan, B.; Nasi, R. (2004) "The biodiversity and conservation potential of swidden agricultural landscapes" In: Götz et al., "Agroforestry and Biological Conservation in Tropical Landscapes." *Island Press*, pp. 153-197.
- Fineman, S. (1998) "The Natural Environment, Organization and Ethics" *Ethics and Organizations*, A. Parker (ed.), pp. 238-52. Sage: London.
- Fochivé, E. (2005) "Évolution du secteur forestier sur la période 1998-2004 (opérateurs économiques, investissements, emplois)". *World Bank*, Yaounde.
- Fombrun, C.; Shanley, M. (1990) "What's a name? Reputation building and corporate strategy" *Academy of Management Review*. Vol. 33, pp. 233-258.
- Frederick, W.C. (1960) "The growing concern over social responsibility" *California Management Review*, Vol. 2, pp. 54-61.
- Frederick, W.C. (2006) "Corporation, Be Good! The Story of Corporate Social Responsibility" *Dogear Publishing*, Indianapolis.
- Freeman, R. E. (1984) "Strategic management: A stakeholder approach" *Pitman*, Boston.
- Friedman, M. (1962) "The social responsibility of business is to increase its profits" *New York Times*, September, p. 126.
- FSC (2016) Forest Stewardship Council. Disponível em: <https://ic.fsc.org/en>, acedido a 7 de Outubro de 2016.
- Gamerschlag, R.; Moller, K.; Verbeeten, F. (2011), "Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany" *Review of Managerial Science*, Vol. 5 Nos. 2-3, pp. 233-262.
- Garriga, E.; Melé, D. (2004) "Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory" *Journal of Business Ethics*. Vol. 53, pp. 51-71.
- Gerson, B. (2007) "CSR best practices" *China Business Review*. Vol. 34, No. 3, pp. 20-25.
- Gjølberg, M. (2009) "Measuring the immeasurable? Constructing and index of CSR practices and CSR performance in 20 countries" *Scandinavian Journal of Management*. Vol. 25, No. 1, pp. 10-22.
- Graves, S.P.; Waddock, S.; Kelly, M. (2001) "How do you measure corporate citizenship?" *Business Ethics*. Vol. 12, No. 2, pp. 155-187.
- Gray, R.; Kouhy, R.; Lavers, S. (1995) "Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure" *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 8 No. 2, pp. 47-77.
- Greenpeace (2003) "Chainsaw criminal Wijma" *Forest crime file: Corporate Crimes*, Disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/Global/international/planet-2/report/2003/4/chainsaw-criminal-wijma.pdf>, acedido a 5 de outubro de 2016

- Griffin, J.J.; Mahon, J.F. (1997) "The corporate social performance and corporate financial performance debate" *Business & Society*. Vol. 36, p. 5.
- Guthrie, J.; Parker, L. D. (1989) "Corporate social reporting: a rebuttal of legitimacy theory" *Accounting and Business Research*. Vol. 19, No. 76, pp. 343-352.
- Haddock-Fraser, J.; Fraser, I. (2008) "Assessing corporate environmental reporting motivations: differences between 'close-to-market' and 'business-to-business' companies" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 15 No. 3, pp. 140-155.
- Haigh, N.; Griffiths, A. (2009) "The Natural Environment as a Primary Stakeholder: the Case of Climate Change" *Business Strategy and the Environment*. Vol. 18, pp. 347-359.
- Halme, M.; Niskanen, J. (2001) "Does corporate environmental protection increase or decrease shareholder value? The case of environmental investments" *Business Strategy and the Environment*. Vol. 10, No. 4, pp. 200-214.
- Hamann, R. (2006) "Can business make decisive contributions to development? Towards a research agenda on corporate citizenship and beyond" *Development Southern Africa*. Vol. 23, pp. 175-195.
- Han, X.; Hansen, E. (2012) "Corporate Social Responsibility Implementation in the Global Forest Sector" *The Journal of Corporate Citizenship*. Vol. 2012, No. 47, pp. 101-118.
- Hawken, P. (1995) "The Ecology of Commerce: A Declaration of Sustainability". *Phoenix*, London.
- Hayek, F.A. (1969) "The corporation in a democratic society: in whose interest ought it and will it be run?" *Business Strategy*. Ansoff, H. (ed.), Penguin Books, Harmondsworth, p. 225.
- Hogner, R. H. (1982) "Corporate social reporting: eight decades of development at US Steel" *Research in Corporate Performance and Policy*. Vol. 4, pp. 243-250.
- Holder-Webb, L.; Cohen, J.; Nath, L.; Wood, D. (2009) "The supply of corporate social responsibility disclosures among U.S. firms" *Journal of Business Ethics*. Vol. 84, No. 4, pp. 497-527.
- Holme, R.; Watts, P. (2000) "Corporate Social Responsibility: Making Good Business Sense" *World Business Council for Sustainable Development*, Geneva.
- Human Development Report (2015) "Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience" *Human Development Report Office, United Nations Development Programme*.
- Ickowitz, A. (2006) "Shifting cultivation and deforestation in tropical Africa: critical Reflections" *Development and Change*. Vol. 37, No. 3, pp. 599-626.
- Idemudia, U. (2011) "Corporate social responsibility and developing countries: moving the critical CSR research agenda in Africa forward" *Progress in Development Studies*. Vol. 11, No. 1, pp. 1-18.
- Idemudia, U.; Ite, U.E. (2006) "Corporate community relations in Nigeria's oil industry: Challenges and imperatives" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 13, pp. 194-206.
- IPPC (2014) "Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part B: Regional Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change." *Barros, V.R., Field, C.B., Dokken, D.J., Mastrandrea, M.D., Mach, K.J., Bilir, T.E., Chatterjee, M., Ebi, K.L., Estrada, Y.O., Genova, R.C., Girma, B., Kissel, E.S., Levy, A.N., MacCracken, S., Mastrandrea, P.R., White, L.L., United Kingdom and New York, NY, USA: Cambridge University Press, Cambridge*, pp. 1199-1265.

- Ite, U.E. (2004) "Multinationals and corporate social responsibility in developing countries: A case study of Nigeria" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 11, No. 1, pp. 1-11.
- Ite, U.E. (2005) "Poverty reduction in resource-rich developing countries: what have multinational corporations got to do with it?" *Journal of International Development*. Vol. 17, pp. 913-929.
- Ite, U.E. (2007a) "Changing times and strategies: Shell's contribution to sustainable community development in the Niger Delta, Nigeria" *Sustainable Development*. Vol. 15, No. 1, pp. 1-14.
- Ite, U.E. (2007b) "Partnering with the state for sustainable development: Shell's experience in the Niger Delta, Nigeria" *Sustainable Development*. Vol. 15, pp. 216-228.
- ITTO (2004) "Annual Review and Assessment of the World Timber Situation 2003" *International Tropical Timber Organization*. Yokohama, Japan.
- ITTO (2005) "Chinese seek certified tropical wood" *Tropical Timber Market Report*, 1-15 October, pp. 4-5.
- ITTO (2006) "Annual Review and Assessment of the World Timber Situation 2005" *ITTO*, Yokohama.
- ITTO (2007) "Report from Central-West Africa. Unabated demand from Asia drives log prices up." *Tropical Timber Market Report*. Vol. 12, No. 2.
- IUCN (2016) "Forest" *International Union for Conservation of Nature*. Disponible em: <https://www.iucn.org/about/work/programmes/forest/>, aceso a 16 de abril de 2016.
- Jamali, D. (2007) "The Case for Strategic Corporate Social Responsibility in Developing Countries" *Business and Society Review*. Vol. 112, No. 1, pp. 1-27.
- Jamali, D.; Mirshak, R. (2007) "Corporate social responsibility (CSR): Theory and practice in a developing country context" *Journal of Business Ethics*. Vol. 72, pp. 243-262.
- Jamali, D.; Safieddine, A.M.; Rabbath, M. (2008) "Corporate Governance and Corporate Social Responsibility Synergies and Interrelationships" *Corporate Governance: An International Review*, Vol. 16, No. 5, pp. 443-459.
- Jamali, D.; Sinani, Y. (2011) "In CSR Counterproductive In Developing Countries: The Unheard Voices of Change" *Journal of Change Management*. Vol. 11, No. 1, pp. 69-71.
- Jenkins, R. (2005) "Globalization, Corporate Social Responsibility and poverty" *International Affairs*. Vol. 81, No. 3, pp. 525-540.
- Jenkins, H.; Yakovleva, N. (2006) "Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure" *Journal of Cleaner Production*. Vol. 14, pp. 271-284.
- Jensen, M.C. (2002) "Value maximization, stakeholder theory and the corporate objective function" *Business Ethics Quarterly*. Vol. 12, No. 2, pp. 235-256.
- Jonker, J.; Marberg, A. (2007) "Corporate Social Responsibility Quo Vadis? A Critical Inquiry into a Discursive Struggle" *Journal of Corporate Citizenship*. Vol. 27, pp. 107-118.
- Kamei, N. (2001) "An educational project in the forest: schooling for the Baka children in Cameroon" *African Study Monographs*. Vol. 22, pp. 185-195.
- Karsenty, A. (2006) "L'impact des reformes forestières dans le secteur forestier en Afrique Centrale" In: Nasi, R., N'guinguiri, J.C., Ezzine de Blas, D. "Exploitation et gestion durable des forêts en Afrique Centrale" *L'Harmattan*, Paris, pp. 25-60.
- Karsenty, A.; Drigo, I.G.; Piketty, M.G.; Singer, B. (2008) "Regulating industrial forest concessions in Central Africa and South America" *Forest Ecology and Management*. Vol. 256, pp. 1498-1508

- Karsenty, A.; Roda, J.M.; Fochivé, E.; Milol, A.; Kuetché, M. (2006) "Audit économique et financier du secteur forestier au Cameroun" *Ministry of Economics and Finances*, Cameroon.
- Kehbila, A.G.; Ertel, J; Brent, A.C. (2009) "Strategic corporate environmental management within the South African automotive industry: Motivations, benefits, hurdles" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 16, No. 6, pp. 310-323.
- Keitumetse, S.O. (2009) "Sustainable development and cultural heritage management in Botswana: Towards sustainable communities" *Sustainable Development*. Vol. 19, No. 1, pp. 49-59.
- Kengoum, F.; Tiani, A.M. (2013) "Adaptation and mitigation policies in Cameroon: pathways of synergy" *Center for International Forestry Research*. Bogor, Indonesia: vol. vii, p. 38. ISBN: 978-602-1504-38-3.
- Kennedy, D. (2007) "Sustainability" *Science*. Vol. 315, No. 5812, p. 573.
- Khan, F.R.; Lund-Thomsen, P. (2011) "CSR as Imperialism: Towards a Phenomenological Approach to CSR In the Developing World" *Journal of Change Management*. Vol. 11, No.1, pp. 73-90.
- Kolk, A.; Lenfant, F. (2013) "Multinationals, CSR and Partnerships in Central African Conflict Countries" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 20, pp. 43-54.
- Kolk, A.; Hong, P.; van Dolen, W. (2010) "Corporate Social Responsibility in China: an Analysis of Domestic and Foreign Retailers' Sustainability Dimensions" *Business Strategy and the Environment*. Vol. 19, pp. 289-303.
- Kolk, A.; Walhain, S.; Wateringer, S. (2001) "Environmental reporting by the fortune global 250: exploring the influence of nationality and sector" *Business Strategy and the Environment*, Vol. 10, No. 1, pp. 15-28.
- Kotler, P.; Lee, N., 2005. "Corporate social responsibility: Doing the most good for your company and your cause. Best practices from Hewlett-Packard, Ben & Jerry's, and other leading companies" *John Wiley & Sons*, New Jersey, USA.
- Kristof, N.D. (1997) "As the World Intrudes, Pygmies Feel Endangered" *New York Times*. Disponível em: <http://nyti.ms/2dNvAhz>, acessado a 10 de Outubro de 2016.
- Kurucz, E.; Colbert, B.; Wheeler, D. (2008). "The business case for corporate social responsibility". *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, pp. 83-112.
- Kuznetsov, A.; Kuznetsova, O.; Warren, R. (2009) "CSR and legitimacy of business in transition economies: The case of Russia" *Scandinavian Journal of Management*. Vol. 25, No. 1, pp. 37-45.
- Kytle, B.; Hamilton, B.A.; Ruggie, J.G. (2005) "Corporate social responsibility as risk management: A model for multinationals" *Social Responsibility Initiative Working Paper*. No. 10, Cambridge, MA.
- Laine, M. (2005) "Meanings of the term 'sustainable development' in Finnish corporate disclosures". *Accounting Forum*. Vol. 29, pp. 395-413.
- Laird, S.A. (1995) "The Natural Management of Tropical Forest for Timber and Non-Timber Products" *Occasional papers* Vol. 49, Oxford Forestry Institute, Oxford, p. 63.
- Laird, S.A. (1999) *In: Sunderland, T.C.H., Clark, L.E., Vantomme, P. "The Management of Forests for Timber and Non-timber Forest Products in Central Africa" FAO, Rome, pp. 51-60.*
- Laporte, N.T.; Stabach, J.A.; Grosch, R.; Lin, T.S.; Goetz, S.J. (2007) "Expansion of industrial logging in Central Africa" *Science*. Vol. 316, No. 5830, p. 1451.

- Laurance, W.F.; Croes, B.M.; Guissouegou, N.; Buij, R.; Dethier, M.; Alonso, A. (2008) "Impacts of roads, hunting, and habitat alteration on nocturnal mammals in African rainforests" *Conservation Biology*. Vol. 22, pp. 721–732.
- Laurance, W.F.; Croes, B.M.; Tchignoumba, L.; Lahm, S.A.; Alonso, A.; Lee, M.; Campbell, P.; Ondzeano, C. (2006) "Impacts of roads and hunting on central-African rainforest mammals" *Conservation Biology*. Vol. 20, pp. 1251–1261.
- Lee, M.P. (2008) "A review of the theories of corporate social responsibility: its evolutionary path and the road ahead" *International Journal of Management Reviews*. Vol. 10, pp. 53–73.
- Leonhardt, A. (2006) "Baka and the Magic of the State: Between Autochtony and Citizenship". *African Studies Review*. Vol. 49, No. 2, pp. 69–94.
- Lescuyer, G. (2014) "Evaluation économique de la chasse villageoise" In: Eba'a Atyi, R.; Lescuyer, G.; Ngouhouo Poufoun, J.; Moulende Fouda (eds.) *Etude de l'importance économique et sociale du secteur forestier et faunique au Cameroun. CIFOR-MINFOF*.
- Levitt, T. (1958) "The dangers of social responsibility" *Harvard Business Review*, September–October, pp. 41–50.
- Levy, D.; Brown, H.; de Jong, M. (2010) "The contested politics of corporate governance. The case of the Global Reporting Initiative" *Business and Society*. Vol. 49, No. 1, pp. 88–115.
- Li, N.; Toppinen, A. (2011) "Corporate responsibility and sustainable competitive advantage in forest-based industry: Complementary or conflicting goals?" *Forest Policy and Economics*. Vol. 13, pp. 113–123.
- Li, S.; Fetscherin, M.; Alon, I.; Lattemann, C.; Yeh, K. (2010) "Corporate Social Responsibility in Emerging Markets. The Importance of the Governance" *Environment Management International Review*. Vol. 50, pp. 635–654
- Liang, J.; Crowther, T.W.; Picard, N.; Wiser, S.; Zhou, M.; Alberti, G.; Schulze, ED.; McGuire, A.D.; Bozzato, F.; Pretzsch, H.; de-Miguel, S.; Paquette, A.; Héroult, B.; Scherer-Lorenzen, M.; Barrett, C.B.; Glick, H.B.; Hengeveld, G.M.; Nabuurs, G.J.; Pfautsch, S.; Viana, H.; Vibrans, A.C.; Ammer, C.; Schall, P.; Verbyla, D.; Tchebakova, N.; Fischer, M.; Watson, J.V.; Chen, H.Y.H.; Lei, X.; Schelhaas, M.J.; Lu, H.; Gianelle, D.; Parfenova, E.I.; Salas, C.; Lee, E.; Lee, B.; Kim, H.S.; Bruelheide, H.; Coomes, D.A.; Piotta, D.; Sunderland, T.; Schmid, B.; Gourlet-Fleury, S.; Sonké, B.; Tavani, R.; Zhu, J.; Brandl, S.; Vayreda, J.; Kitahara, F.; Searle, E.B.; Neldner, V.J.; Ngugi, M.R.; Baraloto, C.; Frizzera, L.; Bałazy, R.; Oleksyn, J.; Zawila-Niedźwiecki, T.; Bouriaud, O.; Bussotti, F.; Finér, L.; Jaroszewicz, B.; Jucker, T.; Valladares, F.; Jagodzinski, A.M.; Peri, P.L.; Gonmadje, C.; Marthy, W.; O'Brien, T.; Martin, E.H.; Marshall, A.R.; Rovero, F.; Bitariho, R.; Niklaus, P.A.; Alvarez-Loayza, P.; Chamuya, N.; Valencia, P.; Mortier, F.; Wortel, V.; Engone-Obiang, N.L.; Ferreira, L.V.; Odeke, D.E.; Vasquez, R.M.; Lewis, S.L.; Reich, P.B. (2016) "Positive biodiversity-productivity relationship predominant in global forests" *Science*. Vol. 354, No. 6309.
- Lindblom, C. K. (1994) "The implications of organization legitimacy for corporate social performance and disclosure" *Critical Perspectives on Accounting Conference* (Paper), New York, NY.
- Lu, X. (2009). "A Chinese perspective: Business ethics in China now and in the future" *Journal of Business Ethics*. Vol. 86, No. 4, pp. 451–461.
- Lund-Thomsen, P. (2004) "Towards a critical framework on corporate social and environmental responsibility in the south: the case of Pakistan" *Development*. Vol. 47, No. 2, pp. 106–113.

- Mahon, J.F.; Griffin, J.J. (1999) "Painting a portrait: a reply" *Business and Society*. Vol. 38, pp. 126–133.
- Maignan I.; Ralston, D.A. (2002) "Corporate social responsibility in Europe and the US: insights from businesses' self-representations" *Journal of International Business Studies*. Vol. 33, No. 3, pp. 497–514.
- Margolis, J.D.; Walsh, J.P. (2003) "Misery loves companies: social initiatives by business" *Administrative Science Quarterly*, Vol. 48, pp. 268–305.
- Martius, C. (2015) "REDD+ in Africa: status, trends and developments. Study Report" *Center for International Forestry Research*. Bogor, Indonesia.
- Maslow, A.H. (1943) "A Theory of Human Motivation" *Psychological Review*. Vol. 50, pp. 370-396.
- Mayaux, P.; Bartholomé, E.; Fritz, S.; Belward, A. (2004) "A new land-cover map of Africa for the year 2000" *Journal of Biogeography*. Vol. 31, No. 6, pp. 861-877.
- McGuire, J. (1963). "Business and Society" *McGraw-Hill*, New York.
- McWilliams, A.; Siegel, D. (2001) "Corporate Social Responsibility: A Theory of the Firm Perspective" *Academy of Management Review*. Vol. 26, No.5, pp. 117–27.
- Megevand, C.; Mosnier, A.; Hourticq, J.; Sanders, K.; Doetinchem, N.; Strack, C. (2013) "Deforestation Trends in the Congo Basin: Reconciling Economic Growth and Forest Protection" *The World Bank*. p. 179. ISBN: 978-0-8213-9742-8.
- Melé, D. (2008) "Corporate Social Responsibility Theories", in Crane, A., Williams, A., Matten, D., Moon, J., Siegel, D.S. "The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility" *Oxford University Press*. Oxford-New York, pp.47-82.
- Merino, A.; Valor, C. (2011) "The potential of Corporate Social Responsibility to eradicate poverty: an ongoing debate" *Development in Practice*. Vol. 21, No. 2, pp. 157-167.
- Mikkilä, M. (2005) "Observing corporate social performance empirically through the acceptability concept: a global study" *Corporate Social Responsibility and the Environmental Management*. Vol. 12, No. 4, pp. 183-196.
- Mikkilä, M. (2006) "The many faces of responsibility: Acceptability of the global pulp and paper industry in various societies" *Dissertationes Forestales 25*, Faculty of Forestry, University of Joensuu.
- Mikkilä, M.; Kolehmainen, O.; Pukkala, T. (2005) "Multi-attribute assessment of acceptability of operations in the pulp and paper industries" *Forest Policy and Economics*. Vol. 7, pp. 227-243.
- Mikkilä, M.; Toppinen, A. (2008) "Corporate responsibility reporting by large pulp and paper companies" *Forest Policy and Economics*. Vol. 10, pp. 500-506.
- Milgrom, P.R.; Weber, R.J. (1982) "A theory of auctions and competitive bidding, Part I" *Econometrica*. Vol. 50, pp. 1089–1122.
- Mitchell, C.G.; Hill, T. (2009) "Corporate social and environmental reporting and the impact of international environmental policy in South Africa" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 16, No. 1, pp. 48-60.
- Mitchell, R.K; Agle, B.R.; Wood, D.J. (1997) "Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts" *Academy of Management Review*. Vol. 22, No. 4, pp. 853-886.
- Montiel, I. (2008) "Corporate Social Responsibility and Corporate Sustainability: Separate Pasts, Common Futures" *Organization & Environment*. Vol. 21, No. 3, pp. 245-269.
- Munshi, D.; Kurian, P. (2005) "Imperializing spin cycles: A postcolonial look at public relations, greenwashing, and the separation of publics" *Public Relations Review*. Vol. 31, pp. 513-520.

- Murphy, P.E. (1978) "An evolution: corporate social responsiveness" *University of Michigan Business Review*, November, pp. 20–22.
- Myllyvainio, S.; Virkkala, N. (2006) "Corporate Social Responsibility: a Concept under Translation in China." MBA thesis, *Örebro University, Dept. of Business, Economics, Statistics and Informatics*.
- Nasi, R.; Billand, A.; Vanvliet, N. (2011) "Empty forests, empty stomachs: bushmeat and livelihoods in Congo and Amazon Basins" *International Forestry Review*. pp. 355-368.
- Nasi, R.; Billand, A.; Vanvliet, N. (2012) "Managing for timber and biodiversity in the Congo Basin" *Forest Ecology and Management*. Vol. 268, pp. 103-111.
- Nasi, R.; Brown, D.; Wilkie, D.; Bennett, E.; Tutin, C.; van Tol, G.; Christophersen, T. (2008) "Conservation and Use of Wildlife-based Resources: the Bushmeat Crisis" *Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal, and Center for International Forestry Research (CIFOR)*, Bogor. Technical Series No. 33, Montreal.
- Nasi, R.; Mayaux, P.; Devers, D.; Bayol, N.; Eba'a Atyi, R.; Mugnier, A.; Cassagne, B.; Billand, A.; Sonwa, D. (2009) "Chapter 12: a first look at carbon stocks and their variations in Congo Basin Forests" *In: de Wasseige, C.; Devers, D.; de Marcken, P.; Eba'a Atyi, R.; Nasi, R., Mayaux, Ph., "State of the Forests 2008" Office des publications de l'Union Européenne*. Luxembourg, pp. 191–208.
- Nazli, N.; Ahmad, N.; Sulaiman, M.; Siswanto, D. (2003) "Corporate Social Responsibility Disclosure in Malaysia: An Analysis of Annual Reports of KLSE Listed Companies" *IJUM Journal of Economics and Management*. Vol. 11, No. 1, pp. 1-37.
- Ndoye, O.; Tieguhong, J.C. (2004) "Forest resources and rural livelihoods: the conflict between timber and non-timber forest products in the Congo Basin" *Scandinavian Journal of Forest Research*. Vol. 19, pp. 1–9.
- Nellemann, C. (2012) "Green Carbon, Black Trade: Illegal Logging, Tax Fraud and Laundering in the Worlds Tropical Forests" *Interpol. Environmental Crime Programme* (eds.) ISBN: 978-82-7701-102-8
- Newson, M.; Deegan, C. (2002) "Global expectations and their association with corporate social disclosure practices in Australia, Singapore, and South Korea" *The International Journal of Accounting*. Vol. 37, pp. 183–213.
- Nielsen, A.E.; Thomsen, C. (2007) "Reporting CSR – what and how to say it?" *Corporate Communications: An International Journal*. Vol. 12, No. 1, pp. 25-40.
- Nuhoglo, E. (2003) "An exploratory study of website environmental reporting in Turkey" *Social and Environmental Accounting*. Vol. 23, No. 1, pp. 1–5.
- O'Donovan, G. (1997). "Legitimacy theory and corporate environmental disclosure: some case study evidence" *Accounting Association of Australia and New Zealand Annual Conference*, Hobart.
- Ofori, D.F.; Hinson, R.E. (2007) "Corporate social responsibility (CSR) perspectives of leading firms in Ghana" *Corporate Governance*. Vol. 7, No. 2, pp. 178-193.
- Okafor, L. (2003) "Enhancing business-community relations" *Nigeria National research report*. New Academy of Business and United Nations Volunteers. Lagos, Nigeria.
- Omran, M.A.; El-Galfy, A.M. (2014) "Theoretical perspectives on corporate disclosure: a critical evaluation and literature survey" *Asian Review of Accounting*. Vol. 22, No. 3, pp. 257–286.
- Omran, M.A.; Ramdhony, D. (2015) "Theoretical Perspectives on Corporate Social Responsibility Disclosure: A Critical Review" *International Journal of Accounting and Financial Reporting*. Vol. 5, No. 2, pp. 38-55.

- O'Neill, D.W. (2012) "Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy" *Ecological Economics*. Vol. 84, pp. 221-231.
- O'Neill, D.W. (2015) "The proximity of nations to a socially sustainable steady-state economy" *Journal of Cleaner Production*. Vol. 108, Part A, pp. 1213-1231.
- Ongkrutraksa, W. Y. (2007) "Green marketing and advertising" Em: May, S.; Cheney, G.; Roper, J. (Eds.) "The debate over corporate social responsibility" *New York: Oxford University Press*. pp. 365-378.
- Orlitzky, M.; Schmidt, F.L.; Rynes, S.L. (2003) "Corporate social and financial performance: a meta-analysis" *Organization Studies*, Vol. 24, pp. 403-441.
- O'Sullivan, K. (2006) "Virtue rewarded: companies are suddenly discovering the profit potential of social responsibility" *CFO*, October, pp. 47-52.
- Oyono, P.R.; Diaw, M.C.; Sangkwa, F. (2006) "Les réformes forestières et les nouvelles frontières de la gestion locale au Cameroun: la crise des compromis?" *In: Nasi, R., Nguingiri, J.C., Ezzine de Blas, D. "Exploitation et gestion durable des forêts en Afrique centrale" L'Harmattan, Paris*, pp. 317-367.
- Panwar, R.; Hansen, E. (2007) "The standardization puzzle: an issue management approach to understand corporate social responsibility standards for the forest products industry" *Forest Products Journal*. Vol. 57, No. 12, pp. 86-90.
- Panwar, R.; Hansen, E. (2008) "Corporate social responsibility in forestry" *Unassylva 230*, Vol. 59, pp. 45-48.
- Panwar, R.; Rinne, T.; Hansen, E.; Juslin, H. (2006) "Corporate responsibility: balancing economic, environmental and social issues in the forest products industry" *Forest Products Journal*. Vol. 56, No. 2, pp. 4-12.
- Patten, D. M. (1992) "Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory" *Accounting Organisations and Society*. Vol. 17, No. 5, pp. 471-475.
- Perez, R. (2007) "A propos de la responsabilité globale en management" Journée du Développement Durable et Entreprise" *Association Internationale de Management et Stratégie, Angers*.
- Perrini, F. (2005) "Building a European Portrait of Corporate Social Responsibility Reporting" *European Management Journal*. Vol. 23, No. 6, pp. 611-627.
- Perrow, C. (2002) "Organizing America: Wealth, Power and the Origins of Corporate Capitalism" *Princeton University Press: Princeton*.
- Phillips, R.R.; Freeman, R.E.; Wicks, A.C. (2003) "What stakeholder theory is not" *Business Ethics Quarterly*, Vol.13, pp. 479-502.
- Pinta, F.; Fomete, T. (2004) "Filière bois au Cameroun: vers une gestion durable des forêts et une transformation industrielle performante?" *Bois et Forêts des Tropiques*. Vol. 281, pp. 71-86.
- Porter, M.E.; Kramer, M.R. (2002) "The competitive advantage of corporate philanthropy" *Harvard Business Review*, Vol. 80, pp. 56-69.
- Porter, M.E.; Kramer, M.R. (2006) "Strategy & society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility" *Harvard Business Review*, Vol. 84, pp. 78-92.
- Poulsen, J.R.; Clark, C.J.; Mavah, G.; Elkan, P.W. (2009) "Bushmeat supply and consumption in a tropical logging concession in Northern Congo" *Conservation Biology*, Vol. 23, pp. 1597-1608.
- Prieto-Carrón, M.; Lund-Thomsen, P.; Chan, A.; Muro, A.; Bhushan, C. (2006) "Critical perspectives on CSR and development: what we know, what we don't know, and what we need to know" *International Affairs*. Vol. 82, No. 5, pp. 977-987.

- Radcliff, B. (2017) “How Education and Training Affect the Economy” *Investopedia*. Disponível em: <http://www.investopedia.com/articles/economics/09/education-training-advantages.asp#ixzz4Xcc2pipZ>, acedido a 2 de fevereiro de 2016.
- Ragodoo, N.J.F. (2009) “CSR as a tool to fight against poverty: the case of Mauritius” *Social Responsibility Journal*. Vol. 5, No. 1, pp. 19–33.
- Regan, M.C. (1998) “Corporate Speech and Civic Virtue” *Debating Democracy’s Discontent: Essays on American Politics, Law and Public Philosophy*, pp. 289–306. Oxford University Press: Oxford.
- Rinzin, C.; Vermeulen, A.; Glasbergen, P. (2007) “Public perceptions of Bhutan’s approach to sustainable development in practice” *Sustainable Development*. Vol. 15, No. 1, pp. 52-68.
- Roberts, R. W. (1992) “Determinants of corporate social responsibility disclosure: An application of stakeholder theory” *Accounting, Organisations and Society*, Vol. 17, No. 6, pp. 595-612.
- Rosling, H.; Lindstrand, A.; Bergström, S.; Rubenson, B.; Stenson, B. (2006) “Global health. An introductory textbook” *Studentlitteratur*, Lund.
- Ruiz-Pérez, M.; Ezzine de Blas, D. (2006) “Qui exploite les bois des forêts du bassin du Congo? Une analyse régionale” In: Nasi, R., N’guinguiri, J.C., Ezzine de Blas, D. “Exploitation et gestion durable des forêts en Afrique Centrale”. *L’Harmattan*, Paris, pp. 99–122.
- Ruiz-Pérez, M.; Ezzine de Blas, D.; Nasi, R.; Sayer, J.A.; Sassen, M.; Angoué, C.; Gami, N.; Ndoye, O.; Ngono, G.; Nguinguiri, J.C.; Nzala, D.; Toirambe, B.; Yalibanda, Y. (2005), “Logging in the Congo Basin: A multi-country characterization of timber companies” *Forest Ecology and Management*. Vol. 214, pp. 221-236.
- Schlegelmilch, B.B.; Pollach, I. (2005) “The Perils and Opportunities of Communicating Corporate Ethics” *Journal of Marketing Management* Vol. 21, No. 3, pp. 267–290.
- Schwartz, M.S. (2011) “Corporate social responsibility: An ethical approach.” *Business & Economics*. Broadview Press.
- Schwartz, M.; Carroll, A.B. (2008) “Integrating and unifying competing and complimentary frameworks: the search for a common core in the business and society field” *Business and Society*, Vol. 47, pp. 148–186.
- Seifert, B.; Morris, S.A.; Bartkus, B.R. (2003) “Comparing big givers and small givers: financial correlates of corporate philanthropy” *Journal of Business Ethics*. Vol. 45, pp. 195–211.
- Sen, A. (1999) “Development as freedom” *New York: Anchor Books*.
- Sims, R.R. (2003) “Ethics and Corporate Social Responsibility: Why Giants Fall”, *Praeger*, USA).
- Sist, P.; Picard, N.; Gourlet-Fleury, S. (2003) “Sustainable cutting cycle and yields in a lowland mixed dipterocarp forest of Borneo” *Annals of Forest Science*. Vol. 60, pp. 803–814.
- Sharma, N. (2013) “Theoretical framework for corporate disclosure” *Research Asian Journal of Finance & Accounting*. Vol. 5, No. 1, pp. 183-196.
- Sharma, S.; Vredenburg, H. (1998) “Proactive Corporate Environmental Strategy and the Development of Competitively Valuable Organizational Capabilities” *Strategic Management Journal*. Vol. 19, No. 9, pp. 729–753.
- Shocker, A. D.; Sethi, S. P. (1974) “An approach to incorporating social preferences in developing corporate action strategies” *The Unstable Ground: Corporate Social Policy in a Dynamic Society*. Melville. pp. 67-80.
- Short, T. (2008) “Sustainable development in Rwanda: Industry and government” *Sustainable Development*. Vol. 16, pp. 56-69.

- Smith, N.C. (2003) "Corporate social responsibility: whether or how?" *California Management Review*. Vol. 45, pp. 52–76.
- Smith, S.M.; Alcron, D.S. (1991) "Cause marketing: a new direction in the marketing of corporate responsibility" *Journal of Consumer Marketing*. Vol. 8, pp. 19–35.
- Smith, T. (2005) "Institutional and social investors find common ground" *Journal of Investing*. Vol. 14, pp. 57–65.
- Snell, R.S. (2000) "Studying Moral Ethos Using an Adapted Kohlbergian Model" *Organization Studies*. Vol. 21, No. 1, pp. 267–95.
- Skouloudis, A.; Evangelinos, K. (2012) "A research design for mapping national CSR terrains" *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*. Vol. 19, No.2, pp. 130-143.
- Sobhani, F.A.; Amran, A.; Zainuddin, Y. (2009) "Revisiting the Practices of Corporate Social and Environmental Disclosure in Bangladesh" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 16, pp. 167-183.
- Somorin, O.A.; Brown, H.; Visseren-Hamakers, I.J.; Sonwa, D.J.; Arts, B.; Nkem, J. (2012) "The Congo Basin forests in a changing climate: Policy discourses on adaptation and mitigation (REDD+)" *Global Environment Change*. Vol. 22, No. 1, pp. 288-298.
- Steurer, R.; Martinuzzi, A.; Margula, S. (2012) "Public Policies on CSR in Europe: Themes, Instruments, and Regional Differences" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 19, pp. 206–227.
- Suchman, M.C. (1995) "Managing legitimacy: strategic and institutional approaches" *Academy of Management Journal*. Vol. 20, pp. 571–610.
- Tagesson, T.; Blank, V.; Broberg, P.; Collin, S. (2009) "What explains the extent and content of social and environmental disclosures on corporate websites: a study of social and environmental reporting in Swedish listed corporation" *Corporate Social Responsibility Environment Management*, Vol. 16 No. 6, pp. 352-364.
- Tang, L.; Li, H. (2009) "Corporate social responsibility communication of Chinese and global corporations in China" *Public Relations Review*. Vol 35, pp. 199-212.
- Thaler, R.H. (1988) "Anomalies: The Winner's Curse" *Journal of Economic Perspectives*. Vol. 2, No. 1, pp. 191–202.
- Thibault, M.; Blaney, S. (2003) "The oil industry as an underlying factor in the bushmeat crisis in Central Africa" *Conservation Biology*. Vol. 17, No. 6, pp. 1807–1813.
- Tokarski, K. (1999) "Give and thou shall receive" *Public Relations Quarterly*. Vol. 44, pp. 34-40.
- Toppinen, A.; Korhonen-Kurki, K. (2013) "Global Reporting Initiative and social impact in managing corporate responsibility: a case study of three multinationals in the forest industry" *Business Ethics: A European Review*. Vol. 22, No. 2, pp. 202-217.
- Toppinen, A.; Li, N.; Tuppur, A.; Xiong, Y. (2012) "Corporate Responsibility and Strategic Groups in the Forest-based Industry: Exploratory Analysis based on the Global Reporting Initiative (GRI) Framework" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 19, pp. 191-205.
- Toubraki, M.; Ben Jemâa, O.; Jilani, F. (2014) "Corporate Social Disclosure: Explanatory Theories and Conceptual Framework" *International Journal of Academic Research in Management*. Vol. 3, No. 2, pp. 208-225.
- Tsang, E. W. K. (1998) "A longitudinal study of corporate social reporting in Singapore: the case of the banking, food and beverages and hotel industries" *Accounting Auditing & Accountability Journal*. Vol. 11, No. 5, pp. 624–635.

- Türker, D. (2009) “Measuring Corporate Social Responsibility: A Scale Development Study” *Journal of Business Ethics*. Vol. 85, pp. 411-427.
- UNFCCC (2014) “Status of NAPA implementation under the LDCF” Disponível em: http://unfccc.int/adaptation/knowledge_resources/ldc_portal/items/5632.php, acessado a 16 de março de 2016.
- UNECE (2012) “The North American Forest Sector Outlook Study, 2006-2030” *United Nations Economic Commission for Europe*. New York & Geneva. 65 p. ISBN 978-92-1-117057-3. Disponível em: http://www.unece.org/fileadmin/DAM/timber/publications/SP-29_NAFSOS.pdf, acessado a 31 de janeiro de 2017.
- UIS (2016) “UNESCO Institute for Statistics” Disponível em: <http://data.uis.unesco.org/>, acessado a 16 de dezembro de 2016.
- Valor, C. (2008) “Can consumers buy responsibly? Analysis and solutions for market failures” *Journal of Consumer Policy*. Vol. 31, pp. 315–326.
- van der Hoeven, C.A.; de Boer, W.F.; Prins, H.H.T. (2010) “Roadside conditions as predictor for wildlife crossing probability in a Central African rainforest” *African Journal of Ecology*. Vol. 48, pp. 368–377.
- van der Laan, S. L. (2009) “The role of theory in explaining motivation for corporate social disclosures: Voluntary disclosures vs. solicited disclosures” *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*. Vol. 3, No. 4, pp. 14-29.
- van der Laan Smith, J.; Adhikari, A.; Tondkar, R.H. (2005) “Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective” *Journal of Accounting and Public Policy*. Vol. 24, pp. 123-151.
- Vanvliet, N.; Nasi, R. (2008) “Mammal distribution in a Central African logging concession area” *Biodiversity and Conservation*. Vol. 17, pp. 1241–1249.
- Verdeyen, V.; Put, J.; Buggenhout, B.V. (2004) “A Social Stakeholder Model” *International Journal of Social Welfare*. Vol. 13, pp. 325-331.
- Vidal, N.G.; Kozak, R.A. (2008a) “The recent evolution of corporate responsibility practices in the forestry sector” *International Forestry Review*. Vol. 10, No. 1, pp. 1-13.
- Vidal, N.G.; Kozak, R.A. (2008b) “Corporate responsibility practices in the forestry sector: definitions and the role of context” *The Journal of Corporate Citizenship*. Vol. 31, pp. 59-75.
- Vilar, V.; Simão, J. (2014) “CSR disclosure on the web: major themes in the banking sector” *International Journal of Social Economics*. Vol. 42, No. 3, pp. 296-318.
- Villiers, C.; van Staden, C. (2006) “Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa” *Accounting, Organizations and Society*. Vol. 31, pp. 763-781.
- Visser, W. (2005) “Revisiting Carroll’s CSR pyramid: An African perspective” *Corporate Citizenship in Developing Countries*, Copenhagen. *Copenhagen Business School Press*, pp. 29–56.
- Visser, W.; McIntosh, M.; Middleton, C. (2006) “Corporate citizenship in Africa. Lessons from the past; paths to the future” *Greenleaf Publishing*. Sheffield, pp. 10-17.
- Vogel, D.J. (2005) “Is there a market for virtue? The business case for corporate social responsibility” *California Management Review*. Vol. 47, pp. 19–45.
- Wahba, H. (2010) “How do institutional shareholders manipulate corporate environmental strategy to protect their equity value? A study of the adoption of ISO 14001 by Egyptian firms” *Business Strategy and the Environment*. Vol. 19, No. 8, pp. 495-511.

- Wang, S. (2005) "Managing Canada's forests under a new social contract" *The Forestry Chronicle*. Vol. 81, No. 4, pp. 486–490.
- Wheeler, C.; Colbert, B.; Freeman, R.E. (2003) "Focusing on value: reconciling corporate social responsibility, sustainability and a stakeholder approach in a network world" *Journal of General Management*. Vol. 28, No. 3, pp. 1–28.
- White, A.; Sun, X.; Canby, K.; Xu, J.; Barr, C.; Katsigris, E.; Bull, G.; Cossalter, C.; Nilsson, S. (2006) "China and the Global Market for Forest Products. Transforming Trade to Benefit Forests and Livelihoods" *Forest Trends*, Washington, DC.
- Waddock, S.; Bodwell, C.; Graves, S. (2002) "Responsibility: The new business imperative" *Academy of Management Executive*. Vol. 16, No. 2, pp. 132-149.
- Wearing, R., 2005. "Cases in corporate governance" *SAGE Publications*, London.
- Welford, R.; Chan, C.; Man, M. (2007) "Priorities for corporate social responsibility: A survey of businesses and their stakeholders" *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Vol. 15, No. 1, pp. 52–62.
- Wheeler, D.; Sillanpaa, M. (1997) "The Stakeholder Corporation: A Blueprint for Maximizing Stakeholder Value" *Pitman*, London.
- Wheeler, D.; Sillanpaa, M. (1998) "Including the Stakeholders: The Business Case" *Long Range Planning*. Vol. 31, No. 2, pp. 201–210.
- Wherther, W. B.; Chandler, D. (2006) "Responsibility: Stakeholders in a Global Environment" *Sage*, USA.
- WHO (2006) "The African Regional Health Report: The Health of the People" *Bulletin of the World Health Organization*. WHO Press, Geneva, Switzerland. ISBN 92-9023-103-3.
- Wicks, A. C.; Freeman, R. E.; Parmar, B. (2004) "Stakeholder theory and the corporate objective revisited" *Organization Science*. Vol. 15, No. 3, pp. 364-369.
- Williams, C.; Aguilera, R.V. (2008) "Corporate Social Responsibility in a Comparative Perspective." *Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. Eds. "Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility" edited by Crane, A; Matten, D.; McWilliams, A.; Moon, J.; Siegel, D.S. *Oxford, UK: Oxford University Press*. pp. 452-472.
- Williamson, D.; Lynch-Wood, G.; Ramsay, J. (2006) "Drivers of environmental behaviour in manufacturing SMEs and the implications for CSR" *Journal of Business Ethics*. Vol. 67, pp. 317–330.
- Windsor, D. (2001) "Corporate Citizenship: Evolution and Interpretation" *Perspectives on Corporate Citizenship*, pp. 39–52. *Greenleaf*: Sheffield.
- Wood, D.J. (1991) "Corporate social performance revisited" *Academy of Management Review*. October, pp. 691–718.
- Wu, X. (2007). "Stakeholder identifying and positioning (SIP) models: From Google's operation in China to a general case-analysis framework" *Public Relations Review*, Vol. 33, pp. 415–425.
- WWF (2003) "Managing Parks in Larger Landscapes: The Minkébé Conservation Project" *DGIS - WWF Tropical Forest Portfolio*. Disponível em: <http://assets.panda.org/downloads/minkebe2.pdf>, acessado a 18 de outubro de 2016.
- WWF (2016) "WWF initiatives – Forests: overview" Disponível em: <http://www.worldwildlife.org/initiatives/forests>, acessado a 17 de outubro de 2016.
- WWF (2016) "Importance of Forests" Disponível em: http://wwf.panda.org/about_our_earth/deforestation/importance_forests/, acessado a 16 de abril de 2016.

- Yalibanda, Y.; Ezzine de Blas, D. (2006) "L'exploitation forestière au coeur de l'Afrique: la République Centrafricaine". *In*: Nasi, R., N'guingiri, J.C., Ezzine de Blas, D. "Exploitation en gestion durable des forêts en Afrique Centrale" *L'Harmattan*, Paris, pp. 195–216.
- Zadek, S. (2000) "Doing Good and Doing Well: Making the Business Case for Corporate Citizenship" *New York: The Conference Board*. Research Report 1282-00-RR.

Anexo I

ANEXO I

(1/2)

Temas de RSE adequados ao Setor Florestal e respectivas referências.

CATEGORIAS RSE	Toppinen et al. (2012)	Han e Hansen (2012)	Welford, Chan e Man (2007)	Mikkilä e Toppinen (2008)	Blowfield e Murray (2008)	Sobhani et al. (2009)
RESPONSABILIDADE ECONÓMICA						
Desempenho económico	x		x			x
Presença de mercado	x	x			x	
Impactos económicos indiretos	x					
Ética de negócio / Código de conduta (incl. Concorrência)		x	x		x	x
Programas sócio-económicos		x				x
Legalidade			x		x	
Impostos			x			
RESPONSABILIDADE DE PRÁTICAS LABORAIS						
Bem-estar e direitos do trabalhador		x			x	x
Princípios laborais		x	x	x		x
Emprego	x	x	x			x
Relações trabalhadores/gestão	x	x				x
Segurança e higiene no trabalho	x	x		x		x
Formação e treino	x	x				x
Diversidade e igualdade de oportunidades	x	x	x	x		x
RESPONSABILIDADE SOCIAL						
Apoio à Comunidade	x	x	x		x	x
Corrupção / Transparência	x		x		x	x
Parcerias (com ONGs ou outras empresas)		x	x			x
Investigação						x
Educação						x
Voluntariado			x			
Artes e cultura						x
Apoio a movimentos sociais (políticos, desportivos, religiosos)						x
Gestão dos stakeholders (compreender, comunicar, agir)		x	x	x	x	x
Segurança			x			
Saúde			x			x
Adoção de normas de RSE (ISO26000, SA8000, CSRcatalogue etc.)			x	x		
Relatórios		x	x			x
Caridade / filantropia			x	x	x	
Governo corporativo				x	x	x

ANEXO I

(2/2)

Temas de RSE adequados ao Setor Florestal e respectivas referências.

CATEGORIAS RSE	<div style="display: flex; justify-content: space-between; padding: 0 5px;"> Toppinen et al. (2012) Han e Hansen (2012) Welford, Chan e Man (2007) Mikkilä e Toppinen (2008) Blowfield e Murray (2008) Sobhani et al. (2009) </div>					
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL						
Adoção de normas de responsabilidade ambiental (GRI, etc.)			x	x	x	x
Uso de recursos e energia (Materiais, Energia, Água)	x	x		x		x
Biodiversidade	x				x	
Emissões, efluentes e refugo	x	x		x		x
Responsabilidade ambiental de produtos e serviços	x			x		x
Transporte (planeamento, gestão, etc.)	x	x				
Sustentabilidade florestal		x		x	x	x
Mitigação das mudanças climáticas		x				x
Certificação florestal				x		
Direitos dos animais					x	
RESPONSABILIDADE DE DIREITOS HUMANOS						
Práticas de investimento e aquisições	x			x	x	x
Não-discriminação	x			-	-	-
Liberdade de associação e negociação coletiva	x			-	-	-
Trabalho infantil	x			-	-	-
Trabalho forçado	x			-	-	-
Luta contra a pobreza				-	-	-
Práticas de segurança	x			-	-	-
Direitos dos indígenas	x			-	-	-
RESPONSABILIDADE DE PRODUTO						
Higiene e segurança do cliente	x	x		x		x
Rotulagem de produtos e serviços	x			x		x
Comunicações de marketing	x			x		x
Privacidade do cliente	x					
Origem e Traceabilidade		x	x	x		
Inspeções/auditoria (fabrica, fornecedores, produto)				x	x	
Normas de qualidade					x	

Anexo II

ANEXO II

(1/2)

Websites de onde foram retirados os textos analisados, entre 25/04/2016 e 15/05/2016.

Empresa	Website
SOCFIN	http://www.socfin.com/Public/
ROUGIER	http://www.rougier.fr/ http://www.groupe-rougier.com
Cofabois	http://www.cofabois.com/
Panagiotis Marelis SARL (PM)	http://www.pmarelis.com/
ALPI	http://www.alpiwood.com/en/
CUF - Cameroon United Forests	http://cufcm.com/
Green Valley PLC	http://www.greenvalleyplc.com/
Groupe SEFAC	http://www.groupesefac.com/
GDC - Groupe Decolvenaere	http://www.gdccam.be/
Vicwood Industry (SUZHOU) Ltd.	http://www.vicwoodtimber.com.cn/en/ ⁸ http://www.acfairbankconsulting.ca/vicwood/
RHG - Rimbunan Hijau Group	http://www.rhg.com.my/
Pallisco & CIFM	http://www.pallisco-cifm.com/
Wijma Cameroun S.A.	http://www.wijmadouala.com/
FIPCAM	http://www.fipcam.com/
SIM - Société Industrielle de Mbang	http://www.sim-cmr.net/
SEFCA	http://www.sefca-rca.com/ http://kamachgroup.com/
WTK Holdings	http://www.wtkholdings.com/
SCAD - Kgroup	http://scad-wood.com/
Danzer	http://danzer.com/
Olam Group	http://olamgroup.com/
DLH Group	http://www.dlh.com/
Likouala Timber	http://www.likouala.com/
Mag Industries	http://www.magindustries.com/
BSG - Bois et Scierie du Gabon	http://bsgabon.com/
CWG - Corà Wood Gabon	http://www.corawood.com/ http://www.coratimber.com/
Precious Woods	http://www.preciouswoods.com/
Jiangsu Jisen Wood	http://www.jswoodfloor.com/www/html/en/
CBG - Compagnie des Bois du Gabon	http://cbgpog.com/
SOMIVAB - Société de Mise en Valeur du Bois	http://www.somivab.com/

⁸ O *website* principal da empresa Vicwood Industry está totalmente em mandarim e por isso não foi considerado no estudo.

ANEXO II

(2/2)

Websites de onde foram retirados os textos analisados, entre 25/04/2016 e 15/05/2016.

Empresa	Website
SBL	http://www.burn-it.net/maquettes/SBL/index.html
Lignafrika	http://www.lignafrika.com/
Groupe Thebault	http://www.groupe-thebault.com/
CEMA Bois de l'Atlas	http://www.cema-atlas.com/index.html
Ecowood	http://www.ecowood.ch/
ONFI (SYLVAFRICA) - Office National des Forêts International	http://www.onfinternational.org/en/
SODEFOR - Société de Développement Forestier	http://www.sodefor.net/
COTREFOR - Compagnie de Transport et d'Exploitation Forestière	http://cotrefor.com/
GBE - Groupe Blattner Elwyn ⁹	http://www.gbedrc.com/
RAPHA INC SARL ¹⁰	http://www.raphainc-sarl.com/

⁹ Não foi incluído no estudo porque o *website* não estava em funcionamento entre 25/04/2016 e 15/05/2016.

¹⁰ Não foi incluído no estudo porque o *website* não estava em funcionamento entre 25/04/2016 e 15/05/2016.

Anexo III

